



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

GEISE TARGA DE SOUZA

**O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA
POLÊMICA THOMPSON-ALTHUSSER**

**CHAPECÓ
2015**

GEISE TARGA DE SOUZA

**O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA
POLÊMICA THOMPSON-ALTHUSSER**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli
Coorientador: Prof. Me. Vicente Neves da Silva Ribeiro

CHAPECÓ

2015

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

TARGA, Geise de Souza

O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA
POLÊMICA THOMPSON-ALTHUSSER/ Geise de Souza TARGA. --
2015.

91 f.

Orientador: Danilo Enrico Martuscelli.

Co-orientador: Vicente Neves da Silva Ribeiro.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Chapecó, SC, 2015.

1. Louis Althusser. 2. Edward Palmer Thompson. 3.
Teoria marxista da história. 4. Materialismo histórico.
5. Teoria da história. I. Martuscelli, Danilo Enrico,
orient. II. Ribeiro, Vicente Neves da Silva, co-orient.
III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

GEISE TARGA DE SOUZA

**O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA
POLÊMICA THOMPSON-ALTHUSSER**

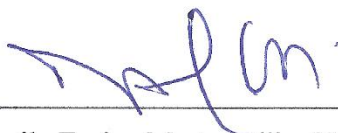
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Coorientador: Prof. Me. Vicente Neves da Silva Ribeiro

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 06/07/2015

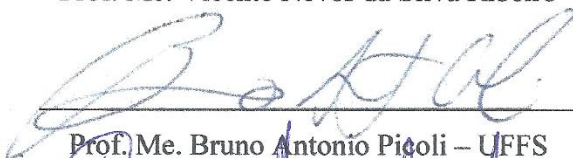
BANCA EXAMINADORA



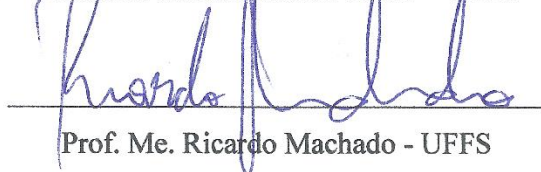
Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – UFFS



Prof. Me. Vicente Neves da Silva Ribeiro



Prof. Me. Bruno Antonio Picoli – UFFS



Prof. Me. Ricardo Machado - UFFS

Aos meus pais, Gislaine e Antônio
Aos meus irmãos, Gêssica e Gerson
Para Michaela

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de conclusão de curso é um dos resultados do meu processo de formação, portanto, agradeço ao colegiado do curso de graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó – SC e às turmas, colegas, amigas e amigos com os quais convivi durante a graduação. Agradeço à professora Renilda Vicenzi e aos professores Mateus Gamba Torres e Bruno Antonio Picoli pelas aulas, pelos diálogos e pelo incentivo. Agradeço ao professor Ediovani Antônio Gaboardi, por apresentar o problema da Teoria do conhecimento em seu grupo de estudos; agradeço ao professor Leonardo Rafael Santos Leitão pelas aulas de Epistemologia das Ciências Sociais que contribuíram em alguns pontos dessa monografia; e, agradeço ao professor Paulo Monteiro Nunes, por todos os diálogos e incentivo. Ao professor Bruno Antonio Picoli e ao professor Ricardo Machado, agradeço por aceitarem avaliar esse trabalho e pelas contribuições realizadas.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul pelo financiamento dessa pesquisa através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC PRO-ICT/UFFS 2014/2015).

Registro aqui meu agradecimento especial aos professores Ricardo Machado e Vicente Neves da Silva Ribeiro por todo o apoio, incentivo, diálogos e contribuições que realizaram durante a minha formação e para essa pesquisa. Obrigada por todas as questões que levantaram e por todos os projetos que permitiram que eu me envolvesse, todos foram fundamentais para a minha formação. Agradeço ao meu orientador, professor Danilo Enrico Martuscelli, por ter apresentado o pensamento de Louis Althusser e a polêmica que veio a se tornar meu objeto de pesquisa, agradeço pelo projeto de iniciação científica, por toda a paciência, por todas as observações criteriosas que realizou, pelos diálogos e incentivo. Essa pesquisa materializa todo o trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2013 em torno do pensamento de Louis Althusser e é resultado imediato de sua orientação.

Agradeço à minha família, especialmente ao meu pai, Antônio Gomes de Souza, à minha irmã, Géssica Targa de Souza e às minhas grandes amigas, Michaela Bernardes da Silva Neves, Neyha Guedes Dariva, Larissa Lara Ferreira, Ana Flávia Munsu e Paula Marisa Simon, por todo o carinho, por todo o apoio e por permanecerem ao meu lado, apesar de tudo.

“Nós atendemos aos fatos, que diabo!” Sim, mas os fatos não são tudo; pelo menos metade do caso assenta na maneira como se interpretam esses fatos (DOSTOIÉVSKI, 1982, p. 158).

RESUMO

Edward Palmer Thompson publica *The Poverty of Theory* em 1978, ensaio em que consolida sua polêmica com Louis Althusser. Os objetos de sua crítica são *Pour Marx* e *Lire Le Capital*, ambas da década de 1960. A polêmica pode ser dividida metodologicamente em duas dimensões, a teoria e a política, nos reteremos na dimensão teórica. A presente pesquisa busca realizar uma análise descritiva das obras envolvidas na polêmica a partir de quatro questões que remetem ao problema da produção do conhecimento histórico: “A História é uma ciência?”, “Qual é o objeto da História”, “Qual é o lugar e a função dos conceitos em uma teoria marxista da história?” e “Qual é o método para uma teoria marxista da história?”. Essas questões são fundamentais para discutir a especificidade de uma historiografia marxista. Consideramos a retomada dessa polêmica importante, pois, a difusão de *The Poverty of Theory* na década de 1980 provocou o expurgo da teoria althusseriana da historiografia brasileira. Com vistas a compreender os principais termos da polêmica, buscamos indicar a relação intrínseca entre *método* e *teoria* na produção do conhecimento histórico; e a necessidade de superar a “objetividade” do “objeto” da História. Alguns elementos que estão presentes e delimitam a conjuntura na qual se desenvolve essa polêmica são os desdobramentos da denúncia dos “crimes de Stálin” no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, a pluralização do marxismo após 1956 e a polêmica envolvendo a *New Left Review*.

PALAVRAS-CHAVE: Edward Palmer Thompson. Louis Althusser. Materialismo histórico. Teoria da história.

ABSTRACT

Edward Thompson publishes in 1978 *The Poverty of Theory*, an essay in which he consolidates his quarrel with Louis Althusser. The objects of his criticism are *Pour Marx* and *Lire le Capital*, both from the decade of 1960. The polemic can be methodologically divided in two dimensions, theory and politics, and we will focus in the first one. This research aims to accomplish a descriptive analysis of the works related to the quarrel based on four questions referring to the problem of production of historical knowledge: “Is History a science?”, “What is the object of History?”, “What is the place and function of concepts in a Marxist theory of History?” and “What is the method for a Marxist theory of history?”. Such questions are fundamental to discuss the specificity of Marxist historiography. We consider the resumption of this polemic to be important, because the diffusion of *The Poverty of Theory* in the decade of 1980 provoked the expurgation of Althusserian theory of Brazilian historiography. In order to understand the main terms of the quarrel, we seek to point the intrinsic relation between *method* and *theory* in the production of historical knowledge, as well as the need of overcoming the “objectivity” of the “object” of History. Some present elements that delimit the situation in which this polemic develops are the denunciation of “Stalin’s crimes” in the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union, the pluralisation of Marxism after 1956 and the polemic involving the *New Left Review*.

Keywords: Edward Palmer Thompson. Louis Althusser. Historical materialism. Theory of History.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 “A MISÉRIA DA TEORIA” E OS MARXISMOS NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 ..	13
3 POR UMA TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA.....	22
3.1 ABSTRAÇÃO COMO “MÁ CONSCIÊNCIA” E A NECESSIDADE DA ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO	29
3.2 O MATERIALISMO HISTÓRICO.....	45
4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO?	52
4.1 O <i>OBJETO</i> DA HISTÓRIA	52
4.2 O <i>LUGAR</i> E A <i>FUNÇÃO</i> DOS CONCEITOS HISTÓRICOS	63
4.3 O ESTATUTO DOS DADOS EMPÍRICOS EM UMA “INVESTIGAÇÃO” HISTÓRICA	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Edward Palmer Thompson escreveu o ensaio *The Poverty of Theory or an Orrery of Errors*¹ em 1978, dele surgiu a obra que foi publicada no mesmo ano pela Editora Merlin, com outros textos, intitulada *The Poverty of Theory & other essays*. Os textos que foram publicados em conjunto, nessa primeira edição inglesa, foram: *Open Letter to Leszek Kolakowsky*² (1973); *The peculiarities of the English*³ (1965); *Outside the wale*⁴ (1960); *Foreword*; *Note on the Texts* e *Afternote*. Em 1995, a obra foi relançada pela mesma editora e só possuía o ensaio que deu nome à obra original e um *Postscript*, tendo uma configuração semelhante à edição brasileira lançada pela Editora Zahar em 1981⁵ (MÜLLER, 2013, p. 2-3; NIELD, SEED, 1979, p. 383-384). Essa obra é marcada pela polêmica de Thompson com as análises do filósofo franco-argelino Louis Althusser. Segundo Nield e Seed (ibid., p. 384), *The Poverty of Theory* é um *ensaio político*, uma coletânea de publicações de Thompson que já indicavam a “crise da esquerda britânica” após 1956, momento em que a denúncia dos “crimes de Stálin” no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética provocou a saída de vários intelectuais de seus respectivos Partidos Comunistas e a adoção do *humanismo* na teoria marxista da história.

O objeto da presente pesquisa é *The Poverty of Theory*, pois materializa uma polêmica que já vinha sendo esboçada sumariamente em outros ensaios e em entrevistas de Edward Palmer Thompson; e, seus alvos, *Pour Marx* e *Lire Le Capital*⁶ de Louis Althusser. Outras obras do filósofo franco-argelino, como *Réponse a John Lewis* (1973) e *Éléments d'autocritique* (1974), são mencionadas na polêmica, mas não constituem o foco da abordagem de Thompson, pois, para ele, seriam *Pour Marx* e *Lire Le Capital* os eixos centrais do pensamento de Louis Althusser. Esse tipo de recorte nos indica dois elementos: Thompson não realiza uma análise crítica do conjunto dos textos publicados por Althusser até o momento da publicação de seu ensaio. As autocríticas de Althusser ou dos althusserianos, que ocorrem entre o final dos anos 1960 e durante a década de 1970, principalmente após o maio de 1968 na França, aparecem em *The Poverty of Theory* como recurso retórico. Além disso, Thompson situa o debate dentro de um conjunto de questões

¹ Usamos a versão brasileira, porém iremos nos referir a obra pelo título original como escolha metodológica diante da divergência de algumas traduções dos títulos das obras usadas nessa pesquisa.

² Ensaio publicado no periódico *Socialist Register*, volume 10, em 1973. Thompson obteve uma resposta de Kolakowsky, "My Correct Views on Everything", no volume 11, em 1974, publicada no mesmo periódico. Ambos os textos não possuem tradução para o português.

³ Publicado na *Socialist Register*, volume 2, em 1965.

⁴ Não possui tradução para o português.

⁵ Na edição brasileira os capítulos possuem títulos que não constam na edição inglesa de 1995.

⁶ Também iremos nos referir a essas obras a partir do título original, estamos usando no presente estudo a versão brasileira de *A favor de Marx* (*Pour Marx*) da Zahar Editores (1979) e *Ler o Capital* (*Lire le Capital*), vol. 2, da Zahar Editores (1980, p. 29-60). Thompson faz referência em *The Poverty of Theory* aos volumes 1 e 2 de *Lire le Capital*. O volume 1 contém artigos de Louis Althusser, Jacques Rancière e Pierre Macherey; e, o volume 2 contém artigos de Louis Althusser, Étienne Balibar e Roger Establet. Na segunda versão, Althusser e Balibar contém algumas retificações teóricas em relação ao texto original.

que se esboçaram na década de 1960 e que, posteriormente, seriam reformuladas, ou seja, a ênfase na divisão entre ciência e ideologia, a defesa do conceito de prática teórica⁷, o conceito de filosofia. Logo, o objeto de Thompson são as reflexões de Althusser e de seu grupo presentes nas duas obras: *Pour Marx* e *Lire le Capital*.

Apesar desse recorte preciso, a pretensão de Thompson é realizar uma crítica *total* ao pensamento de Louis Althusser, sua justificativa seria a de que o *althusserianismo* é a sistematização teórica do *stalinismo*. Em certa medida, do ponto de vista teórico sua pretensão é insuficiente, pois não considera as descontinuidades do pensamento *althusseriano*. Nesse sentido, a afirmação de Nield e Seed, de que *The Poverty of Theory* é um *ensaio político*, é muito pertinente, contudo, segundo Anderson (1985, p. 3), além de ser um ensaio político e expor a compreensão que Thompson possui sobre o socialismo, ela é também uma "exposição sólida" de sua concepção do materialismo histórico.

Ainda que possam ser caracterizadas como obras eminentemente teóricas, *Pour Marx* e *Lire Le Capital* produziram efeitos políticos significativos na conjuntura dos anos 1960 e 1970. A defesa do *anti-humanismo teórico* insere-se nessas obras como uma concepção oposta ao *humanismo* difundido pelos Partidos Comunistas sob orientação do Partido Comunista da União Soviética, no período pós-1956. O próprio Partido Comunista Francês, no qual Althusser era filiado, compartilhava dessa concepção *humanista*. Assim, noções como *prática teórica vs prática política* ou *ruptura epistemológica*, foram desenvolvidas para responder aos debates latentes no marxismo no referido período (MARTÍN, 2007, p. 17, 198-199). Nesse sentido, *The Poverty of Theory*, *Pour Marx* e *Lire Le Capital*, constituem importantes *documentos* para compreender parte da história das ideias do marxismo.

The Poverty of Theory permaneceu como uma obra sem resposta por parte de Louis Althusser, mas expressa a disputa por um terreno comum, o materialismo histórico, e esse terreno leva a radicalização do discurso que expressa a necessidade de silenciar seu antagonista, Louis Althusser, no campo da História. Podemos indicar que a polêmica é perpassada por duas dimensões, a *teórica* e a *política*. No âmbito teórico, temos a discussão em torno da oposição entre *materialismo* e *idealismo*; *humanismo* e *anti-humanismo teórico*; *empirismo* e *teoricismo*; e, a crítica ao "*estruturalismo althusseriano*". No *plano político*, a diatribe redundante na

⁷ A prática teórica consiste no processo de transformação da matéria prima da ciência em conhecimento científico. Althusser estabelece a prática teórica como um tipo distinto de prática que em seu desenvolvimento apresenta como uma das principais dificuldades a superação da ideologia empiricista (ALTHUSSER, 196-?, p. 22-23; 196-?/197-?, p. 70; DOMESGUE, 196-?, p. 79). Segundo Althusser (1979, p. 144-145), "A prática teórica faz parte da definição geral da prática. Lida com uma matéria-prima (representações, conceitos, fatos) que lhe é dada por outras práticas, sejam 'empíricas', 'técnicas', 'ideológicas'".

compreensão de que o *althusserianismo* seria a sistematização teórica do stalinismo e na valorização da “indignação moral” presente nas obras de Marx e Engels. Essa é uma divisão metodológica, dado que, principalmente no que se refere à obra de Thompson, a delimitação entre o que é "teoria" e o que é política é pouco precisa.

A polêmica Thompson-Althusser conduz à reflexão da relação entre *teoria* e *política* na teoria marxista da história. Para empreender a análise desta polêmica, propomo-nos a descrever e a sistematizar alguns problemas teóricos, tais como: A História é uma ciência? Qual é o objeto da História? Qual é o lugar e a função dos conceitos em uma teoria marxista da história? Qual é o método para uma teoria marxista da história? Buscamos compreender as linhas centrais da polêmica e demonstrar que apesar das continuidades e descontinuidades no pensamento de Louis Althusser, em sua obra há uma importante contribuição para a *historiografia marxista*. Nesse sentido, nossa pesquisa está inserida nos debates do campo da teoria marxista da história.

A retomada da polêmica é fundamental no contexto brasileiro, pois a leitura e a difusão do pensamento *thompsoniano* provocou o expurgo de Louis Althusser da historiografia marxista. Nesse sentido, revisitar essas questões constituem um esforço no sentido de reavaliar as questões colocadas na década de 1970 à luz dos problemas historiográficos atuais, ou seja, retomar o debate em torno da relação entre teoria, método e objeto. É necessário, portanto, que a "autoridade" de um dos fundadores da História Social não seja tomada como filtro a partir do qual não se discute propostas opostas ou divergentes que contribuem para o desenvolvimento do materialismo histórico, tal como a obra de Althusser.

A presente pesquisa é resultado do estudo empreendido desde o primeiro semestre de 2013 sobre o pensamento de Louis Althusser. Em um primeiro momento o foco era a questão do *anti-humanismo teórico* em Marx. Foi a partir dessa temática que iniciamos o estudo da polêmica Thompson-Althusser, especialmente do debate em torno da produção do conhecimento histórico na teoria marxista da história. Algumas questões nos instigaram a realizar esse trabalho e orientaram o nosso percurso analítico, mesmo reconhecendo os limites e as dificuldades que um trabalho de conclusão de graduação tem para conseguir solucioná-las, é preciso apresentá-las: "Quais recursos devemos prover para conhecer o real?"; "Quais são os critérios necessários para validar o conhecimento histórico?".

Recorremos à análise descritiva da polêmica a fim de compreender quais são as questões que estão em disputa e como Thompson e Althusser fornecem respostas diferentes apesar de pertencerem à tradição teórica e política marxista. A principal divergência remete à insistente defesa de uma unidade explicativa que se materializa enquanto *sujeito da história* ou *homem concreto* na obra de Thompson como "ponto de partida" para a produção do conhecimento

histórico. A adoção de um *sujeito da história* implica e é resultado de uma concepção de história enquanto ciência pouco precisa; redundante na proposta de flexibilização de categorias analíticas; ampara-se na ideia de uma *lógica da história* enquanto método e no conceito de *experiência* como central para a compreensão dos processos históricos. No limite, em Thompson, está ausente uma definição sistemática da especificidade da ciência em relação a outros saberes e à prática política.

Este trabalho está dividido em três partes. Na primeira, “‘A Miséria da teoria’ e os marxismos nas décadas de 1960 e 1970”, buscamos contextualizar a polêmica na conjuntura política e teórica em que foi produzida. Nesse sentido, abordamos as divergências existentes entre os historiadores britânicos e as questões que estavam em voga no marxismo internacional. O combate ao stalinismo e a constituição de marxismos no plural são elementos importantes para compreender esse período. Na segunda parte da pesquisa, “Por uma teoria marxista da história”, propomos compreender como as questões supracitadas são desenvolvidas pelos autores, logo, essa parte apresenta dois subcapítulos que buscam abordar a “negativação” de uma concepção de *teoria* e de *ciência* em Thompson e como essa questão é fundamental na obra de Althusser para definir o materialismo histórico. No subcapítulo seguinte buscamos elencar qual a concepção dos autores sobre o materialismo histórico e como a concepção de “objeto” demarca a compreensão que cada um dos autores apresenta. O terceiro capítulo, “A produção do conhecimento histórico: uma questão de método?”, possui três subcapítulos que buscam delimitar qual é o *objeto* da história, assim como o *lugar* e a *função* que os conceitos históricos ocupam na proposta do historiador britânico e do filósofo franco-argelino. As observações sobre o objeto e os conceitos elaborados na História se materializam na discussão em torno do “método” da disciplina. Entre as limitações do presente estudo, podemos elencar a visão panorâmica sobre as posições assumidas pelos dois autores e o caráter eminentemente descritivo de nossa pesquisa.

2 “A MISÉRIA DA TEORIA” E OS MARXISMOS NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Neste capítulo propomo-nos a contextualizar a polémica a partir de algumas reflexões já existentes sobre o tema, não iremos, portanto, realizar uma historiografia do debate. *The Poverty of Theory and other essays* foi publicado em 1978 na Inglaterra, sua edição brasileira “A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser” foi publicada em 1981 graças à difusão das obras e do pensamento de Edward Palmer Thompson pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na década de 1980⁸. Esse capítulo tem por objetivo contextualizar alguns elementos da conjuntura teórica e política que delimitaram a polémica.

A referida obra foi escrita como um manifesto contra o pensamento *althusseriano* e sua difusão na Inglaterra. Os objetos dessa diatribe são *Pour Marx* e *Lire le Capital*, ambas obras da primeira metade da década de 1960 e que assim como *The Poverty of Theory* foram escritas em contexto teórico e político específico. Thompson indica que teve contato com outras obras de Louis Althusser (como *Réponse a John Lewis* e *Ce qui ne peut durer dans le parti communiste français*⁹ da década de 1970) que já apresentavam algumas reformulações do pensamento do filósofo franco-argelino, principalmente no que tange à concepção da relação do *materialismo dialético* e o *materialismo histórico* com a prática política marxista, mas que não as levaria em consideração, pois o eixo central do pensamento de Althusser estaria em *Pour Marx* e *Lire le Capital*.

Esse recorte indica um campo específico do pensamento de Louis Althusser a partir do qual essa crítica será elaborada pelo historiador. Segundo Limoeiro-Cardoso (2000, p. 111-112), ao tratar de processos distintos em sua defesa virulenta do campo da historiografia, Thompson se apropria de trechos da obra de Althusser, não levando em conta a problemática deste teórico, ou seja, essa unidade de seu pensamento, mas considerando cada categoria por si

⁸ Petersen (2013, p. 186) destaca historiadores como Michael Hall, Edgard de Decca, Déa Fenelon, Paulo Sérgio Pinheiro, Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Fernando Teixeira da Silva, Claudio Batalha, Paulo Fontes, Alexandre Fortes e Antonio Negri como principais difusores do pensamento thompsoniano no Brasil. Esta difusão não se deu apenas na Unicamp, como destaca a autora, já que podemos incluir Marcelo Badaró Mattos, da Universidade Federal Fluminense. Segundo Badaró (s.d., nota 11, grifo do autor), a obra de Thompson teve mais impacto nas produções de historiadores brasileiros a partir da publicação em português de *Formação da classe operária inglesa* em 1987 e teve forte influência durante as décadas de 1980 e 1990. *A Miséria da Teoria* (1981) e *Exterminismo e Guerra Fria* (1985) já haviam sido publicados, no entanto, “(...) a maior parte das referências encontradas ao autor entre pesquisadores brasileiros até o fim dos anos 1980 eram feitas a partir de edições estrangeiras de *A formação...* e da coletânea espanhola *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Crítica, 1979”.

⁹ Publicado na *New Left Review* em maio/junho de 1978 sob o título “*What Must Change in the Party*”. Se consideradas as acusações contra a *New Left Review* e a *New Left Books* no Pós-escrito de agosto de 1978, é possível dizer que Thompson teve acesso a essa versão traduzida.

mesma e não reconhecendo as próprias mutações que o pensamento de Althusser sofreu na virada das décadas 1960 e 1970¹⁰. Ou seja, para Limoeiro-Cardoso, Thompson desconsidera a análise de Althusser.

Também não são apresentados por Thompson, nem constituem objeto de análise, as críticas elaboradas ao filósofo por outros intelectuais e que foram publicadas na *New Left Review* durante toda a década de 1970, como nos indica Anderson (1985, p. 128), com exceção de uma breve menção em nota aos ensaios que derivaram da ruptura de Jacques Rancière e Simon Clarke com Louis Althusser (THOMPSON, 1981, p. 227), além do ensaio *Marxist history, a history in the making: towards a dialogue with Althusser*¹¹ (1973) de Pierre Vilar, que para Hobsbawm (2011, p. 404) é “a polida mas implacável análise de Althusser do ponto de vista de um veterano historiador marxista”.

A polêmica de Edward Palmer Thompson com Louis Althusser remete aos acontecimentos decorrentes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética¹²; da pluralização do marxismo após 1956; e do conflito em torno da *New Left Review*. Krushev apresentou o relatório "Sobre o culto da personalidade e suas consequências" no XX Congresso do PUCS em 1956. Nesse documento constava a denúncia de várias práticas de Stálin e outros membros do partido na URSS, os intitulados "crimes de Stálin". A progressiva difusão desse documento, que foi produzido por membros do PCUS, entre os partidos comunistas levou vários membros a se desligarem dos partidos comunistas, entre eles, Thompson¹³ (MEDVEDEV, 2006, p. 137-160). Segundo Althusser (1979, p. 6-7), o movimento comunista internacional vivia uma conjuntura marcada pela denúncia do "culto da personalidade" do XX Congresso e pela cisão sino-soviética. Esses movimentos encontram nas *obras de juventude* de Marx os conceitos necessários para conceber essa "liberdade" do "homem" ou da "pessoa humana". Althusser (ibid., p. 6-7) define esse movimento como uma *reação ideológica* com tendências liberais. O *humanismo marxista* tornou-se uma tônica nos partidos comunistas soviéticos e ocidentais, sendo o XXII Congresso dos Partidos Comunistas, o momento de

¹⁰ Não iremos abordar a questão dessa mudança no pensamento de Althusser, porém, indicamos os textos de Thévenin (2010) e de Martín (2007).

¹¹ Também foi publicada na França sob o título “Histoire marxiste, histoire en construction: essai de dialogue avec L. Althusser” (Annales 281, 1973, pp. 165-98) e no Brasil na obra “História: novos problemas” de Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1976 pela Livraria Francisco Alves Editora sob o título “História Marxista, história em construção” (pp. 146-178).

¹² Iremos nos referir ao Partido Comunista da União Soviética pela sigla PCUS.

¹³ Na Inglaterra o *Labour Party* era o partido mais influente no movimento operário, já na França, o Partido Comunista Francês possuía forte inserção no movimento de massas. Nessa conjuntura, a ideia de um intelectual e líder do partido já não existia, os intelectuais marxistas não falavam pelo partido, mas poderiam ter alguma influência dentro do mesmo, portanto, permanecer no partido, era insistir na causa socialista e tentar reformular o marxismo de dentro para fora (ANDERSON, 1985, p. 161-168; HOBBSAWM, 2011; MARTÍN, s.d., p. 2-5).

consolidação desse *humanismo socialista* que substituiu temas como a *luta de classes* ou a *revolução* pela "liberdade da pessoa" e por concepções de uma "transição pacífica ao socialismo". Para Althusser, esse fenômeno estava associado tanto a uma incompreensão da teoria marxista, como também dos problemas econômicos e políticos daquele contexto. Essa tendência liberal nos anos 1950 também é apontada por Anderson (1985, p. 120-121).

Segundo Hobsbawm (2011, p. 327-334), nas décadas de 60 e 70 do século XX, o “encantamento” em torno das abordagens teóricas não estava restrito a esses países com uma “formação filosófica” (Alemanha e França), ganhava força no marxismo como um todo, o que explicaria em grande medida a popularidade do *althusserianismo* entre 1965 e 1975. Para o autor, essa “guinada teórica” foi efeito direto da pluralização marxista pós-1956. As “linhas” que demarcavam o marxismo tradicional em torno da experiência soviética dissolveram-se em uma pluralidade de marxismos¹⁴ que podem ser descritos a partir de algumas características: a necessidade de reformulação do marxismo¹⁵; privilégio a abordagens teóricas¹⁶; expansão do marxismo nas universidades e, conseqüentemente, o adensamento desse grupo de marxistas com jovens intelectuais radicais que alteraram a base social do marxismo¹⁷. A maior pluralidade do marxismo, em decorrência dessa ampliação do marxismo nas academias, leva a perda do monopólio dos partidos comunistas sobre a teoria marxista.

Essa expansão do ensino superior é indicada por Hirst (1979, p. 420) como fator determinante que possibilitou a difusão dessas novas correntes teóricas, entre elas o *althusserianismo*. Anderson (1985, p. 128), por sua vez, demonstra que, na década de 1970, o pensamento de Louis Althusser já era alvo de críticas no cenário inglês; e, Nield e Seed (1979, p. 383) afirmam que o filósofo teve grande inserção em algumas ciências sociais, mas esse não era o caso da História¹⁸, sendo que uma das poucas tentativas nesse sentido foi o exercício que os autores definem como “anti-histórico” de Hindess e Hirst, a obra *Pre-Capitalist Modes of*

¹⁴ A cisão sino-soviética e outras experiências revolucionárias como a Revolução Cubana, a aparição de lutas de classes na França e a guerra do Vietnã foram algumas experiências que marcaram esse período, e determinavam as preocupações dessa "nova geração" de marxistas. Segundo Anderson (1985, p. 113, 166-167) Thompson não dá atenção para esses acontecimentos em sua contínua perseguição das questões colocadas em 1956.

¹⁵ Desde meados de 1950, as obras de Marx e, conseqüentemente, seu pensamento, começam a ser questionados por não-marxistas, a questão colocada era: As obras de juventude pertencem ao marxismo? Segundo Anderson (1985, p. 118-120) as obras de Marx começam a ser retomadas por marxistas em favor das “causas” das independências nacionais, que acaba por dissolver o marxismo em uma antropologia filosófica.

¹⁶ Anderson (1985, p. 16) indica que essa abordagem mais teórica é uma característica do marxismo ocidental naquele período. Nos anos 1970, esse cenário começava a mudar.

¹⁷ Segundo Anderson (1985, p. 164), a Campanha de Desarme Nuclear (CDN) na qual Thompson se envolveu após 1956 não era um movimento proletário, era um fenômeno da classe média que marcou o ressurgimento do movimento popular (amplo alcance) na Inglaterra. Müller (2008, p. 2) afirma que o envolvimento com a CDN marca a forte militância política de Thompson em detrimento de suas pesquisas historiográficas.

¹⁸ Usaremos “História” sempre no sentido de “disciplina da história”.

*Production*¹⁹ (1975). Por sua vez, Thompson (1981) enfatiza, em *The Poverty of Theory*, os prejuízos teóricos e políticos da adesão ao *althusserianismo* na História. É nesse sentido que anuncia que escreve para a geração “pós-stalinista”, para que essa não seja “enganada”. Um dos seus alvos declarados, embora afirme que não irá se dirigir aos “seguidores” de Althusser, são Hindess e Hirst²⁰, que para Thompson, teriam levado o *althusserianismo* ao seu próprio “*reductio ad absurdum*”. Os dois autores também são mencionados por Hobsbawm (2011, p. 338) ao denunciar o caráter pouco dialógico que essas correntes possuíam com a História.

Em 1978, Hobsbawm, em uma entrevista, ao ser questionado sobre as mudanças nos debates teóricos marxistas naquela década, principalmente no que se referia a Althusser e a Gramsci, respondeu que Althusser não tinha praticamente nada a dizer para os historiadores, somente para aqueles interessados na “história em geral”, que colocava problemas interessantes de metodologia da História e de epistemologia, mas que ele, como um “historiador suficientemente britânico” preferia se concentrar em “o que aconteceu” e “porque aconteceu” (HOBSBAWM, 1978/1979, p. 123 apud NIELD, SEED, 1979, p. 414).

Esses fatos nos apresentam dois indícios: o primeiro de que o *althusserianismo* realmente não tinha tanta inserção no campo da História por parte dos historiadores; e, o segundo, é de que talvez não seja possível afirmar que Althusser não tenha nada a dizer para os historiadores, caso contrário não provocaria tanto “alvoroço”. É bem verdade que talvez toda essa “comoção” em torno de Althusser se devesse, como assinala Martín (s.d., p. 2), à publicação de *Pre-capitalist Modes of Production* de Hindess e Hirst, especialmente por afirmarem que “o estudo da história é inútil não só do ponto de vista científico, mas também político” (HINDESS, HIRST, 1975 apud HOBSBAWM, 2011, p. 338), e que teria provocado a ira dos historiadores. Se levarmos em consideração *The Poverty of Theory*, é possível dizer que o “desconforto” de Thompson está mais relacionado às ideias de Hindess e Hirst e à leitura que fazem do *althusserianismo* do que ao próprio Althusser.

Os aspectos supracitados resultaram no confronto entre os marxistas, que viveram intensamente os acontecimentos relacionados ao impacto na Europa da desestalinização da União Soviética, e os “novos marxistas”²¹. Louis Althusser não era o único citado por essa

¹⁹ Iremos nos referir à obra original, mas usamos a edição brasileira da Zahar Editores de 1976.

²⁰ Em *The Poverty of Theory*, Thompson muitas vezes ao falar das propostas teóricas do *althusserianismo*, recorre às citações de Hindess e Hirst. Isso nos leva a compreender que a leitura que Thompson realiza de *Pour Marx e Lire Le Capital* está marcada pela leitura que realiza desses dois autores.

²¹ Essa divisão remete substancialmente aos problemas com os quais esses intelectuais estavam lidando. Podemos afirmar que Thompson possui uma afinidade com esses acontecimentos relacionados a desestalinização da União Soviética (pós-1956), pois a referência a uma “Agenda de 1956” ainda está presente em *The Poverty of Theory* (que seria seu acerto de contas final com esse problema). Esses “novos marxistas”, correspondem a geração de

“nova geração de marxistas”, autores como Lukács, os intelectuais ligados à Escola de Frankfurt, gramscianos, Della Volpe, e Sartre também estavam em evidência (HOBBSAWM, 2011, p. 330). Segundo Anderson (1985, p. 153-154), ele e Tom Nairn, em *Origins of the present crisis*²² (1964), buscaram esboçar uma interpretação acumulativa da história da sociedade britânica e afirmavam que até aquele momento a tradição marxista na Grã-Bretanha era débil e por isso recorriam a categorias de intelectuais franceses e italianos. Essa afirmação poderia ser interpretada como rejeição à antiga *New Left Review*, mas, para o autor, era resultado de um processo de amadurecimento dos historiadores ingleses que só naquele momento começavam a produzir suas obras mais significativas. Além disso, afirma que a crítica à tradição marxista britânica já havia sido feita por Thompson e John Saville anos antes.

A *New Left Review* (e a New Left Books) são particularmente responsáveis por isso, já que nos últimos 15 anos publicaram, acompanhadas de extasiadas "apresentações" e com sofreguidão teórica, todos os produtos da *fabrik* althusseriana, por mais banais que fossem; e da França, ou sobre a França, *não publicaram nada mais*. De modo que, apesar das esotéricas restrições que os diretores da *Review* possam ter quanto a Althusser, foi imposta a um público inocente a noção de que o proletariado francês = PCF, um partido supostamente composto de uma "base" militante, heróica, sem complicações, junto à qual estão teóricos marxistas rigorosos e lúcidos, mergulhados na vida concreta do partido (THOMPSON, 1981, p. 216, grifo do autor).

A *New Left Review* foi acusada por Thompson, em *The Poverty of Theory*, de ser a principal difusora do pensamento *althusseriano* na Inglaterra (principalmente no Pós-escrito de agosto de 1978). É também alvo em várias passagens das críticas veladas ou explícitas de Thompson, porém, o periódico não se afiliava a uma determinada corrente dentro dos “marxismos” possíveis, diferente de periódicos como *Theoretical practice* que tinha uma orientação claramente althusseriana²³. Segundo Anderson (1985, p. 165-166), na década de 1960 a *New Left Review* começou a introduzir autores desconhecidos na Inglaterra, essa introdução, chamada por ele de “internacionalismo da investigação”, não foi uma aquisição passiva, tentou-se elaborar o *materialismo histórico*, buscava-se analisar e criticar cada uma das escolas do marxismo ocidental, o objetivo era o de compreender a sociedade inglesa e, nesse sentido, Anderson aponta como fundamental a influência de Gramsci²⁴.

1960-1970, para quem a "denúncia dos crimes de Stálin" não era uma questão central, mas sim a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã. Essa "nova geração" recorre, sobretudo, a uma abordagem teórica do marxismo.

²² Esse artigo era uma resposta a *The making of the English working class* (1963) e rendeu-lhes uma resposta em cólera de Thompson em *The peculiarities of the English* em 1965.

²³ Segundo Martín (s.d., p. 2) em 1971 foi lançada na Inglaterra *Theoretical practice* a primeira revista de orientação *althusseriana*, Hindess e Hirst –principais difusores das ideias *althusserianas*– eram editores da revista *Economy and society*.

²⁴ Anderson escreve "The Antinomies of Antonio Gramsci", em Nov./Dez. de 1976, para a *New Left Review* New I/100.

A polêmica existente entre os autores marxistas britânicos, em especial, em torno da *transição* da direção do periódico, delimita o contexto com o qual Thompson estava dialogando e as questões colocadas em *The Poverty of Theory*. Como assinala Martín (s.d., 1-2), a polêmica teve início com a transição da direção do periódico em 1962. Anderson (1985, p. 150-152) descreve esse processo em *Arguments within English Marxism*²⁵, que foi uma tentativa bem sucedida de colocar fim a quase duas décadas de polêmica. Para o historiador não houve “usurpação” da direção, pois ninguém queria assumi-la. A revista perdeu em qualidade nos primeiros anos após Anderson, Tom Nairn e Robin Blackburn assumirem, mas eles buscaram construir uma nova direção para o periódico que acabou gerando o ressentimento de Thompson, um dos fundadores do periódico em 1960. A troca da direção em si não é o centro da polêmica, mas o direcionamento político dado à revista, que para Thompson, havia privilegiado publicações de autores estrangeiros em detrimento dos autores ingleses. Anos mais tarde, em um trecho de *Espectro*, Perry Anderson (2012, p. 210, grifo do autor) escreve sobre a *transição*,

No ano seguinte, a conexão entre os fundadores da *New Left Review* e os novos editores se rompeu. A revista encalhou com o declínio da campanha pelo desarmamento nuclear e buscava, sem muito sucesso, um novo rumo. Durante algum tempo, houve divergências sobre a melhor maneira de lhe dar bases sólidas, depois das primeiras renúncias apaixonadas – *sine qua non* visível na vida dessa pequena revista – que testemunhei. Disputas práticas e diferenças intelectuais fizeram com que a equipe de Carlisle Street tivesse cada vez menos simpatia por Edward. Ele sentia, com toda a razão, que a revista se desviava amorficamente de seu passado sem ter feito o devido balanço, e não tinha confiança política em seu futuro. Ele explodiu em algumas ocasiões, mas sua atitude em relação aos jovens era fundamentalmente generosa e, no momento certo, garantiu uma transmissão clara de poder entre a diretoria antiga e eles, sem rancor. Apesar dos maus presságios, ele não era possessivo.

(...) No fim de 1964, a *New Left Review* já tinha desenvolvido uma perspectiva política que ele [Thompson] nos acusou de não ter, além de uma série de teses históricas sobre a relação entre o passado nacional e crise britânica, a partir de nosso ponto de vista. Edward não gostava nem de um nem de outro.

A polêmica de Thompson com Anderson dá início a uma série de debates em torno da historiografia marxista inglesa. Em *The Poverty of Theory*, o foco incendiário era outro: Althusser e seus seguidores, mas as questões, em alguma medida, já vinham sendo colocadas, como demonstra a insistente referência a *New Left Review* na obra.

O que Hobsbawm (2011, p. 324-336) veio a chamar de “cultura marxista cosmopolita e informal, ainda que briguenta” indicava um marxismo que não estava preocupado somente com questões decorrentes dos acontecimentos da União Soviética, percebia-se que o marxismo tal

²⁵ Também referenciaremos com o nome original “*Arguments within English Marxism*” (1980), usamos “Teoría, política e história: Um debate com E. P. Thompson” (versão espanhola - 1985).

como se mostrava, precisava ser reformulado para atender a realidade posta após 1956²⁶. O chamado “Terceiro Mundo”, em especial a América Latina, além do radicalismo estudantil da década de 1960, tornaram-se foco de esforços intelectuais e, embora, o termo “revisão” tivesse um sentido extremamente negativo, segundo o autor, ela ocorreu das mais variadas formas e colocando questões latentes à realidade vivida, ou na aproximação de um discurso que colocava a filosofia como provedora de um discurso teórico que seria fornecido às outras disciplinas. Segundo Hobsbawm (ibid., p. 330), surgiu uma “nova esquerda” que possuía uma base social pertencente sobretudo à classe média, assim como um hiato entre marxistas e proletários associado à expansão do marxismo como “disciplina” acadêmica que implicou, por sua vez, no fim da fratura existente entre universidade e marxismo. Tendencialmente, a análise estrutural vinha substituindo a análise do mundo real.

O período que se seguiu a 1956 foi uma época em que a maior parte dos marxistas ocidentais se viram obrigados a concluir que os regimes socialistas existentes, da União Soviética a Cuba e ao Vietnã, estavam longe de ser o que eles gostariam que fosse uma sociedade socialista ou uma sociedade dedicada ao progresso de construção do socialismo. A maioria dos marxistas foi forçada a retornar à situação dos socialistas em todas as partes do mundo antes de 1917. Mais uma vez tiveram de justificar o socialismo como uma solução necessária para os problemas criados pela sociedade capitalista, como uma esperança para o futuro, mas uma esperança só muito insatisfatoriamente ratificada pela experiência prática (HOBSBAWM, 2011, p. 317).

O ano de 1956 foi muito importante não só para a definição política e teórica dos autores que se denominavam marxistas, pois o marxismo passava tanto por um momento de autocrítica, como por um “clima de resistência” ao marxismo (MARTÍN, s.d., p. 3-4). Dois dos aspectos supracitados, a saber, a elevação da filosofia sobre as outras disciplinas e o foco teórico são apontados por Thompson em *The Poverty of Theory*, e constituem pontos importantes de sua oposição à corrente *althusseriana*. As reformulações da “nova esquerda”,

Ao mesmo tempo, equivocadas ou não, representaram um extraordinário esforço para fortalecer o marxismo, mediante sua renovação, e para desenvolver ainda mais o pensamento marxista, e por isso comprovam o notável vigor e a atração de Marx. Isso porque indicaram duas coisas: a admissão da necessidade de um *aggiornamento* drástico do marxismo, que não se furtasse a investigar os possíveis erros e imprecisões no pensamento do próprio fundador; e, ao mesmo tempo, a convicção de que o pensamento do próprio Marx, visto como um todo, constitui um guia essencial para a compreensão e a transformação do mundo (HOBSBAWM, 2011, p. 338).

Essa “renovação” do marxismo, não possui, assim, apenas aspectos negativos, pois abriu espaço para áreas pouco exploradas até então por marxistas. Hobsbawm (2011, p. 314-345) faz um balanço não muito positivo do período, embora seja objetivo ao afirmar que a “nova

²⁶ Que envolvia acontecimentos como Revolução Cubana (1959), cisão sino-soviética, Revolução Cultural Chinesa (1966), Maio de 1968, Guerra do Vietnã, ditaduras militares na América Latina e Guerra Fria.

esquerda” – na Europa e na Inglaterra – representou uma ruptura profunda com a continuidade da tradição marxista, pois abriu novos horizontes e perdeu os principais vínculos com Marx. Contudo, não havia um acordo com relação as interpretações das obras de Marx, ou no que se refere aos elementos substanciais de sua obra. Para o autor, essa disputa deu margem a abordagens que “não dialogavam” com o real e que seriam a grande marca da década de 1970, o período de auge do marxismo, mas também um momento em que se precisava defender o marxismo diante da associação contínua ao *stalinismo* por não-marxistas. Além disso, segundo Hobsbawm (ibid.), reivindicar o socialismo não indicava um objetivo comum, pois esse socialismo poderia apresentar diferentes formas: socialismo científico, socialismo utópico, etc..

Hobsbawm (2011) apresenta alguns pontos que podem servir para a reflexão desse momento histórico. O primeiro de que essas abordagens não dialogavam com o real e o segundo a perda dos principais vínculos com Marx e a disputa em torno de sua obra. *The Poverty of Theory* é fruto dessa conjuntura e, embora Thompson assinale os mesmos elementos os nomeando por *althusserianismo*, é possível indicar que, essa pluralidade de marxismos, associada às diferentes abordagens, entre elas o próprio *humanismo socialista*, tornam necessária a retomada das obras de Marx e Engels, pois, o terreno comum desse debate coloca os termos dessa disputa. Quando fala em abordagens que não dialogam com o real, Hobsbawm remete a Hindess e Hirst, como assinalamos anteriormente, mas essa leitura não apresenta o outro problema: a divisão entre “ciência proletária” e “ciência burguesa”²⁷ e a concepção dos Partidos Comunistas como redutos do pensamento de Marx. Essa pluralidade demonstra, portanto, a busca por uma *renovação* do pensamento de Marx para pensar os novos problemas colocados.

É possível, portanto, afirmar que, pelo menos no que se refere à compreensão desses autores ingleses –Anderson (1985), Hobsbawm (2011) e Thompson (1981)– há alguns pontos que convergem: a “guinada teórica” que marca o período; o reconhecimento de uma tendência empírica na historiografia britânica; e, a existência de mudanças na historiografia inglesa após a inserção desses teóricos marxistas na Inglaterra. A leitura que cada um realiza desses três elementos diverge, sendo que Anderson (1985) se mostra menos resistente a essas transformações. Em *The Poverty of Theory*, Thompson busca “defender” essa historiografia

²⁷ Poulantzas (1977, p. 36), em *Pouvoir Politique et Classes Sociales* (1968), ao tentar definir o conceito de "político", indica que uma das características do *historicismo* seria a perda da especificidade do político frente aos demais níveis do "todo" social e a *sobrepolitização* do nível teórico que se expressaria na divisão "ciência burguesa" e "ciência política", isto porque, a História é concebida como uma "ciência da revolução" ou "ciência da política", o *político* aparece imbricado na história e vice versa, não possuindo nenhuma especificidade. Essa divisão pode ser entendida como uma das consequências imediatas de não pensar a especificidade do conhecimento histórico.

britânica dos “ataques sofridos” por parte de Althusser e de seus seguidores, defender uma concepção de *materialismo histórico*, mas sobretudo, defender o *ofício do historiador*.

3 POR UMA TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

Temos tratado até o presente momento *The Poverty of Theory* como uma obra que instaura uma *polêmica*. Buscamos demonstrar que essa obra dialoga com um contexto *teórico* e *político* específico tanto no que tange ao *marxismo* no âmbito internacional, como às discussões promovidas pela historiografia inglesa. Esses dados, embora possam nos ajudar a compreender a obra, não explicam em absoluto o termo empregado para descrevê-la desde então.

Um dos primeiros elementos, se não o primeiro, que é possível perceber na leitura de *The Poverty of Theory* é o emprego de um *tom irascível* na escrita de Thompson. Esse elemento é destacado por vários autores que trataram da polêmica, como Anderson (1985, p. 2-3, 13); Albuquerque (2007, p. 236); Florenzano (1995, p. 145); Hirst (1979, p. 417); Martín (s.d., p. 1-3; 2005, p. 303-304, 314); Müller (2013, p. 5); e, Rendueles (2013, p. 179, 189-190). Segundo Nield e Seed (1979, p. 385, tradução nossa) “A primeira [das consequências], e menos agradável, é a própria agressão desmedida de Thompson sobre os acólitos não especificados da aberração diabólica do marxismo althusseriano (...) você não pode negociar com dragões, somente matá-los ou ser queimado até a morte”²⁸, *The Poverty of Theory* teria a intenção de extirpar o sistema althusseriano da tradição marxista.

O *tom virulento* da crítica é descrito como “ataque”, “arma” ou “carregado de carga afetiva”, esse elemento é muitas vezes²⁹ apontado como origem de muitas das limitações explícitas ou implícitas da obra. Rendueles (2013, p. 190, tradução nossa) afirma que “Se tivesse adotado uma agenda mais moderada e uma atitude mais empática face à reflexão de segundo grau, a intervenção de Thompson poderia ter sido muito mais eficaz”³⁰. Embora seja atribuído de imediato a essa conotação virulenta da obra à explicação de algumas de suas “falhas” que são muitas vezes apresentadas enquanto ausências na obra, Thompson possuía uma intenção ao escrevê-la, e esta era a “destruição” do sistema teórico *althusseriano*. É possível afirmar que *The Poverty of Theory* foi escrita com essa finalidade, a de ser uma polêmica. Nesse sentido, atribuir ao “tom” virulento utilizado na obra como um “limite” não esclarece os termos sob as quais ela se desenvolve. Na redação do *Pós-escrito* de agosto de 1978, Thompson (1981, p. 217) afirma:

²⁸ Texto original: The first, and least congenial, is Thompson's own unmeasured assault on the unspecified 'acolytes' (PT 196) of the diabolic freak of Althusserian Marxism (...) You can't negotiate with dragons, merely kill them or be burned to death (NIELD; SEED, 1979, p. 385).

²⁹ Ver referências supracitadas.

³⁰ Texto original: Con una agenda más moderada y una actitud más empática hacia la reflexión de segundo grado, la intervención de Thompson podría haber resultado mucho más eficaz (RENDUELES, 2013, p. 190).

Em alguns desses juízos posso estar mal informado. É possível, até mesmo, que Althusser se mostre mais sério em seu anti-stalinismo recente do que suponho. É o que esperamos. Mas, para que assim seja, ele deverá revogar a maior parte de sua teoria publicada. E é sobre isso que versa *A miséria da teoria*. (...) Não há uma única frase de *A miséria da teoria* de que eu deseje me retratar.

A preocupação em torno das formas assumidas pelos marxismos após 1956 e a importância da definição de uma tradição legítima se apresenta em vários textos durante a década de 1970, no caso de *The Poverty of Theory*, esses pontos perpassam toda a obra, mas estão concentrados especialmente na *Autocrítica*, *Pós-escrito* e *Notas*. A necessidade de estabelecer uma “tradição legítima no materialismo histórico” se apresenta na forma de confronto com um antagonista, que manifestaria a deturpação do pensamento de Marx e Engels, essa figura é o *althusserianismo*. Em *An Open Letter to Leszek Kolakowski*, Thompson (1973, p. 49-50) alerta para a disputa em torno das obras de Marx e rejeita completamente o trabalho de Althusser, alegando que seu método não corresponderia ao materialismo histórico e desqualificaria os controles empíricos, e observando que Althusser não teria sido o primeiro a notar o interesse no conceito de *alienação* pós-1956 e, que não seria útil “gastar tempo” com o “vocabulário específico” de Althusser. Em *Romanticism, Moralism and Utopianism: the case of William Morris*, Thompson (1976, p. 111, tradução nossa) afirma que os intelectuais de esquerda que se relacionavam com a tradição romântica eram lidos pelos *althusserianos* como se não pertencessem à tradição marxista, e enfatiza: “Nós ainda estamos aqui: (...) Nem a Esquerda ou o Marxismo pode jamais pertencer a qualquer grupo de pessoas que coloca cercas e sinais de propriedade; pode apenas pertencer a todos que optam por ficar naquele ‘terreno’, a quem o incorporar ao seu trabalho”³¹. Nesse mesmo texto, ao falar sobre a polêmica na qual se envolveu com Perry Anderson e Tom Nairn³², Thompson afirma que é impossível a

³¹ Texto original: “We are still here: (...) Neither the Left nor Marxism can ever belong to any set of people who put up fences and proprietary signs; it can belong only to all those who choose to stay in that ‘terrain’ and who mix it with their labour” (THOMPSON, 1976, p. 111).

³² Essa polêmica é melhor detalhada em “Arguments within English Marxism”, os termos sob os quais se desenvolve é prioritariamente sobre a história inglesa, dos quais elencamos: Anderson e Nairn acusaram a tradição marxista britânica de ser débil em “Origens of the present crises” (ANDERSON, 1985, p. 153-154); Anderson também o acusou de ser nacionalista e moralista em 1965 (ibid., p. 155); Nairn teria afirmado que sua política era um socialismo populista e que recorria a um nacionalismo cultural (ibid., p. 156); porém, o principal foco dessa polêmica girava em torno da publicação de “The Making of the English Working Class”, obra na qual Thompson defende a tese de que a classe operária inglesa se estabelece a partir de 1790 e está completamente formada em 1832 (ibid., p. 33, 48), Nairn criticou essa leitura, indicando que a classe operária inglesa possuía pelo menos duas fases, a primeira ia desde a Revolução Francesa até 1840 e a seguinte de 1840 até 1880, que em nenhum momento a classe foi homogênea e continuava sofrendo mudanças substanciais, portanto, seria impossível afirmar que a classe estaria completamente formada em 1832 (ibid., p. 50). Em *Arguments...*, Anderson se retrata com relação a algumas críticas que realizou e que naquele momento (1980), considerava injustas. Em uma entrevista concedida a Michael Merrill em 1976, Thompson afirma que não queria “entrar” em uma polêmica com Anderson, que o considerava um companheiro inteligente, capaz e não-althusseriano. Apesar disso, boa parte de *The Poverty of Theory* é dedicada a *New Left Review* e a essa “nova geração” de historiadores marxistas.

“coexistência” com o *althusserianismo* e manifesta preocupação com a influência dessa corrente teórica na Inglaterra (THOMPSON, 1976, p. 110). Podemos assumir que há uma contradição em Thompson, na medida em que, afirma que ninguém poderia ser "proprietário" do marxismo, contudo, *The Poverty of Theory* possui como finalidade extirpar o *althusserianismo* da tradição marxista.

Os dois textos supracitados demonstram que pontos elementares da polêmica que se estabeleceria em 1978 com a publicação de *The Poverty of Theory* já estavam presentes no discurso de Thompson e nas polêmicas que vinha estabelecendo com outros intelectuais. As denúncias de um “obscurantismo”, do “aprisionamento” do pensamento de Marx e Engels, da disputa de um terreno comum já eram conhecidas.

Citamos os trechos acima para evidenciar que, embora *The Poverty of Theory* se constitua enquanto um corpo que busca demonstrar mais de vinte anos de pesquisa de Thompson, ou como afirma Anderson (1985, p. 3, tradução nossa) “(...) <<Miséria da teoria: ou um caleidoscópio de erros>> não é somente uma polêmica contra Althusser: é também a exposição mais consistente de compreensão de Thompson como historiador e como socialista que este nos proporcionou até o momento”³³. A preocupação fundamental do historiador são os efeitos que a teoria *althusseriana* vinha exercendo na Inglaterra. Thompson (1981, p. 12-13) afirma que não iria se reportar aos seguidores, mas escreve sobretudo para essa “geração pós-stalinista” na tentativa de defender uma tradição *marxista alternativa*, na qual insere sua própria concepção do materialismo histórico. A defesa dessa tradição alternativa exige a destruição de seu antagonico, e essa necessidade se expressa no *tom* empregado na crítica. A impossibilidade de diálogo se expressa sobretudo na ênfase dada por Thompson à crítica ao *anti-humanismo teórico* realizada por Althusser. Parece-nos, portanto, possível afirmar que o eixo fundamental sobre o qual *The Poverty of Theory* foi escrita, não é a busca de diálogo e o desenvolvimento do *materialismo histórico*, mas a negação absoluta de um antagonico que já vinha sendo delimitado em obras anteriores, portanto, torna-se pouco produtivo, do ponto de vista teórico, buscar aproximações entre os dois autores.

Martín (s.d., p. 1-3) defende que é possível estabelecer pontos comuns entre Althusser e Thompson, sustenta que o equívoco cometido pelo historiador inglês foi a radicalização da crítica que colocou de lados opostos posições muito similares no que diz respeito ao marxismo e a questão da URSS, como: a necessidade de repensar o marxismo; denunciar os crimes de

³³ Texto original: “(...) <<Miseria de la teoría: o un modelo de errores>> no es tan sólo una polémica contra Althusser: es también la exposición más sólida del credo de Thompson como historiador y como socialista que éste nos ha ofrecido hasta la fecha” (ANDERSON, 1985, p. 3).

Stálin; e, desenvolver o materialismo histórico. Apesar de serem pontos “comuns” que facilmente poderiam ser indicados para outros autores marxistas, torna-se importante ressaltá-los, pois, uma das acusações de Thompson, em *The Poverty of Theory*, é a de que a *teoria althusseriana* seria a sistematização teórica do *stalinismo*. Essa afirmação está fundada em uma equiparação automática entre Althusser e Stálin a partir de elementos que seriam comuns a ambas as teorias (mecanicismo, dogmatismo, anti-humanismo, elitismo e irracionalismo)³⁴, como aponta Anderson (1985, p. 116). Segundo Martín (ibid., p. 1-3), o que viria a distinguir ambas as posições, de Thompson e de Althusser, é a questão do *humanismo*, principalmente no que se refere ao *sujeito na/da história*³⁵. Esse seria o ponto sensível de *The Peculiarities of the English* (1965), obra na qual a ideia central estaria muito próxima a concepção de Althusser: a de que os homens atuam na história e não as estruturas, mas suas ações são limitadas em suas relações sociais. Além disso, para Martín, a questão central da obra é como cada autor pensa o conhecimento da realidade, questão que marca duas metodologias distintas.

Não vamos abordar aqui a questão do “sujeito” para os dois autores, mas cabe salientar alguns pontos: podemos afirmar que ambos os autores possuem divergências latentes, Thompson parte da concepção de “homem concreto” como unidade epistemológica a partir da qual desenvolve seu método e os conceitos que emprega para a “investigação” histórica, principalmente o conceito de *experiência* que na obra de historiador exige essa noção de “homem” para ser desenvolvida, portanto, essa concepção figura como centro de sua concepção da história e é tanto “ponto de partida” para o conhecimento, como também “ponto de chegada”. Por sua vez, Althusser rejeita a concepção teórica de “homem concreto”, assim como “gênero humano” ou “natureza humana” que vem associadas a ela. Para Althusser, a concepção de *anti-*

³⁴ Em *The Poverty of Theory* esses elementos compreendem: o *mecanicismo* está associado a uma leitura economicista e estruturalista da história, embora o “estruturalismo”, rejeitado por Thompson, seja precisamente uma concepção que une essa leitura mecanicista a um “abstracionalismo” que seria característico de uma abordagem *irracionalista*. É nesses termos que anuncia, em *The Poverty of Theory*, a oposição entre “irracionalismo idealista” e “razão ativa e operativa” (THOMPSON, 1981, p. 12, 208, 212), defender a “razão” materialista (de um marxismo libertário e combativo) é combater o idealismo, o irracionalismo e o dogmatismo da corrente *althusseriana*, esse último elemento está associado a uma “servidão” às obras de Marx, que Thompson atribui a Althusser e afirma que o recurso a exegese textual seria uma das características desse marxismo doutrinário (ibid., p. 35). O elitismo está associado a ideia de que o althusserianismo formaria uma “camada intelectual” que estaria autorizada a acessar a teoria, enquanto as demais tradições seriam excluídas, também está presente a crítica a uma pressuposta desvalorização de outras formas de saber, da divisão do trabalho entre “intelectuais” e demais atividades, e, da “arbitrariedade” da Filosofia frente a outras disciplinas (ibid., p. 11). O anti-humanismo para Thompson, seria um elemento presente em Althusser que busca desqualificar as possibilidades de ação humana, demonstrando assim sua finalidade para o regime stalinista, o expurgo do “homem real” da teoria seria para Thompson a tentativa de expulsar a história e o “homem” da teoria marxista e subsídio para legitimar sua versão idealista mascarada de marxismo. Por fim, cabe ressaltar que, Thompson não rejeita completamente a ideia de “estrutura”, desde que essa, compreenda a totalidade social e não divida a realidade em “níveis” e “instâncias” que negariam qualquer liberdade ao ser humano (THOMPSON, 1985, p. 170; 2014, p. 436).

³⁵ Não vamos tratar da questão do “sujeito na/da história”, mas indicamos a entrevista de Althusser concedida a Fernanda Navarro em 1984 (ALTHUSSER, 1988).

humanismo teórico não está vinculada ao desprezo com o homem concreto, pois o que nega é a aplicação teórica no marxismo das categorias ideológicas do humanismo. Althusser não rejeita a função prática do humanismo e reafirma sua importância na transição do feudalismo para o capitalismo (ALTHUSSER, 1988, p. 79-81; 1999; 2002). O *anti-humanismo teórico* expressa a necessidade de rejeitar a noção de uma “origem” dos fenômenos sociais que vem atrelada a concepção de “sujeito da história”, “O materialismo histórico parte das relações sociais do modo de produção existente, do período social economicamente dado, e no final de sua análise pode chegar aos homens reais, que são o ponto de chegada”³⁶ (ALTHUSSER, 1988, p. 84, tradução nossa). A concepção de “sujeito” é o que distingue fundamentalmente Thompson de Althusser, sendo que, para Thompson, ao negar a noção de “homem concreto”, Althusser não reconhece a liberdade da ação humana e entende que os homens são “Träger”³⁷ das estruturas. Nesse sentido, sua concepção “pragmática” do conhecimento histórico exige que a concepção de *anti-humanismo* teórico seja negada.

Se partirmos da concepção de “problemática”, tal qual é apresentada por Althusser (1979, p. 24), como uma “estrutura” conceitual que possui um problema, determinadas soluções, hipóteses e método; para analisar a polêmica, não poderíamos sequer afirmar que estaríamos em um mesmo campo teórico, pois para o filósofo a “fundação do continente história” ou do materialismo histórico só é possível a partir do momento em que Marx rompe com a problemática ideológica, ou seja, a partir do momento que Marx abandona a antiga problemática “O que é o homem?” em favor de uma nova questão “O que é a história?”. Vários indícios existem de que Thompson, em *The Poverty of Theory* e em outras obras, estaria se afastando de uma explicação materialista são apontadas por Anderson (1985, p. 46, 88, 101, 103, 105), porém, parece-nos fundamental partir da perspectiva de que Thompson se identificava como marxista³⁸ no momento em que escreveu *The Poverty of Theory* e, portanto, colocava em disputa esse terreno comum do *materialismo histórico*. Suas divergências com Althusser se dão, em certa medida, pela “distância” teórica que os separa, no que diz respeito ao uso de categorias, à compreensão do processo histórico e ao método adequado para a

³⁶ Texto original: El materialismo histórico parte de las relaciones sociales del modo de producción existente, del período social económicamente dado, y al término de su análisis puede llegar a los hombres reales, que son el punto de llegada (ALTHUSSER, 1988, p. 84).

³⁷ Essa concepção se mostra principalmente na elaboração de sua crítica ao anti-humanismo teórico de Louis Althusser. Nesse sentido, Thompson lê o emprego do conceito “Träger” como “portador” ou “suporte” e a determinação estrutural apareceria nesse contexto como impossibilidade da ação humana, ou seja, os homens seriam portadores de estruturas (THOMPSON, 1980, p. 88-89, 137-138, 161-168). Porém, “portador” também pode indicar um agente ativo que é condicionado por determinações. O termo pode indicar as duas definições.

³⁸ Não vamos entrar no debate se Thompson *era* ou *não era* marxista, que sem dúvidas é muito importante e foi uma preocupação presente em outros autores como Albuquerque (2007, p. 237) e Batalha (2000, p. 191-193; 198-201).

pesquisa em história; mas também remetem à sua “proximidade” que é justamente esse campo em disputa.

Em *The Poverty of Theory*, Thompson (1985, p. 11) se opõe aquilo que denomina “discurso de camaradagem” entre os marxistas, pois considera que isso acarretaria prejuízos teóricos e políticos. Sua compreensão de que o *althusserianismo* desorganiza a esquerda, por ser uma ideologia que se passa como marxista, são os elementos que ele indica para realizar sua crítica, contrária a quaisquer termos de “negociação”. Logo, podemos perceber que, esse terreno comum, que para Thompson ultrapassa a domínio das obras de Marx, é um campo em disputa e, para ele, legítima a polêmica que é traçada na obra, assim como, define seu “estilo” e sua abordagem. A preocupação de Thompson não era a de realizar uma análise crítica da obra de Althusser. É por esse motivo, que sustentamos que, a afirmação de que o “tom” empregado na obra teria prejudicado a abordagem de Thompson não explica a polêmica, pois remete apenas a forma sob a qual a mesma é apresentada. As divergências entre Thompson e Althusser não mudariam se a crítica fosse “mais ponderada”.

As questões abordadas por Thompson, em *The Poverty of Theory*, buscam evidenciar vários aspectos *teóricos e políticos* do *materialismo histórico*, entre eles, questões relacionadas à produção do conhecimento histórico, das quais Anderson (1985, p. 5, tradução nossa) destaca ser fundamentalmente: “(i) Qual é a natureza particular e o status dos *dados empíricos* em uma investigação histórica?; (ii) Quais são os *conceitos* apropriados para a compreensão dos processos históricos?; (iii) Qual é o *objeto* característico do conhecimento histórico?”³⁹. Essas questões esboçam de forma genérica preocupações presentes tanto na obra do historiador como na obra do filósofo franco-argelino. Podemos assumir que, embora haja preocupações comuns, as concepções de Thompson e Althusser acerca da história não possuem uma distinção apenas no que tange essencialmente aos métodos, como propõe Martín, pois as obras partem de princípios opostos, suas formulações evidenciam direções *conceituais e metodológicas* divergentes. Thompson registrou em carta para Anderson (2012, p. 212) que seu estilo de escrita era “polêmico e rabugento”, portanto, parece-nos possível pensar que a polêmica expressa, em *The Poverty of Theory*, a consolidação de uma concepção *marxista da história* que possui uma linha muito tênue entre *política* e “*ciência*”. Uma obra que foi escrita e se valeu – no limite – metodologicamente desse recurso (da polêmica) que já era um elemento presente da escrita de Thompson.

³⁹ Texto original: “(i) ¿Cuál es la naturaleza particular y el estatus de los *datos empíricos* en una investigación histórica?; (ii) ¿Cuáles son los *conceptos* apropiados para la comprensión, de los procesos históricos?; (iii) ¿Cuál es el *objeto* característico del conocimiento histórico?” (ANDERSON, 1985, p. 5).

Segundo Elliott (2006, p. 16), Althusser foi convidado por Anderson a produzir uma resposta a *The Poverty of Theory* que seria publicada na *New Left Review*. Althusser teria recusado em uma carta na qual afirma que apesar de considerar “interessante” o debate, ele era “consciente dos poucos parágrafos dedicados à história no contexto polêmico de *Lire le Capital*”, afirma também que tinha pouco conhecimento sobre a historiografia britânica e faltava-lhe tempo. Para Elliott (ibid., p. 16), a ausência de uma resposta por parte de Althusser pode ser explicada pelo fato de que as críticas já eram familiares, ou seja, já haviam sido elaboradas por outros autores.

Por outro lado, *The Poverty of Theory* teve alguma repercussão, além de artigos sobre a referida obra. Em dezembro de 1979, em Oxford, o grupo *History workshop Journal* promoveu um seminário sobre a obra, no qual Thompson estava presente (MÜLLER, 2013, p. 2); nos “Agradecimentos” da edição brasileira de 1981, Thompson menciona a exposição do livro nos Estados Unidos⁴⁰. Paul Hirst, um dos mencionados em sua crítica, respondeu às críticas de Thompson em um artigo intitulado *The necessity of theory*, em 1979, no periódico *Economy and Society*, na qual indica que Thompson é muito menos heterodoxo do que crê, que sua crítica repetiria substancialmente à concepção ideológica de história pautada em um *sujeito* e que o historiador não compreendia Althusser. Perry Anderson (2012, p. 212) afirmou que, em 1979, *The Poverty of Theory* já havia provocado muita controvérsia e Stuart Hall era um dos críticos da tese de Thompson. A partir dos efeitos da publicação da obra –principalmente no que tange à sua repercussão entre os historiadores–, é possível destacar como fundamental a necessidade de discutir a polêmica no campo da *teoria marxista da história*. Essa perspectiva permite-nos destacar na polêmica a dicotomia construída em torno das definições de *materialismo* e *idealismo* como um dos elementos centrais que perpassam as questões colocadas e que buscam definir o *materialismo histórico* como oposto ao *idealismo*, sendo que a concepção de *materialismo*, para Thompson, aparece comumente associada ao *mundo objetivo*, na medida em que se apresenta como *fonte* e *evidência*. Thompson (1981, p. 217, grifo do autor) afirma em *The Poverty of Theory* que “(...) a teoria permanece *como* teoria, se reproduzida como teoria, e é transplantada como teoria, quaisquer que sejam as contingências públicas ou pessoais que surjam”. Ele chama a atenção para essa questão, de que enquanto historiador não se deixaria enganar facilmente pelo sistema teórico de Althusser. É esse ponto que gostaríamos de elucidar.

⁴⁰Em uma reunião da MARHO em Nova York e em um encontro da *Radical America* em Boston, além de conferências em Nova Délhi e Sussex (THOMPSON, 1981).

3.1 ABSTRAÇÃO COMO “MÁ CONSCIÊNCIA” E A NECESSIDADE DA ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Thompson é comumente associado a uma tradição *empírica inglesa*, embora afirme, em *The Poverty of Theory*, que partilha parcialmente da crítica realizada por Althusser ao *empirismo*, sendo sua defesa em favor dos *controles empíricos sobre o conhecimento* (THOMPSON, 1981, p. 14, 42, 97). Essa tese teria por finalidade reafirmar a autonomia do *real* frente ao seu *conhecimento*, um dos pilares do materialismo histórico fundado por K. Marx e F. Engels. A proximidade existente entre a abordagem *teórico-metodológica* de Thompson e algumas características com as quais são definidas o *método indutivo*⁴¹ permitem compreender em certa medida a tentativa de ele associar Althusser e Popper⁴², tentativa que Anderson (1985, p. 7) considera “absurda” e caracteriza como um esforço no sentido de estabelecer uma “culpabilidade por cumplicidade”.

O que essa associação nos diz? Que há em Thompson a necessidade de se afastar de uma concepção de “ciência” que atribui a Althusser e a Popper; assim como a preocupação efetiva de pensar a história enquanto uma disciplina com um certo “status” de respeitabilidade, como afirma Bezerra (1995, p. 122), que estaria fundamentada na posição da história como “rainha das humanidades”.

Assim, a “História” deve ser reconduzida a seu trono como a rainha das humanidades, mesmo que se tenha mostrado por vezes bastante surda a alguns de seus súditos (especialmente a antropologia), e crédula em relação a cortesãos favoritos (como a econometria). Mas, em segundo lugar, e para conter suas pretensões imperialistas, deveríamos também observar que a “História”, na medida em que é a mais unitária e geral de todas as disciplinas humanas, deve também ser *a menos* precisa. Seu conhecimento nunca será, não importa em quantos milhares de anos, senão aproximado. Se tem pretensões a ser uma ciência precisa, estas são totalmente espúrias. Mas (como já argumentei suficientemente) seu conhecimento continua sendo um conhecimento, e é alcançado através de seus próprios procedimentos de lógica histórica, seu próprio discurso da comprovação (THOMPSON, 1981, p. 83).

Quando Thompson remete-se à existência de uma *lógica histórica*, tenta estabelecer um procedimento específico do campo da disciplina de história para pensar seu objeto e produzir seu conhecimento. Esse procedimento é entendido como contrário à concepção de “ciência”.

⁴¹ O método indutivo compreende os seguintes aspectos: movimento do particular para o geral; recurso a generalizações a partir de observações concretas; busca de relações entre fatos ou fenômenos observados; e, descoberta de conclusões prováveis e provisórias (GIL, 2008, 9-12).

⁴² O interesse de Karl Popper criticou o terreno comum que recorria ao *método indutivo* para alinhar, validar ou distanciar as ciências naturais e/ou humanas, portanto, delimita e defende o *método hipotético-dedutivo* derivado de seu positivismo lógico que busca traçar uma “linha de demarcação” entre o que é ciência e o que é uma pseudo-ciência, e isso só é possível, para Popper, a partir do reconhecimento da possibilidade de refutação de uma teoria científica (GIL, 2008, 9-12; POPPER, 2006, 55-89).

Anderson (1985, p. 12-13, tradução nossa) afirma, em *Arguments within English Marxism*, que Thompson possui “(...) um conceito equivocado da natureza das ciências em geral, o qual o leva a criar uma falsa extraterritorialidade para [a ciência] (...)”⁴³, ou seja, compreende-a como algo estático, descolado da realidade, que manifestaria elementos presentes em sua definição de “estruturalismo”. Porém, ainda que negue à história um “status” científico, Thompson elenca algumas qualidades do conhecimento histórico que são comuns às ciências de forma geral, são eles: ser provisório e aproximado; necessitar de um método; ser cognoscível a partir da elaboração de problemas que são selecionados com base em determinados critérios; garantir a correspondência entre objeto e teoria (questão da falseabilidade) (THOMPSON, 1981, p. 61-62, 49-50, 55). Essa definição negativa de ciência remete a uma ampla discussão em torno da especificidade de validade das ciências sociais que não cabe ser retomada aqui, mas coloca algumas questões que podemos definir a partir da polêmica, são elas: A história é uma ciência social? Quais são os critérios de validação dessa ciência histórica?

Embora haja uma grande gama de debates sobre essa questão, existe consonância na qualificação da história como uma ciência. Apesar de todos os debates relacionados à sua “exatidão” e critérios de validação, há um esforço verificável na tentativa de tornar a história uma ciência mais “exata” em historiografias baseadas no *positivismo* e no *empiricismo*. A própria historiografia marxista vai ao encontro com esse reconhecimento da cientificidade do conhecimento histórico. Segundo Anderson (1985, p. 13-14, tradução nossa), a história não é menos precisa que outras ciências sociais, “O conhecimento exato e positivo nunca esteve para além dos poderes da história: sua vocação, como no caso de suas disciplinas irmãs, *é estendê-lo*, ou, como observou Lênin, o processo sempre será assintótico com relação a seu objeto”⁴⁴. Nesse sentido, temos dois pontos presentes na compreensão de Thompson: de uma “ciência negativa” (estática), que é atribuída a Althusser; e, a concepção de uma disciplina com um certo “grau de respeitabilidade” ou a uma posição de “rainha das humanidades”. Definir a disciplina histórica como uma “humanidade” não oferece avanços para a definição da história enquanto ciência, apenas lhe atribui algum grau de erudição que se manifesta através do esforço sistemático em esboçar um método *empírico* que garantiria a validade desse conhecimento histórico, método esse que beira ao *positivismo*, como aponta Albuquerque (2007, p. 237).

⁴³ Texto original: “(...) un concepto erróneo de la naturaleza de las ciencias en general, lo cual le lleva a crear una falsa extraterritorialidad para aquélla (...)” (ANDERSON, 1985, p. 12-13).

⁴⁴ Texto original: “El conocimiento exacto y positivo nunca ha estado más allá de los poderes de la historia: su vocación, como en el caso de sus disciplinas hermanas, *es extenderlo*, si bien, como observó Lenin, el proceso siempre será asintótico con respecto a su objeto” (ANDERSON, 1985, p. 13-14).

Segundo Rendueles (2013, p. 180-181, 186, 190), Althusser pertenceria a um grupo de intelectuais que não reconhecem a autonomia da ciência, que desconfiam do conhecimento científico e, portanto, colocam-no sob a tutela da filosofia. Essa compreensão o levaria a não reconhecer os avanços dos cientistas sociais, em especial no campo da história. Para o autor, na concepção de Althusser, a filosofia ocupa um *locus* privilegiado que arbitra sobre as demais ciências sociais sem apresentar necessidade de comprovação, o que a difere de uma “ciência positiva” como a história. A filosofia da ciência e qualquer atribuição de “cientificidade” é negada por Rendueles, que descreve as formulações de Thompson como mais grandiosas que as de Althusser no que se refere à história. A negação dessa “cientificidade” ou de uma “teoria da história” implica na concepção de que as ciências sociais jamais chegarão a um grau de “exatidão” como o presente nas ciências físicas e biológicas. A demanda por uma “cientificidade” da história no marxismo é explicada como o resultado da necessidade de se negar uma teoria evolucionista, preocupação presente também em Thompson.

Nas humanidades simplesmente não existe ciência normal; há infinidade de propostas, modelos e interpretações, porém não há uma só teoria no sentido estrito. As ciências sociais são praxeologias, quer dizer, são saberes cotidianos, não científicos. Pertencem ao mesmo território epistemológico que a tradução, a culinária, a compreensão de textos, a criança, as práticas esportivas, a agricultura, a retórica, a gestão comercial, a interpretação musical... Em todos esses âmbitos, há conhecimento e ignorância, distância entre acerto e erro, porém não se podem confundir com a ciência tal e como a entendemos desde Galileu⁴⁵ (RENDUELES, 2013, p. 190, tradução nossa).

Na tentativa de evitar uma “matematização do mundo”, Rendueles (2013, p. 191) extrapola a própria proposta de Thompson ao sugerir que os saberes produzidos pelas ciências sociais equivalem aos saberes cotidianos e seu rigor teórico estaria em reconhecer seus limites. Além de afirmar que Thompson é ambíguo nesse sentido, pois apesar de criticar a ciência, não consegue renunciar a uma “capacidade explicativa” e a uma “excepcionalidade epistemológica” da história, características que demarcariam certa cientificidade. Essa questão não é consensual no debate, autores como Albuquerque (2007) apontam que um dos erros de Thompson seria tratar a história como ciência. Portanto, há diferentes posições com relação a esse ponto.

Essa posição ambígua sobre o estatuto da disciplina histórica, em *The Poverty of Theory*, reflete em alguma medida o esforço de estabelecer novas saídas para problemas encontrados na

⁴⁵ Texto original: En las humanidades sencillamente no existe la ciencia normal; hay infinidad de propuestas, modelos e interpretaciones, pero ni una sola teoría en sentido estricto. Las ciencias sociales son praxiologías, es decir, saberes cotidianos, no científicos. Pertenecen al mismo territorio epistemológico que la traducción, la cocina, la comprensión de textos, la crianza, las prácticas deportivas, la agricultura, la retórica, la gestión comercial, la interpretación musical... En todos estos ámbitos hay conocimiento e ignorancia, distancia entre el acierto y el error, pero no se pueden confundir con la ciencia tal y como la entendemos desde Galileo (RENDUELES, 2013, p. 190).

historiografia, assim como a valorização dos saberes que acaba levando a um certo espontaneísmo, como aponta Anderson (1985, p. 62-63, 179). Essa dimensão de “literatura criadora” opõe “conhecimento” e “desejo”, ou em outras palavras, “*inação provocada pela teoria que é entendida como artificialidade*” e “*ação política pelo conhecimento autêntico ou pela experiência*”. Nesse sentido, há em Thompson a preocupação com a “educação do desejo” que seria fundamental para o comunismo e, portanto, a delimitação da ciência pelos objetivos políticos. Como dito anteriormente, há em Thompson uma ligação muito forte entre *teoria* e *política*, sua principal oposição à noção de “ciência” é de que esta provocaria uma divisão entre esses dois domínios. É possível indicar que a ênfase de Thompson pela valorização da *experiência* e da defesa da disciplina histórica se pautem em uma percepção muito próxima a de Hobsbawm (2011, p. 330) -sobre o surgimento de um hiato entre intelectuais e proletários, levando esse primeiro grupo a uma preferência pela “teoria pura”-, portanto, embora Thompson se valesse de critérios de validação semelhantes à do discurso científico corrente, era preciso deslocar a história desse campo, sua definição como “rainha das humanidades” assume a definição de uma nova função que prima pelo político.

Das formulações de Rendueles resultam alguns problemas: a insistência em um modelo da disciplina da história como um “saber erudito” (“rainha das humanidades”, “próximo aos saberes cotidianos”) explica pouco a especificidade desse conhecimento histórico; incorre também na negação de uma série de formulações teóricas em torno das categorias e do método adequados para essa disciplina já que ela torna-se similar a “saberes cotidianos”; e, por outro lado, a crítica a uma pretensa “arbitrariedade” da filosofia frente a outras ciências sociais, assim como a definição da disciplina histórica como “ciência positiva” (ligada ao empírico) nos permitem pensar, que indica a necessidade de um discurso específico pautado nos princípios que são criticados como sendo inerentes a uma concepção “científica” da história.

Por outro lado, esse conjunto de problemas nos diz pouco sobre a proposta de Althusser com relação à disciplina da história, pois incorre em uma simplificação de sua análise. Categorizar a História como pertencente a um conjunto de ciências sociais não equivale a sua associação ou equivalência com as ciências físicas ou biológicas. Em *Pour Marx*, está presente a necessidade de estabelecer uma *linha de demarcação* entre *ciência* (problemática científica) e *ideologia* (problemática pré-científica), essa definição é necessária para pensar a especificidade da teoria marxista da história. O uso do conceito de *obstáculo epistemológico* de Bachelard, feito por Althusser, parte da concepção de que a fundação do *materialismo histórico* e *dialético* ocorre a partir da superação de um *obstáculo epistemológico*, a influência do humanismo-comunitário de Feuerbach, e a *ruptura* com uma abordagem ideológica da história.

Portanto, a *teoria marxista da história* não é continuidade ou desenvolvimento contínuo de um problema que possui origem nos primeiros trabalhos de Marx, mas a *ruptura* com uma *problemática ideológica* e a adoção de uma *problemática científica*. *Pour Marx* também foi uma obra que buscou romper com o *humanismo teórico*, o *voluntarismo*, o *empirismo*, o *pragmatismo* e o *historicismo* (ALTHUSSER, 1979, p. 7-9, 22-30).

No *Prefácio de Pour Marx*, Althusser afirma que após o XX Congresso do PCUS houve a retomada do *humanismo teórico* no Partido Comunista Francês (PCF). Na sua compreensão, essa retomada era parcialmente explicada pelo fato de que a tradição teórica do partido era frágil, diferente da tradição política. Essa fragilidade deu margem à fusão entre filosofia ideológica e a ciência, essa fusão negava a potencialidade do marxismo como *domínio teórico* e o restringia a uma *doutrina política*. O recurso, ao que Althusser chama de "esquerdismo teórico" ou a ideologia espontânea do partido, era uma preocupação presente quando ele escreveu *Pour Marx*, portanto, para fortalecer o socialismo francês era necessário *intellectuais militantes*, e isso só seria possível na medida em que a teoria marxista fosse desenvolvida, que fosse retomada à *história* que vinha sendo desprezada pela filosofia francesa, superada a compreensão da ciência a partir do *corte de classe* (*ciência burguesa-ciência proletária*) e do *chauvinismo teórico* (ALTHUSSER, 1979, p. 11-21).

A disputa em torno das obras de Marx aparece então como a disputa pela definição do *materialismo histórico e dialético*. Para Althusser (1979, p. 24), "(...) ao fundar a teoria da história (materialismo histórico) [é] que Marx, com um só e único movimento, rompeu com a sua consciência filosófica ideológica anterior e fundou uma nova filosofia (materialismo dialético) (...)" ocorreu, portanto, uma "(...) dupla fundação em uma única cesura"⁴⁶. Marx ao romper com a problemática anterior funda um "novo continente", metáfora usada por Althusser para designar a descoberta de uma ciência que até então permanecia impedida de existir pela ideologia humanista. A ideia central do conceito de *problemática* é a de uma "estrutura" que possui um problema inserido em um campo conceitual que possibilita determinadas soluções ou hipóteses. Portanto, quando fala em "ciência", Althusser não está falando em uma "verdade acabada", mas sim de uma verdade provisória que não precisa necessariamente apresentar uma gênese, sendo assim, nega a ideia de um "gênio", de "continuidade" e de "origem" da ciência em algum ponto pré-determinado⁴⁷. O *marxismo* torna cognoscível sua gênese, mas não é, tal

⁴⁶Presente no Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política", de 1859.

⁴⁷ A ideia de "gênio" e demais concepções de origem são rejeitadas, pois remontam a ideologia empirista de encontrar um referente material, seja a história ou o indivíduo como "gênese". Althusser (1979, p. 53) afirma que o marxismo ultrapassa Marx.

qual se apresenta, resultado dessa gênese (obras de juventude). Nesse sentido, reconhecer o processo de *ruptura epistemológica* no pensamento de Marx permite pensar a renovação do marxismo, na medida em que, elimina conceitos ideológicos que não pertencem à problemática científica elaborada nas obras de maturidade (ALTHUSSER, 1979, p. 51-52).

A *ciência* corresponde, na concepção de Althusser, a um conhecimento efetivo da realidade, esse conhecimento se difere da *ideologia* que não é apenas *mistificação* dessa realidade, mas *alusão a essa realidade*. Portanto, diferente de outros saberes, a *ciência* possui uma definição precisa que é a de ser consciente de sua *problemática*, de suas *pressuposições teóricas* e dos *critérios de validação* que assume, sendo assim, o processo de desenvolvimento da ciência, que envolve sua manutenção ou rejeição de seus pressupostos, deve ser contínuo (ALTHUSSER, 1979, p. 53, 57-58).

Como Thompson apontou, há uma influência de Spinoza na obra de Althusser, mas essa influência é reconhecida pelo filósofo que afirma que sua concepção de ciência parte da ideia de descontinuidade radical, de que a ciência permite compreender a ideologia, mas não é a sua verdade. Há, portanto, em *Pour Marx* a necessidade de especificar o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético*. Podemos assumir que há uma “autonomia” desses dois domínios na teoria *althusseriana*. O *materialismo histórico* corresponde a *ciência marxista da história* e o *materialismo dialético* à *filosofia marxista*. O desenvolvimento do *materialismo dialético* exige a aplicação da *teoria marxista* à obra de Marx, sendo que, a revolução científica antecede a revolução filosófica e determina os termos pelos quais sua teoria deve ser desenvolvida⁴⁸ (ALTHUSSER, 1979, p. 7-9, 22-30, 66-68).

A partir dessas considerações, acreditamos ser possível voltar ao ponto inicial, a *função* e o *lugar* que a *teoria* ocupa nessa polêmica. Embora, possamos notar que Thompson (1981, p. 174) atribui à *ciência* uma conotação negativa, seu esboço de qualidades do conhecimento histórico explicitam uma relação entre *teoria e método*, em *The Poverty of Theory*, que se apresenta a partir de duas dimensões: a “má teoria” e a “boa teoria”. Essas “qualificações” expressam a tensão presente na obra em torno da dicotomia entre *materialismo* e *idealismo*, sendo que, esse *idealismo* não é o hegeliano, mas é resultado das formas que assumiu dentro do marxismo, nesse caso, o *althusseriano*.

Portanto, o marxismo “assumiu por vezes as cores de um tipo especificamente burguês e capitalista de materialismo”. Isso é sem dúvida verdade. Mas também é certo – e pelas mesmas razões – que reduzir todos os fenômenos sociais e intelectuais a “efeitos” de um “modo de produção” essencialista, metafísico – não importa através

⁴⁸ Essa concepção muda nas obras da década de 1970 e Althusser já em *Réponse a John Lewis (1973)* concebe a filosofia como luta de classes na teoria.

de que aperfeiçoamento de “mecanismo” – é apenas encerrar aquele velho materialismo burguês no âmbar idealista. Há também, admitimos, uma grande diferença na qualidade da prática teórica. É possível uma boa ou uma má prática em relação a um modo de produção. A prática de Balibar é tão má que não admite o interrogatório de um historiador (THOMPSON, 1981, p. 174).

Na primeira parte dessa passagem, pode-se perceber que a crítica se pauta na compreensão de que Althusser estaria pouco preocupado com “os homens” ou com a “história real”, pois estaria desenvolvendo uma “teoria sobre os modos de produção”, sobre suas *estruturas*. Essa crítica, no entanto, recorre mais à compreensão que Hindess e Hirst tem da obra de Althusser, em *Pre-Capitalist Modes of Production* (1975) e *Mode of Production and Social Formation* (autocrítica) (1977), eles reiteram que a leitura althusseriana buscaria a formulação de uma *teoria geral dos modos de produção*. Para Thompson (1981, p. 41), a teoria althusseriana estaria presa nesse vazio teórico, na “epistemologia e estruturalismo idealista de Bachelard”.

Faz-se necessário retomar a definição de Bachelard (1996, p. 8-9) em *A formação do espírito científico*, no qual ele afirma que “(...) temos que provar que *pensamento abstrato* não é sinônimo de *má consciência científica*, como parece sugerir a acusação habitual. Será preciso provar que a abstração desobstrui o espírito, que ela o torna mais leve e mais dinâmico”. Quando indicamos anteriormente que, Thompson opera com a distinção entre “*má teoria*” e “*boa teoria*”, indicamos que substancialmente a teoria como abstração aparece como “*má consciência científica*”, apesar disso, Thompson recorre a “elementos científicos” para reafirmar a legitimidade do conhecimento histórico. A “*boa teoria*” se materializa enquanto um *materialismo histórico* ligado ao mundo sensível e que possui também uma dimensão política. Anderson (1985, p. 176-177) afirma, em *Arguments within English Marxism*, que na defesa que faz de Morris, Thompson privilegia as “capacidades imaginativas e utópicas” na tradição marxista, pois essa dimensão utópica de Morris apresenta um caráter humano ausente no marxismo ortodoxo em sua definição enquanto ciência. Morris apresenta uma função política do marxismo, que se expressa em seu utopismo e moralismo. Essa “função política” se expressaria, sobretudo, em *The Poverty of Theory*, sob roupagem do *humanismo socialista*, pois, esse vínculo entre *teoria* e *política* só pode ser expresso nisso que vimos categorizando como “*boa teoria*”.

Outros aspectos que podemos levar em consideração é que, em *The Poverty of Theory*, a “*boa teoria*” remete à impossibilidade da ausência de uma “*teoria*” no *ofício do historiador*, ao passo que a “*má teoria*” designaria o “*estruturalismo althusseriano*” ou o emprego de uma lógica alheia ao objeto da história. Quando Thompson fala em *teoria*, ela aparece desvinculada

de uma ideia de *ciência*. Podemos assumir que surge como um elemento inserido em um *modus operandi* que permite produzir conhecimento. Seus *conceitos* expressam essa necessária adequação e correspondência ao *objeto real*, portanto, a ideia de *teoria* como parte integrante de uma *metodologia* nos leva a uma concepção próxima à ideia de *método* como *técnica*, ou seja, não como *teoria posta em ação*, mas como uma técnica para conhecer um dado objeto, do qual a teoria é um elemento. Cabe ressaltar que essa “teoria” sempre surge em Thompson como conceito ou hipótese que devem ser testados.

Thompson (1981, p. 38-39) afirma que nenhum historiador é ingênuo a ponto de não “desconfiar dos fatos” ou supor que uma *metodologia* possa ser neutra. É a partir dessas alegações que elabora alguns pontos que um historiador deveria percorrer para “interrogar” uma *evidência histórica*, que podem ser resumidos da seguinte maneira: os *fatos históricos* podem ser divididos entre fenômenos sociais ou culturais, que são portadores de valor e evidências que são isentas de valor ou “quase” neutras, pois tratam-se de registros com finalidade prática; esses *fatos históricos* precisam ser indagados pelo historiador, de modo que suas credenciais sejam verificadas pelos procedimentos adequados de modo a evitar qualquer intromissão ideológica; a exposição narrativa é definida como “constituente essencial da disciplina”, sendo definida como “(...) base de qualquer noção objetiva (distinta da teórica) de causação, e a preliminar indispensável à construção de uma exposição analítica ou estruturada (que identifica relações estruturais e causais) (...)” (ibid., p. 39); e, os elos explicativos construídos a partir das relações encontradas, a partir de muitos exemplos, permitiria “restabelecer” ou “inferir” uma “(...)‘seção’ provisória de uma dada sociedade no passado (...)”, sendo que mesmo fatos isolados podem ser tomados como “(...) *evidências que sustentam a estrutura*” (ibid., p. 39). Esse método, para Thompson, pertence à disciplina de história e é um esboço de seu “discurso de prova”. Thompson nesse ponto sugere uma diferença entre *filósofos* e *historiadores* que é apresentada com relação às práticas de trabalho, sendo que, o historiador não trabalharia com fatos isolados, suas *fontes* seriam sempre um conjunto de *fatos* que se relacionam e propõem ao “interrogador” (ao historiador) uma “questão indicativa” (ibid., p. 39).

Nessas páginas, nas quais Thompson dedica-se a explicar pontualmente sobre o ofício do historiador ou a “*natureza do conhecimento histórico*”, é possível notar a cisão entre *método* e *teoria* que o leva a compreender que o que garante ou constitui-se enquanto “discurso de prova” da disciplina é um *método* particular de interrogar as *fontes*, estas, por sua vez, não são apenas *fontes de estímulo* para a formulação de problemas, mas apresentariam, através das relações que pudessem ser estabelecidas entre “uma série de fatos da mesma ordem” uma “questão indicativa” de sua própria verdade. Nesse sentido, é perceptível que uma divisão entre

método e teoria busca demonstrar que o *objeto real* possui uma *natureza* que determina o conhecimento produzido através da exigência de um determinado *modus operandi*, que é específico ao *ofício do historiador*. Esse conjunto de elementos garantiria que “desvios ideológicos” fossem evitados.

Mostrei certas maneiras de interrogar os fatos, e sem dúvida outros meios disciplinados e adequados podem ser propostos. Estes (...) supõem que o historiador está empenhado em algum tipo de encontro com uma evidência que não é infinitamente maleável ou sujeita à manipulação arbitrária, que há um sentido real e significante no qual os fatos “existem”, e que são determinantes, embora as questões que possam ser propostas sejam várias e elucidem várias indagações; (...) envolvem uma aplicação disciplinada e ponderada, e uma disciplina desenvolvida precisamente para detectar qualquer tentativa de manipulação arbitrária (THOMPSON, 1981, p. 40).

Torna-se claro, durante toda a redação de *The Poverty of Theory*, que o que Thompson concebe como “manipulação arbitrária” é a “má teoria” ou aquela que atribui a Althusser e a Popper (em alguns momentos da obra) como sendo “abstrações impostas pelo observador” (THOMPSON, 1981, p. 39, 45, 49). Ao tentar demonstrar uma proximidade entre Althusser e Popper, Thompson afirma (1981, p. 45) que ambos desqualificam a *realidade* ao concebê-la como algo *ilusório* e como efeito ficam retidos nas *aparências*.

Na leitura que Thompson (1981, p. 45) realiza acerca de Althusser: “(...) a teoria desautoriza qualquer apropriação ativa do mundo exterior da única maneira possível (pelo relacionamento ativo, ou o diálogo, com sua evidência) então todo esse mundo deve ser pressuposto”. Podemos compreender que essa “má teoria” atribuída a Althusser, em *The Poverty of Theory*, se reveste de *idealismo*, *teoricismo* e *dogmatismo*, pois para Thompson a concepção althusseriana distancia-se do *mundo real-material* e, portanto, deixa de ser uma *teoria materialista*.

(...) é excepcionalmente difícil verbalizar, como “teoria”, a história como processo; e, em particular, nenhuma analogia com estruturas orgânicas ou mecânicas, e nenhuma reconstituição estrutural estática, pode dar conta da lógica do processo histórico indeterminado, um processo que permanece sujeito a certas pressões. Em última análise, a lógica do processo só pode ser descrita em termos de análise histórica; nenhuma analogia derivada de qualquer outra área pode ter mais que um valor limitado, ilustrativo e metafórico (com freqüência, como ocorre com a base e a superestrutura, um valor estático e prejudicial); a “história” só pode ser teorizada em termos de suas propriedades peculiares. Bem podemos concordar que o materialismo histórico se deve tornar teoricamente mais alerta, tanto em seus procedimentos como em suas conclusões. Mas o que requer questionamento e teorização é o conhecimento histórico (THOMPSON, 1981, p. 97).

Podemos assumir, portanto, que a *teoria* em Thompson aparece sempre como um elemento sob suspeita, ou seja, apenas o *método histórico* pautado em uma *lógica histórica* é capaz de apreender a realidade dos processos sociais. A compreensão que Thompson possui da

ciência é negativada na medida em que a associa a um processo *estático* e *abstrato* de produzir conhecimento, esse processo desqualificaria a dimensão real. Há, em *The Poverty of Theory*, a defesa de uma certa “respeitabilidade” da disciplina histórica que é respaldada em seu *método* e no reconhecimento de seus limites, ao passo que, sua categorização enquanto uma “humanidade” lhe confere também uma função política precisa que está intimamente associada à defesa da necessidade de uma “indignação moral no ofício de historiador”⁴⁹. Essa compreensão “formalista” da ciência já a concebe como algo estático, como algo que não possui diálogo com a realidade e que desvaloriza os outros saberes.

Para Thompson (1981, p. 69, 186-187, 194, 201), a análise histórica não pode ser desvinculada do campo da *moral*, quando Marx e Engels acreditavam estar fundando uma ciência, sua maior contribuição para esse campo não foi o encarceramento de seu pensamento em categorias da Economia Política, mas as *escolhas morais* que realizaram. Sem a *moral*, o marxismo torna-se uma ciência fechada que se separa da prática política,

O marxismo também se propôs, com frequência, a “abstrair dos sentimentos do homem as suas esperanças”, e fixá-las no elemento mais puro da “ciência”. O stalinismo foi o império, e a prática teórica é o vocabulário (do qual foram expulsos, em ignomínia, o “moralismo”, o “humanismo” e a agência humana) (THOMPSON, 1981, p. 200).

O objetivo do conhecimento na história é explicar *quem somos, porque somos assim e como chegamos aqui* (THOMPSON, 1981, p. 57-58), esses pontos manifestariam a *função desse conhecimento que pode ser parcialmente teorizado como expectativa*, ou seja, como *hipótese*. Esse objetivo só é possível na história quando seu conhecimento corresponder à “*história real*”. Quando Thompson (1981, p. 62-63) escreve sobre *Anti-Düring*, afirma que, nesse texto, Engels propõe uma forma de renovar o marxismo, pois trata de conceber a Economia Política como parte da ciência histórica devido seu objeto: a matéria histórica que poderia se apresentar como “Teoria” ou como “matéria real”. É nessa divisão que se expressa a tensão entre Althusser e Thompson, em *The Poverty of Theory*, pois em momento algum Thompson concebe que a “Teoria” possa corresponder à realidade. As qualidades da *história real* devem marcar o conhecimento histórico, isso só é possível na medida em que se parte da experimentação e investigação empírica. Thompson (1981, p. 49-50) afirma que o conhecimento histórico é “provisório”, “seletivo”, “incompleto”, “limitado” e “definido por

⁴⁹ Thompson (1981, p. 212) afirma que Marx “Ao dizer esse pouco [sobre os objetivos socialistas], ele esqueceu (e por vezes pareceu negar) que não só o socialismo, mas qualquer futuro feito pelos homens e mulheres não se baseia apenas na “ciência”, ou nas determinações da necessidade, mas também numa escolha de valores e nas lutas para tornar efetivas essas escolhas”.

questões”, sendo que, apenas algumas questões são “adequadas”. Todos esses elementos correspondem aos aspectos gerais de uma ciência, *O Capital* é um conhecimento provisório, é resultado de uma escolha de Marx (corresponde à dimensão econômica da totalidade social), é limitado, incompleto e parte de questões precisas.

Thompson (1981, p. 186) afirma que a “Teoria” althusseriana é uma “doutrina obscurantista” que possui elementos de outras ideologias burguesas.

É na noção mesma do marxismo como “Ciência” que encontramos a marca registrada do obscurantismo, e de um obscurantismo copiado, como tantas outras coisas, de uma ideologia burguesa de grande longevidade. Utilitários, malthusianos, positivistas, fabianos e funcionalistas-estruturalistas se consideram (e se consideravam) praticantes de uma “ciência”, e o mais descarado centro acadêmico de ideologia capitalista brutalizada na Inglaterra contemporânea se proclama uma Escola de Economia e *Ciência* Política (THOMPSON, 1981, p. 186, grifo do autor).

Thompson recorre a uma associação quase imediata a várias correntes teóricas sem explicitar com precisão em nenhum momento em que pontos são semelhantes, isso ocorre também com a definição do *althusserianismo* como *sistematização teórica do stalinismo* que afirma categoricamente sem citar em momento algum Stalin, como aponta Anderson (1985, p. 116). O pouco rigor teórico de algumas passagens de *The Poverty of Theory, são demonstradas pelo* tradutor da edição brasileira indica em dois momentos as omissões de Thompson com a finalidade de atribuir outro sentido para a fala de Althusser (THOMPSON, 1981, p. 138, 162-163); e por Anderson (1985, p. 119), que indica que Thompson se vale de omissões de trechos do texto de Althusser para afirmar que falas oficiais dos russos são proferidas por Althusser. Mais do que elucidar essas inconsistências, em *The Poverty of Theory*, é necessário indicar que em alguns momentos o recurso a aproximações forçadas leva a mal-entendidos, como quando Thompson (1981, p. 50) afirma que:

[Com relação à evidência histórica] Embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência. É isto que constitui o tribunal de recursos disciplinar. Nesse sentido é certo (aqui podemos concordar com Popper) que embora o conhecimento histórico deva ficar sempre aquém da confirmação positiva (do tipo adequado à ciência experimental), o falso conhecimento histórico está, em geral, sujeito à desconfirmação.

No trecho supracitado, Thompson busca traçar uma proximidade entre sua concepção sobre o processo de conhecimento (necessário diálogo com o real, no qual essa realidade externa é sempre o elemento determinante) com o conceito de falseabilidade de Popper, que propõe que uma teoria que não apresenta possibilidade de refutação é uma doutrina, não é ciência. Para Popper (2006, p. 55-89), essa possibilidade de refutação é traçada nos limites e meios estabelecidos no próprio problema. A ciência, para Popper, é pautada a partir de

problemas que estabelecem soluções provisórias e podem ou não ser mantidos a partir da verificação de seu critério de validade, mas não se busca em momento nenhum uma hipótese provável, pois isso impediria o desenvolvimento da ciência.

Segundo Popper, o processo de conhecimento ocorre no âmbito do pensamento, independente se for pelo método *indutivo* ou *dedutivo*, portanto, mesmo às ciências naturais não poderiam se valer de um estatuto de validade ou exatidão superior que as distinguiria das ciências humanas, isto porque, a observação nunca antecede o problema, o problema sempre antecede a observação ou a experiência. O problema não é dado pelo empírico, é construção abstrata. A mediação entre empírico e teoria é necessária para evitar a circularidade da teoria, portanto, buscar a *falsificabilidade* de uma teoria é evitar que uma pseudo-ciência seja considerada como ciência. O que traça essa linha de demarcação não é uma preocupação com a “verdade científica”, pois algumas teorias que possuem uma lógica circular não podem ser refutadas e se sua “cientificidade” é colocada em questão se recorre a uma reinterpretação de algum elemento que lhe era essencial para garantir sua manutenção do seu estatuto. Segundo Popper (2006, p. 60, grifo do autor), “(...) o critério do estatuto científico de uma teoria é a sua *falsificabilidade, ou refutabilidade, ou testabilidade*”. Se uma teoria é apresentada como irrefutável, logo não é científica, pois, não permite que seus princípios, conceitos e hipóteses sejam refutados (seja pela observação, seja pela arguição teórica) torna-se, portanto, uma doutrina (POPPER, 2006, p. 55-89). O recurso ao objeto sensível, a *evidência*, não garante que o conhecimento não seja circular, como indica Thompson, e embora os elementos propostos por Popper possam ser aplicados em alguma medida em Althusser se partíssemos da concepção de Thompson, não há, em *The Poverty of Theory*, algum elemento que garanta que a *lógica histórica* não fique retida as aparências desse objeto real.

Apesar de concordar parcialmente com a crítica althusseriana ao *empiricismo como ideologia* (THOMPSON, 1981, p. 42-43), de forma geral, a crítica ao *empiricismo* empreendida por Althusser em *Pour Marx* e *Lire le Capital* é avaliada de forma negativa por Thompson (1981, p. 97), pois em sua leitura, esta acarreta na desqualificação da *análise empírica* e não produz um “conhecimento teoricamente informado”, mas uma “teoria da história”. Essa concepção acaba gerando, em *The Poverty of Theory*, uma supervalorização do *método* em detrimento da *teoria*.

Para Thompson (1981, p. 23), a teoria pode ser encontrada no nível da *lógica histórica* que é o discurso próprio de demonstração da disciplina histórica. Assim sendo, é importante ressaltar que a *teoria apresenta essa função metodológica (como um elemento do qual a lógica histórica se vale metodologicamente), mas no limite ela não é rejeitada, a oposição de*

Thompson se manifesta contra a noção de uma "teoria da história", isto porque, para o historiador, tal concepção apresenta elementos que ele atribui ao estruturalismo e a uma "filosofia da história". Sua compreensão sobre a possibilidade de uma "teoria da história" o leva a rejeitar a metáfora de *infraestrutura* e da *superestrutura* (ibid., p. 18-22). Segundo Albuquerque (2007, p. 244), a crítica de Thompson ao *teoricismo* recorre a um *realismo* como critério de legitimidade do conhecimento histórico. É nesse sentido que quando Thompson (ibid., p. 97) afirma que a história deve estar atenta às suas propriedades peculiares, ele busca defender o uso de uma *lógica* própria ao conhecimento histórico, *lógica histórica* que se apresenta mais enquanto *método* do que enquanto *teoria*.

Quando Thompson (1981, p. 38-39) afirma que "(...) muitos historiadores praticantes concordariam com os seus cinco pontos⁵⁰: essas maneiras de interrogar as evidências pertencem à disciplina e ao seu próprio 'discurso da prova' (...)", pressupõe como uma exclusividade do ofício do historiador pensar esse determinado objeto, a *história real*. Esse objeto só pode ser pensado a partir de determinadas técnicas de investigação e interrogação das evidências históricas, essa *objetividade* das fontes resulta no elemento central desse "discurso da prova" da disciplina histórica. Nesse sentido, talvez seja necessário romper com a oposição entre "riqueza da história real" frente a "pobreza da teoria" (ou da abordagem científica), pois a história real só se apresenta enquanto formulação ideologicamente direcionada.

Segundo Althusser (196-?, p. 10-13, 36, 40), entre a ciência e a ideologia há uma distinção na relação sujeito-objeto, ou seja, na forma como se estrutura o conhecimento. A ciência não parte de princípios ideológicos – morais, políticos, econômicos, religiosos, filosóficos, etc. – seu único interesse e compromisso é a "verdade". A ideologia é uma forma de compreender a realidade social vinculada a princípios ideológicos, que embora, não resultem na verdade-científica (não possui função de conhecimento e sim função prático social), elaboram um conjunto orgânico de explicação social.

Se a primeira distinção corresponde ao tipo de "verdade" que elaboram, Althusser (196-?, p. 36) aponta que a ideologia é "(...) indiscernível de sua 'experiência vivida'(...)", ou seja, apresenta-se aos indivíduos de forma imperceptível, além disso, têm por função manter coesa a sociedade, legitima as funções dos sujeitos em um determinado modo de produção, além de garantir a harmonia de um modo de produção durante a sua reprodução, função esta que a ciência não pode substituir. A ideologia existe "materialmente", independentemente de sua teorização (ALTHUSSER, 196-?, p. 36, 39-42; 1979, 204-208).

⁵⁰ Destacamos esses pontos na página 36.

Diferente da ideologia, a ciência não é a experiência vivida, ela existe enquanto prática teórica e suas relações com o ‘mundo’ buscam o conhecimento objetivo da realidade social. Apesar de distinto, o conhecimento científico não é resultado de uma extração da essência pura da realidade, é um processo de produção de conhecimentos que para não se tornar um dogma, deve estar sempre em desenvolvimento. A ciência deve buscar “desmistificar” a ideologia, não como uma “ilusão”, mas como um conhecimento não objetivo da realidade social que não possui potência para a transformação, dado que, só entendendo a lógica “oculta” pela ideologia pode ocorrer a ação revolucionária (ALTHUSSER, 196-?, p. 12 e 22-24).

Para Althusser (196-?, p. 11), a ciência é produzida sobre uma ideologia dada, ou seja, não é um processo alheio à história ou a conjuntura social no momento de produção. A ciência é também um processo de acumulação que busca um conhecimento “verdadeiro” da realidade social, portanto, busca romper com a ideologia. Diante disso, talvez seja possível e necessário pensar o método em História como *teoria posta em ação*, faz-se necessário, portanto, superar a concepção de que o *método é apenas técnica*. Quando se fala em uma *teoria da história*, se pressupõe, certamente, a relação entre *método e teoria*, mas esse *método já aparece como elemento teoricamente direcionado, seletivo, carregado de um campo conceitual*. O método em História precisa recuperar sua função epistemológica que corresponde a “*como conhecer*”, torna-se necessário, portanto, pensar a “(...) *modalidade da reflexão*, a relação efetiva que a reflexão mantém com os seus objetos (...)” (ALTHUSSER, 1979, p. 56, grifo do autor).

A negatização da *prática teórica*, em *The Poverty of Theory*, expressa a preocupação com a divisão entre *teoria e prática*. Thompson (1981, p. 77) afirma que, “Um conhecimento unitário da sociedade (que está sempre em movimento, e portanto um conhecimento histórico) não pode ser obtido de uma “ciência” que, como pressuposição de sua disciplina, isola certos tipos de atividade apenas para o estudo, e não oferece categorias para outros”, Thompson (1981, p. 48) também recorre a Sartre para definir a história como uma “ordem racional”, essa pretensa racionalidade permitiria sua compreensão a partir dessa *lógica histórica* pertencente ao ofício do historiador. Não há como garantir que haja racionalidade no processo histórico, a própria concepção de “processo” é um conceito teórico com finalidade de compreender a diversidade sob a qual a realidade se apresenta. A ideia de uma racionalidade que une o “caos da história” em uma unidade central é um recurso explicativo característico do *idealismo*. Além disso, essa pretensão a um conhecimento unitário da sociedade se opõe a todo esforço de estabelecer critérios precisos para seu estudo, contradiz inclusive as características elencadas por Thompson, como “limitado” e “seletivo”. A pretensão ao conhecimento unitário da sociedade

há muito foi abandonada pelos historiadores, dado que, só é possível conhecer parte da realidade.

Segundo Anderson (1981, p. 68), a concepção de Marx dificilmente seria a de produzir um conhecimento unitário da sociedade, essa pretensão envolve não só um dispêndio de tempo como uma acumulação de pesquisas. O método empregado por Marx corresponde ao método científico clássico.

Há que dizer que a este respeito a fórmula de Althusser é muito mais precisa e eficaz para captar a natureza da elaboração marxiana: Marx *iniciou* uma exploração do amplo continente da história, todavia desconhecido em muitos de seus aspectos atualmente, e que ele, a princípio, nunca havia podido considerar. A condição dos avanços posteriores foi, precisamente, a limitação de sua investigação inicial a uma única região, o que o fez capaz de determinar na história processos reais, não míticos⁵¹ (ANDERSON, 1985, p. 69, tradução nossa).

Podemos assumir que a rejeição da concepção de “ciência”, em *The Poverty of Theory*, é a associação imediata entre *cientificidade* e “Teoria”, essa associação apresentada se apresenta como um processo “artificial”, como *fabrik* (fábrica) ou *laboratório* (THOMPSON, 1981, p. 13, 16, 108, 216). O historiador pretende com isso demonstrar que o recurso a uma *teoria da história* levaria à criação de *leis estáticas* que não correspondem aos processos reais históricos. Ao mesmo tempo em que deprecia a *corrente althusseriana* recorrendo a essa “qualificação”, apresenta sua própria versão do processo de produção do conhecimento histórico como *laboratório dos conceitos históricos* em que a *lógica histórica é o equipamento experimental*, ou seja, o “discurso da prova” estaria retido na exclusividade do campo da História. Thompson (1981, p. 57-59) nega o “laboratório artificial” da *prática teórica*, mas entende que a história possui seu próprio “laboratório” e que há um acúmulo do passado até o presente. Essa artificialidade é extrapolada até uma dimensão “nacionalista” do campo, pois o historiador demonstra durante toda a obra a preocupação latente com a “infiltração de teorias estrangeiras” na Grã-Bretanha. Quando Thompson se vale da ideia de “laboratório”, há também a ideia de um “mau laboratório” e de um “bom laboratório”.

Segundo Martín (s.d., p. 8), o erro de Thompson teria sido presumir que o “comunismo libertário” e o “movimento socialista” deveriam expulsar a *prática teórica*, ignorando seus aspectos positivos (arma contra o controle ideológico) e seu objetivo que era também o de libertar o homem.

⁵¹ Texto original: Hay que decir que a este respecto la fórmula de Althusser es mucho más precisa y eficaz para captar la naturaleza de la empresa marxiana: Marx *inició* una exploración del amplio continente de la historia, todavía desconocido en muchos de sus aspectos actualmente, y que él, al principio, nunca hubiera podido abarcar. La condición de los avances posteriores fue, precisamente, la limitación de su investigación inicial a una única región, lo que le hizo capaz de determinar en la historia procesos reales, no míticos (ANDERSON, 1985, p. 69).

(...) graças a defesa da prática teórica, o marxismo pode restaurar uma teoria marxista que havia entrado em uma crise de esterilidade progressiva ao dissolver a ciência na ideologia de classe e na política, redução exemplificada sob a dicotomia “ciência burguesa-ciência proletária” do império Zhdanov-Lysenko-Stalin sobre as ciências⁵² (MARTÍN, s.d., p. 8, tradução nossa).

A crítica à *prática teórica* retoma a questão da primazia do processo real frente ao processo cognitivo. Para Thompson, o reconhecimento da *prática teórica* equivale à legitimação de um conhecimento que não possui correspondência com o real. O que nos leva novamente a Hindess e Hirst, pois essa ideia de que a história não é um objeto possível é apresentada em *Pre-Capitalist Modes of Production* e não em *Pour Marx* ou *Lire Le Capital*. Segundo Hindess e Hirst (1976, p. 371-372), em seu esforço teórico, Althusser retoma os esforços de explicar a história como objeto coerente. Althusser não negaria a história real. Contudo, para Thompson (1981, p. 35-36), tanto Althusser, Balibar ou Hindess e Hirst –dos quais se vale de muitas citações, inclusive para confrontar o *althusserianismo* as ideias de Popper– em sua crítica ao *empiricismo* estariam “manufaturando” a história (objeto), criando sob um “vazio” teórico suas formulações acerca da história.

Há duas contradições nesse sentido, pois Thompson (1981, p. 58) critica a teoria do conhecimento de Althusser se valendo de citações de Hindess e Hirst que o próprio historiador afirma ter levado a teoria de Althusser ao *reductio ad absurdum*; e, por outro lado, se vale de metáfora semelhante, de *laboratório*: “A “história” em si é o único laboratório possível de experimentação, e nosso único equipamento experimental é a lógica histórica. (...) A história nunca oferece as condições para experimentos idênticos, (...)” (ibid., p. 58). Segundo Martín (s.d., p. 2-3), Thompson leu Althusser pelas “lentes distorcidas” de Hindess e Hirst. Anderson (1985, p. 7, 138-139) também afirma que Thompson condena Hindess e Hirst a partir de *Pre-Capitalist Modes of Production*, obra na qual os autores estão elaborando uma crítica a Althusser por considerá-lo demasiado *empiricista*, sendo que, na década de 1970, a obra desses dois autores dificilmente poderia ser considerada representativa do *althusserianismo*.

Para Althusser, a concepção de *história* é apresentada a partir da concepção de *problemática*, pois consiste no meio que determina o processo de elaboração do conhecimento. Não se parte de uma matéria dada para a formulação de um problema; a problemática é constituída *a priori* a partir de um conjunto de elementos. Althusser define problemática como,

⁵² Texto original: (...) gracias a la defensa de la práctica teórica, el marxismo pudo restaurar una teoría marxista que había entrado en una crisis de esterilidad progresiva al disolver la ciencia en la ideología de clase y en la política, reducción ejemplificada bajo la dicotomía “ciencia burguesa-ciencia proletaria” del imperio Zhdanov-Lysenko-Stalin sobre las ciencias (MARTÍN, s.d., p. 8).

(...) a unidade constitutiva dos pensamentos efetivos que compõem esse domínio do *campo ideológico* existente, com o qual um autor singular se explica em seu próprio pensamento. Percebe-se, logo, que se não se pode pensar sem o campo ideológico a unidade de um pensamento singular, esse campo exige, por si mesmo, o pensamento dessa *unidade* para ser pensado (ALTHUSSER, 1979, p. 54).

Uma problemática permite buscar uma “estrutura sistemática típica” que unifica elementos do pensamento, atribui sentidos e permite relacionar essa problemática a outras. O conceito de problemática indica, portanto, que o *problema* se constitui como unidade que determina os conceitos e os métodos que serão empregados, portanto, em teoria não seria possível falar em conceitos isolados, pois cada conceito está inserido em uma determinada problemática e se relaciona com outras noções e conceitos precisos. Embora o *objeto* de Althusser, em *Pour Marx*, seja o “pensamento de Marx” a noção de *problemática* é fundamental para realizar a crítica a um *empiricismo* “vulgar” na prática dos historiadores.

A tensão existente entre *ciência* e *política* perpassa *The Poverty of Theory*, como buscamos demonstrar, mas não é o único elemento presente, e talvez se constitua enquanto foco de divergência a relação entre “ciência” e seu “objeto”. Nesse sentido, algumas considerações são necessárias, com relação ao papel do marxismo. Como indicamos, há em Thompson uma relação muito próxima entre *teoria* e *política*, tanto que, a maior parte de seu confronto busca demonstrar que a teoria possui implicações políticas e sendo o *althusserianismo* a sistematização teórica do *stalinismo* é necessário combatê-lo. Essa percepção se dá, pois, a *teoria* possui uma função revolucionária precisa e nesse sentido “serve” a essas finalidades e por isso não pode ser desvinculada de uma *moralidade*. Anderson (1985, p. 99-103) demonstra bem que essa busca de uma continuidade moral, quando aborda *Whigs and Hunters*, não contribui para a produção do conhecimento histórico, e que ao “fetichizar” os fatos, Thompson torna-se apolítico, ahistórico e anti-materialista.

É necessário, portanto, pensar na autonomia do conhecimento histórico frente a prática política, e nesse sentido, Althusser oferece contribuições ao traçar a especificidade da *prática teórica* frente as demais práticas, sendo sua função o próprio conhecer, a reflexão racional sobre a realidade. Para o materialismo histórico, o conhecimento torna-se ferramenta para a transformação na medida em que “desmistifica” o mundo, tal qual é vivido sob a forma ideológica.

3.2 O MATERIALISMO HISTÓRICO

Como abordamos no subcapítulo anterior, há em *The Poverty of Theory* a tentativa de criar um estatuto para a disciplina de história que a diferenciaria de uma “ciência”. Essa

compreensão é produto de uma concepção “negativa” de ciência que, para Thompson, recorre a uma *lógica* e a uma “teoria” alheias ao *objeto da história*. Com vistas a compreender como se apresenta na polêmica a questão “Qual é o objeto da História?” (que abordaremos no capítulo seguinte), torna-se necessário compreender a concepção que Thompson e Althusser possuem sobre o materialismo histórico.

Para Thompson, o *materialismo histórico* seria uma proposta teórico-metodológica para compreender *uma determinada formação social no tempo*, nesse sentido, fazer-se-ia necessário, ao historiador, a compreensão de três conceitos: *ser social, consciência social e experiência*.

O materialismo histórico não difere de outras ordenações interpretativas das evidências históricas (...) por quaisquer premissas epistemológicas, mas por suas categorias, suas hipóteses características e procedimentos consequentes, e no reconhecido parentesco conceptual entre estas e os conceitos desenvolvidos pelos praticantes marxistas em outras disciplinas. Não considero a historiografia marxista como dependente de um corpo geral de marxismo-como-teoria, localizado em alguma outra parte (talvez na filosofia?). Pelo contrário, se há um terreno comum para todas as práticas marxistas, então ele deve estar onde o próprio Marx o situou, no *materialismo histórico* (THOMPSON, 1981, p. 54-55, grifos do autor).

No trecho supracitado, há três elementos que devem ser destacados: a) o materialismo histórico como uma “ordenação interpretativa” ou como “historiografia marxista”; b) o materialismo histórico possui uma especificidade que o torna autônomo frente a outras disciplinas; e, c) a “supremacia” do materialismo histórico frente as demais “práticas marxistas”, em especial, a filosofia. Essa disputa entre *Filosofia e História* está presente em vários momentos de *The Poverty of Theory*, e além de reclamar a autonomia da História com relação a outras disciplinas, aparece em vários momentos associada a uma ideia de supremacia, portanto, quando Thompson (1981, p. 83) afirma que “Assim, a ‘História’ deve ser reconduzida a seu trono como a rainha das humanidades (...)” já está presente uma delimitação de seu *objeto*, de seu *método* e dos *conceitos* que essa disciplina deverá empregar. Sua especificidade é pensada não na comparação entre correntes historiográficas, mas no nível das disciplinas que possuem esse *objeto* em comum: “*a história*” (ibid., p. 57).

Anderson (1985, p. 92-93) indica essa associação do materialismo histórico com uma forma de historiografia em *The Poverty of Theory*. Para ele, Thompson ignora que quando Marx e Engels fundaram o *materialismo histórico*, ele era mais que uma *disciplina histórica*, era um *socialismo científico* e, portanto, buscava compreender o presente para transformar o futuro. A partir dessa perspectiva, a redução do horizonte do *materialismo histórico* a uma forma de *historiografia* que possui predominantemente como *objeto o passado* (THOMPSON, 1981, p. 57), contrapõe a proposta de Marx e Engels.

(...) toda [a] sua interpretação [de Thompson] do materialismo histórico em *The poverty of theory* negligencia que um dos principais propósitos de compreender o passado é fornecer um *conhecimento causal* do processo histórico capaz de servir de base para uma prática política adequada no presente, destinada a transformar a ordem social existente em uma futura ordem popular e planificada pela primeira vez na história. Esta é a ambição do *Manifesto Comunista*. (...) Para Thompson, de fato, a história torna-se essencialmente uma vitrine de exemplos morais que devem ser aprendidos e passados para uma imitação ética (ANDERSON 1985, p. 94, grifo do autor, tradução nossa)⁵³.

Metodologicamente, há em *The Poverty of Theory* uma restrição do *materialismo histórico* (entendido como disciplina histórica) ao *passado* (THOMPSON, 1981, p. 38-39, 49, 78, 95-96, 188-189), mas a *função política* do *marxismo* está presente na reivindicação do *humanismo* e do *moralismo*. Portanto, quando Anderson alerta para os riscos do confinamento do *materialismo histórico ao passado* (perda de sua função revolucionária) ou ao *presente*⁵⁴ (perda de sua função de conhecimento) está indicando a necessidade de pensar a especificidade de uma *historiografia marxista* que não se confunda com as demais historiografias e que possa fornecer um conhecimento sobre o *passado* que é fundamental ao *materialismo histórico*.

(...) é necessário afirmar firme e claramente que o *passado*, que está além de qualquer modificação material pelas atividades do presente, segue sendo, não obstante, um objeto perpétuo e essencial de conhecimento para o marxismo, uma área de conhecimento inalterada (...) pela ausência de transformação (ANDERSON, 1985, p. 93, grifo do autor, tradução nossa)⁵⁵.

Não é possível afirmar que essa preocupação política está ausente em *The Poverty of Theory*, porém, os termos sob os quais aparecem indicam uma confusão ideológica que pode ser entendida a partir dos mesmos termos que Anderson utiliza para explicar a redução do *materialismo histórico à contemporaneidade*. Esses indícios estão na segunda parte de *Arguments within English Marxism*, nos quais Anderson busca demonstrar equívocos ou exageros cometidos: como a relação de Thompson com o Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) influenciou na abordagem sobre William Morris durante as décadas de 1950 a 1970 (ANDERSON, 1985, p. 194-228); ou, sua ênfase na *moral* e seus juízos de valor acerca de Swift e Walpole em *Whigs and Hunters* (ibid., p. 95-101). Anderson (ibid., p. 95, tradução

⁵³ Texto original: (...) toda su interpretación del materialismo histórico en *The poverty of theory* pasa por alto que uno de los propósitos principales de entender el pasado es proporcionar un *conocimiento causal* del proceso histórico capaz de servir de base a una adecuada práctica política en el presente, encaminada a transformar el orden social existente en un futuro orden popular y planificado por primera vez en la historia. Esta es la ambición de el *Manifiesto comunista*. (...) Para Thompson, en efecto, la historia se convierte esencialmente en un muestrario de ejemplos morales que debe ser aprendido y transmitido para una imitación ética (ANDERSON, 1985, p. 94).

⁵⁴ Como demonstra a “sociologia da revolução” do século XX que subordinava o conhecimento a finalidades políticas (Anderson, 1985, p. 93).

⁵⁵ Texto original: (...) es necesario afirmar firme y claramente que el *pasado*, que está más allá de toda modificación material por las actividades del presente, sigue siendo, no obstante, un objeto perpetuo y esencial de conocimiento para el marxismo, una zona de conocimiento inalterada (...) por la ausencia de transformación (ANDERSON, 1985, p. 93).

nossa) não considera que Thompson escreve uma história *moralista*, no sentido estrito, mas que acaba buscando uma continuidade moral na história nacional da Inglaterra que remonta ao século XIX e que se manifestaria em indivíduos isolados que são concebidos como modelos éticos para o presente, “(...) a noção de história como um álbum de valores legados de indivíduo para indivíduo não é marxista nem especificamente socialista”⁵⁶.

Se a restrição do *materialismo histórico* a uma forma de historiografia empobrece a concepção dada a esse domínio por Marx e Engels, a busca de apreender essa *função política* através de juízos morais coloca o problema da “*veracidade*”⁵⁷ do *conhecimento científico* que o legitima frente a outros discursos, assim como acaba subordinando esse discurso aos debates políticos, ao “calor do momento”, como demonstra Müller (2008)⁵⁸. Também incorre em uma análise que apesar de indicar no primeiro plano a importância dos dados empíricos, pode deixá-los de lado em favor de outros fatores, como indicou Anderson em *Arguments within English Marxism*. Esse problema é seguido por um outro: a confusão entre *ciência e ideologia*.

Se para Thompson o materialismo histórico aparece como uma forma de historiografia que possui como objeto o *passado* (na forma de “história real”) e que apresenta também a função de compreender o *presente*, o recurso ao *humanismo* e ao *moralismo* são necessários para definir essa *função moral* do marxismo e em certa medida justificar a função desse conhecimento histórico. As características que demarcam a polêmica em torno da definição do materialismo histórico redundam desses elementos. Para Thompson, a concepção do materialismo histórico como ciência é inconcebível na medida em que seu conhecimento é determinado pela matéria de seu objeto que está em constante mudança. Opõe-se, portanto, ao que compreende ser uma concepção estática e ideológica da disciplina histórica, além de “desumana” e com sérias consequências políticas. Os termos da polêmica exigem a proposição de uma concepção contrária à leitura empreendida por Louis Althusser.

Thompson (1981, p. 12) afirma que os *althusserianos* pertencem a uma determinada camada [*couche*] intelectual, a *lumpen-intelligentsia burguesa*, que representa e reproduz elementos dessa ideologia no marxismo de forma camuflada. Os *althusserianos* seriam fruto de

⁵⁶ Texto original: (...) la noción de la historia como un álbum de valores legados de individuo a individuo no es marxista ni específicamente socialista (ANDERSON, 1985, p. 95).

⁵⁷ Provisória, sujeita a falseabilidade.

⁵⁸ Müller (2008, p. 5) demonstra como as lutas políticas empreendidas por Thompson acabaram o afastando do marxismo e como suas preocupações com a Guerra Fria o levaram a criar categorias como “exterminismo” que, segundo Raymond Williams, confundia a análise socialista, dificultando uma ação coletiva; supunha um determinismo tecnológico que impedia a compreensão das relações sociais e econômicas envolvidas no conflito (leva-o ao abandono da luta de classes e deslocamento para o objeto “bomba”); desviava dos postulados do humanismo socialista; abandona dos critérios socialistas em favor de um combate desesperado da Guerra Fria; e sua preocupação com a Europa se opunha à preocupação global da luta de classes.

uma conjuntura que rompeu a ligação entre intelectualidade e experiência prática, que levam para o marxismo o elitismo burguês. Quando elabora uma concepção de materialismo histórico pautada no *humanismo socialista*, Thompson busca romper com a divisão entre “teoria” e “política”. Isso nos possibilita afirmar que há em Thompson uma certa primazia do político sobre o teórico, de modo que toda sua produção circunda em torno de questões latentes de seu tempo. Sua busca para “libertar” Marx de “manipulações teóricas” é permeada pela defesa do caráter revolucionário do marxismo e pela associação do *estruturalismo* a um sistema teórico antirrevolucionário⁵⁹, que levaria ao “conformismo político” (HOBSBAWM, 2011, p. 34-35; MARTÍN, s.d., p. 3-4; MÜLLER, 2013, p. 25, 30).

Em *Pour Marx*, o materialismo histórico corresponde à *ciência marxista da história* e o materialismo dialético a *filosofia marxista* (ALTHUSSER, 1979, p. 7-9, 22-30). A “fundação” desses domínios é compreendida como resultado da dupla *ruptura epistemológica* que Marx realizou (ibid., p. 24). Nesse sentido, a indicação de Thompson sobre uma pretensa “arbitrariedade” da Filosofia sobre a História na obra de Althusser, ignora que para Althusser (nessa etapa de seu pensamento) a Filosofia encontra-se sempre em atraso com relação a ciência e que ambos os domínios são autônomos, embora o desenvolvimento de um possua implicações no outro e assim vice e versa. A centralidade da ideia de *ruptura epistemológica* na obra de Althusser se deve a necessidade de demarcar a diferença entre *ciência* e *ideologia* na evolução do pensamento de Marx. Essa concepção impede que a obra de Marx seja lida como uma simples continuidade, assim como que as obras de juventude sejam lidas a partir das obras de maturidade e vice-versa.

Althusser apresenta em *Pour Marx* a questão da *ruptura epistemológica* como derivada de três problemas, a saber: o *político*, o *teórico* e o *histórico*. O *problema histórico* das obras de Marx é apresentado sob a forma de crítica ao *método eclético* que defende como autores do pensamento o “homem concreto” e a “história real” que o formaram; além de que não reconhece a mudança de problemática e trabalha a partir da noção de “dívida” com Hegel e Feuerbach. Para Althusser, a obra de Marx só pode ser pensada a partir da *ruptura* (ALTHUSSER, 1979, p. 58-61). O *problema teórico* é definido pela leitura das obras de juventude por elementos isolados. Esse problema se apresenta após 1950, na qual os marxistas se colocam diante da questão: “O Jovem Marx pertence ao marxismo?”. Ao tentar defender Marx “por inteiro”, ocorreu a predominância de uma leitura de livre associação de ideias ou comparativa de termos em detrimento de uma crítica histórica. Também está presente a tendência a leitura das *obras*

⁵⁹ Principalmente por derivar de outras disciplinas e correntes externas ao marxismo.

de juventude a partir das obras de maturidade em busca de uma *gênese* (ALTHUSSER, 1979, p. 44-49).

Destacaremos o problema *político*, dado que é uma questão tão cara a Thompson (1981, p. 11, 203-204, 206), em *The Poverty of Theory*, e lhe serve em grande medida como justificativa para qualificar a defesa da *prática teórica* como *ideológica* e *teoricista*. Segundo Althusser (1979, p. 41-43), o *problema político* consiste em um problema de *apropriação*, isto porque, quem colocou o problema “O jovem Marx é marxista?” não foram os marxistas, e diante dessa questão houve duas respostas: o jovem Marx pertence ao marxismo; e, o jovem Marx não pertence ao marxismo. No que diz respeito a primeira resposta, era necessário provar uma continuidade epistemológica na obra de Marx, de modo que as questões e categorias elaboradas na juventude pudessem ser novamente utilizadas. Além do *reformismo* apontado por Althusser, Anderson (1985, p. 118-125) indica que o interesse pelo *humanismo socialista* na década de 1950 tinha consequências direitistas, essas foram as consequências imediatas desse problema.

A revitalização das ideias do jovem Marx foi também, entre outras coisas, obra de muitos escritores e foi também, entre outras coisas, obras de muitos escritores e analistas ocidentais que não tinham um compromisso com o socialismo: [cita Tucker, Avineri, Bigo e Calvez] (...) A influência da religião nunca esteve longe durante esse período, inclusive entre muitos intelectuais que eram contudo socialistas [cita Garaudy e Fromm] (ANDERSON, 1985, p. 120, tradução nossa)⁶⁰.

Mesmo Thompson (1981, p. 71, 180) não se furtou de realizar sua própria “leitura qualitativa” das obras de Marx, isto porque, definido o “campo de batalha”, é impossível não recorrer ao pensamento de Marx e Engels. O recurso aos cânones do marxismo não incorre, como parece propor Thompson, no capítulo seis de *The Poverty of Theory*, em um “marxismo doutrinário”⁶¹. As questões envolvendo a disputa em torno das obras de Marx e Engels se coloca, desse modo, no centro da definição do *materialismo histórico*, na medida em que esse recorte autoriza um determinado campo conceitual e metodológico.

Mais precisamente, no que tange à definição de *materialismo histórico* presente em *The Poverty of Theory*, o ponto que o define enquanto disciplina que mantém diálogo com o real marca essa tendência a delimitar enquanto “materialismo” o recurso à “evidência” sensível.

⁶⁰ Texto original: La revitalización de las ideas del joven Marx fue también, entre otras cosas, obra de muchos escritores y fue también, entre otras cosas, obras de muchos escritores y comentaristas occidentales que no tenían un compromiso con el socialismo: [cita Tucker, Avineri, Bigo e Calvez]. (...) La influencia de la religión nunca estuvo lejana durante este período, incluso entre muchos intelectuales que eran sin embargo socialistas [cita Garaudy e Fromm] (ANDERSON, 1985, p. 120).

⁶¹ O historiador se define enquanto um “praticante do materialismo” que testaria as categorias em sua prática como historiador e, portanto, o recurso a uma “exegese textual” deveria ser superado.

Esse recurso, quase automático, que definiria o que é *materialismo* e o que é *idealismo* traça essa diferença a partir do “objeto”. Thompson entende como “materialista” uma disciplina que dialoga com o “real”, qualquer outra proposição contrária seria uma forma de *idealismo*, pois levaria a primazia de categorias do pensamento sobre o *objeto real-concreto*. É nessa disputa em torno da obra de Marx para definir o *materialismo histórico* que se esboça a questão do *objeto da História*.

4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO?

A questão do *objeto da disciplina histórica* delimita as demais concepções elaboradas em *The Poverty of Theory*, pois, o argumento central da definição *thompsoniana* de *conhecimento histórico* recorre à “concretude” desse *objeto* (*evidências ou fontes históricas*) para definir seu *método*, seus *conceitos* e sua concepção sobre o *materialismo histórico*.

4.1 O OBJETO DA HISTÓRIA

Em *The Poverty of Theory*, o objeto da História é apresentado como sendo a "história real" e atende a dois objetivos principais: produzir conhecimento sobre “formação social particular no passado” e “conhecer quem somos”, “porque estamos aqui” e “que possibilidades humanas se manifestaram” (THOMPSON, 1981, p. 57-58). Podemos assumir que, embora a *história real* seja destacada por Thompson como *objeto dessa disciplina*, o verdadeiro *objeto*, *que define os objetivos, conceitos e seu método*, é o “homem concreto”, esse “homem” em seu *passado*. Thompson busca apresentar um conhecimento da “Lógica” do processo histórico no nível macro, mas se esforça para não perder de vista esses “homens-concretos” em sua individualidade, sejam eles Swift, Walpole ou a “mulher” que usa como exemplo (*ibid.*, p. 167). Segundo Thompson (*ibid.*, p. 169), são nas pessoas que encontramos “(...) determinações que se cruzam e que essas pessoas estão sempre tentando controlar e conciliar”, portanto, é possível afirmar que esse “homem-concreto que sofre ‘pressões’” aparece sempre como ponto de partida para a produção do conhecimento histórico. Essa tendência que aparece em *The Poverty of Theory*, talvez tenha sua origem em Marc Bloch, um dos poucos intelectuais não-ingleses que Thompson faz referência de maneira elogiosa, caracterizando-o como “formidável praticante do materialismo histórico” (*ibid.*, p. 28). Logo, é possível que as máximas “a história é uma ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55) e “Já o bom historiador, se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (*ibid.*, p. 54) estejam mais presentes na compreensão de Thompson do que ele mesmo admite.

Há vários elementos que podem ser discutidos a partir das questões suscitadas na polêmica, mas restringirmo-nos a duas: a *qualidade* do objeto da história e a diferença entre *objeto real* e *objeto de conhecimento*. O primeiro elemento – a *qualidade do objeto da história* – se apresenta na discussão em torno de *Anti-Düring* (1878) e dos escritos de Engels após a

morte de Marx. A ideia central circunda a definição de que os conceitos de história devem corresponder a *natureza* de seu objeto. O trecho que elucida essa questão é o seguinte:

Se deduzirmos o esquematismo do mundo não a partir de nossas mentes, mas apenas através de nossas mentes a partir do mundo real, deduzindo os princípios básicos do ser daquilo que ele é, não precisaremos para isso de filosofia, mas do conhecimento positivo do mundo e do que nele acontece; e o que isso proporciona também não é filosofia, mas ciência positiva (ENGELS, s.d., p. 45 apud THOMPSON, 1981, p. 64).

É a partir das ideias presentes no capítulo III da Parte I “*Filosofia*” da obra *Anti-Düring* que Thompson se vale para reafirmar que a matéria histórica é cambiante⁶²; e, a necessidade de correspondência entre conhecimento e *objeto real* (materialismo), sendo seu oposto (apresentado como o *althusserianismo*) a produção de conhecimento a partir do próprio pensamento (idealismo). Essas duas características indicariam que o conhecimento histórico não pode ser estático (recorrer a “Leis fixas” para explicar os processos históricos). Esse “objeto histórico” não aparece, em *The Poverty of Theory*, como “teoria”, mas como “matéria real” (THOMPSON, 1981, p. 62-63). Na leitura de Thompson, Althusser rejeita a necessária correspondência entre “concreto-real” e conhecimento, sendo que suas críticas a Engels não reconhecem a “renovação” proposta por Engels ao delimitar, em *Ludwig Feuerbach*, “o fim da filosofia clássica alemã” que: “Para a filosofia, que foi expulsa da natureza e da história, resta apenas o âmbito do pensamento puro” (ENGELS, s.d., p. 69 apud THOMPSON, 1981, p. 64).

Além de colocar-se novamente a disputa entre Filosofia e a História, em torno de qual seria o terreno próprio do materialismo histórico, para Thompson, esse *passado* como objeto da história sempre se apresentará como vestígios objetivos de uma realidade que passou e caberia ao historiador, a partir desses objetos concretos-reais, reconstruir essa realidade para compreender o presente. Segundo Thompson (1981, p. 65-68), tanto Marx como Engels definiram que as categorias históricas são históricas e mutáveis, pois correspondem a esse objeto real (a história) e só são verdadeiras quando expressam essa necessária correspondência. Cabe, portanto, ressaltar que, essa “correspondência” entre conhecimento e objeto em Thompson, é expressa como “mudança” ligada à noção de “tempo histórico” como continuidade, ou mais precisamente, como uma mudança que se manifesta em uma *periodicidade do conceito*.

Essa necessária correspondência indica, para Thompson (1981, p. 9-11, 66, 68), que é necessário construir o materialismo histórico a partir de um discurso empírico que seria seu

⁶² Parte II “Economia Política”, Capítulo I “Objeto e método” de *Anti-Düring*. A afirmação feita é que a Economia política é uma ciência histórica, portanto, sua matéria é histórica (sujeita a mudança), que o método parte do particular (leis específicas) para o geral (leis válidas para outros períodos históricos).

propósito. A “Teoria” althusseriana seria o oposto disso, pois para Thompson, em *Lire le Capital*, ao afirmar que o empirismo é uma ideologia, Althusser estaria defendendo que o objeto da história é a própria “Teoria” e que ao contrário de categorias “históricas” e sujeitas as determinações do “objeto real”, Althusser estaria propondo categorias fixas características do estruturalismo. É necessário, portanto, indicar que Thompson (ibid., p. 14) afirma que Althusser confunde o "empirismo" com "controle empírico" e por isso, a crítica do filósofo franco-argelino não deveria ser considerada. Nesse sentido, é válida a afirmação de Hindess e Hirst⁶³ (1979, p. 434-435) de que, para Althusser, o empirismo não é uma "escola histórica", mas sim um conceito que possui como consequência teórica a concepção do conhecimento como reconhecimento de uma verdade presente no *objeto real*. Em *Lire le Capital*, essa crítica se expressa na necessidade de superar o "sensível imediato", a objetividade desse "tempo histórico" linear (ALTHUSSER, 1980, p. 31, 42, 56).

O principal desdobramento dessa definição do *objeto da história*, tal qual Thompson define a partir de Engels, é a concepção de categorias ou conceitos como “aproximações” ou “expectativa”.

(...) que só os conceitos nos permitem “ver sentido na” realidade objetiva, compreendê-la e conhecê-la, (...) mas que mesmo no ato de conhecer podemos (e devemos) saber que nossos conceitos são mais abstratos e mais lógicos do que a diversidade dessa realidade – e, pela observação empírica, *podemos saber isto também*. (...) A definição não nos pode dar o acontecimento real (THOMPSON, 1981, p. 67, grifos do autor).

Portanto, quando afirmamos anteriormente que Thompson esboça, em *The Poverty of Theory*, uma proposta teórico-metodológica, deve-se a essa ênfase em uma metodologia pautada na observação empírica que é necessária dada a concepção que ele possui da natureza desse objeto, ou seja, de sua objetividade. A História como uma “disciplina positiva” requer esse diálogo com o seu objeto concreto-real e esse diálogo passa predominante pelo domínio metodológico. Para Thompson (1981, p. 68), somente esse diálogo “teórico-empírico” seria capaz de romper com o “estruturalismo althusseriano” e é precisamente esse ponto que definiria o materialismo histórico na sua concepção historiográfica.

Em *Lire le Capital*, Althusser (1980, p. 54-56) busca reafirmar a necessidade de especificar o conceito “história” na concepção marxista para que se evite cair em uma concepção ideológica. Isso se deve, pois ele, busca se contrapor à tese de Engels em *Anti-Düring* sobre a impossibilidade de produzir definições (conceitos) científicas. A necessidade

⁶³ Para os autores o empiricismo reduz o conhecimento científico a fatos dados na realidade ou a experiências de sujeitos humanos “dadas” (HINDESS, HIRST, 1976, p. 8).

de traçar uma *linha de demarcação* entre ciência e ideologia, torna fundamental a distinção entre o objeto real (gênese da história real) e o objeto de conhecimento (conceitos, categorias, etc.), Althusser entende que Engels mistura a lógica do desenvolvimento histórico com o desenvolvimento lógico da teoria. Não há, como indica Thompson, a ideia de que a teoria está alheia à história, mas de que para produzir conhecimento científico sobre essa realidade é necessário que esses conceitos, categorias ou noções não “sirvam à história”, ou seja, não estejam subordinadas a essa objetividade aparente. Althusser não busca esboçar uma “teoria maniqueísta” na qual as categorias são completamente autônomas em relação a realidade; na qual a teoria produz sua própria verdade a partir de seus próprios termos criados em seu “laboratório”. O que se manifesta é a preocupação com a desqualificação da ciência como explicação possível para a realidade, se toda a “verdade” está contida nessa realidade objetiva, o conhecimento científico perde sua especificidade frente formas de conceber o real.

Para identificar o desenvolvimento dos conceitos com o desenvolvimento da história real, é preciso, pois, ter identificado o objeto do conhecimento com o objeto real, ter submetido os conceitos às determinações reais da história real. Engels afeta assim os conceitos da teoria da história com um *coeficiente de mobilidade*, diretamente tomado à sucessão empírica (à ideologia da história) concreta, transpondo assim o “concreto-real” no “concreto-de-pensamento”, e o histórico como mudança real no próprio conceito. Sob premissas tais, o raciocínio é cabalmente obrigado a concluir pelo caráter não-científico de qualquer definição: “*as definições não têm valor para a ciência*”, dado que “*a única definição real é o desenvolvimento da própria coisa, mas esse desenvolvimento não é mais uma definição*”. No caso ainda, a *coisa real* entra no lugar do conceito, e o desenvolvimento da coisa real (isto é, a história real da gênese concreta) entra no lugar do “*desenvolvimento das formas*” que, tanto na *Introdução* como em *O Capital*, é explicitamente declarado como transcorrendo exclusivamente no conhecimento, referindo-se exclusivamente à ordem necessária de aparecimento e desaparecimento dos conceitos no discurso da demonstração científica (ALTHUSSER, 1980, p. 56, grifos do autor)

Althusser (1980, p. 57-59) atenta para a distinção entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* presente em *O Capital*, obra na qual Marx busca elaborar sua concepção do conceito de história. Para ele, a ideologia empirista entende que *O Capital* deva ser lido como um “modelo teórico” a ser aplicado sobre um objeto real-concreto.

O que nos importa é precisamente o *uso* que se faz desse gênero de lugares-comuns repetidos fastidiosamente sobre o tema dos excessos da transcendência do concreto. Ora, na concepção do conhecimento como “modelo”, vemos o real ou o concreto intervir para permitir pensar a relação, isto é, a *distância* do “concreto” à teoria, ao mesmo tempo *na* própria teoria, e *no* próprio real, e não num real exterior a esse objeto real do qual a teoria dá precisamente o conhecimento, mas *nesse objeto real mesmo*, como uma relação da *parte* com o *todo*, de uma parte parcial” com um todo superabundante (cf. tomo I, cap. I, parágrafo 10). Essa operação tem por efeito inevitável fazer pensar a teoria como um instrumento empírico, entre outros, em suma, reduzir diretamente toda teoria do conhecimento como modelo ao que ela é: uma forma de pragmatismo teórico (ALTHUSSER, 1980, p. 60, grifos do autor).

Apresenta-se, portanto, o problema decorrente dessa concepção: a *teoria* é entendida como algo externo que deve ser aplicado ou utilizado para compreender um *objeto real-concreto* que se apresenta como *evidência positiva* de uma realidade passada. A existência dessa *evidência* por si, constitui fator de prova e validação do conhecimento. Essa externalização do *objeto* que se tornará matéria para a produção do conhecimento, conduz, em *The Poverty of Theory*, a um modelo que além de conceber a proposição de uma *teoria da história* como a fixação de “leis” alheias à história e seu objeto, concebe também que o critério de validação desse conhecimento produzido encontra-se na objetividade de seu objeto e na aplicação de uma metodologia particular. A *dialética materialista* ficaria restrita a isso. Devemos, portanto, retomar a concepção de *concreto pensado* na *Introdução à crítica da Economia Política de 1859*,

O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung* = concentração, síntese) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento (*im Denken*) como processo de concentração (síntese), como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação (*der Ausgangspunkt der Anschauung und der Vorstellung*) (MARX, 2010, p. 111, grifos do tradutor).

Thompson, em *The Poverty of Theory*, não cita ou recorre a essa obra para definir sua concepção “materialista”, mas recorre a Engels para defender sua posição. Nesse trecho de *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx busca esboçar sua metodologia materialista a partir da crítica à Economia Política clássica. Marx parte da concepção de que é possível conhecer partes da totalidade social e esse processo deve visar não só o conhecimento da realidade, mas também sua transformação. Quando fala em “método cientificamente exato”, Marx busca distinguir sua proposta do idealismo e dos materialismos que eram reféns das aparências do concreto-real, por isso, o concreto-real aparece como um duplo: o *concreto* tal como é apresentado em outras teorias materialistas ou mesmo no positivismo (que Marx critica e busca distanciar-se), ou seja, como conhecimento possível do objeto real-concreto, porque esse *concreto-real* tal qual é apresentado em outras teorias não é o ponto de partida, esse *concreto-real*, nunca é *dado*, sempre se apresenta como *síntese de múltiplas determinações* que precisa ser submetido a um *método científico* para torná-lo cognoscível, porém esse “concreto” não é ponto de partida. O objetivo da ciência marxista é a apropriação do concreto e isso só é possível a partir do processo de abstração e elaboração teórica que tem um caráter de correspondência com essa realidade, pois o pensamento se apropria do concreto, mas o concreto não deixa de existir nesse processo.

Esse processo de abstração não é uma extração de algo que já é dado nesse concreto, que estava latente. A abstração é um processo de reflexão racional sobre as relações que envolvem essa realidade, relações essas que são multiplamente determinadas. É desse processo dialético entre abstrato e concreto que se chega ao *concreto pensado* que nada mais é que o conceito ou categoria que consegue explicar a complexidade de processos ou fenômenos reais, ou seja, concentra as determinações reais e constitui-se como meio para compreender o real. É a partir desse *processo de reflexão* que se pode entender esse *todo orgânico*, portanto a *abstração* não é um fim, é um *recurso teórico* que irá também estabelecer os critérios de validade.

Em suma, o processo de conhecimento, tal como concebe Marx, é dialético e visa não a elaboração de categorias genéricas que condensem esse concreto, mas sim a reflexão desse *objeto* que já é uma *construção abstrata*, na medida em que sintetiza múltiplas determinações e que em um primeiro momento, enquanto matéria prima, não explica o processo tal qual ele é e nem fornece meios para mudar essa realidade. Para a elaboração da ciência é necessário superar a realidade sensível tal qual se apresenta na experiência e buscar a reprodução refletida dessa realidade no pensamento.

Nesse sentido, o *concreto simples* se apresenta para o pesquisador como estímulo para o pensamento, como conceitualização simples e, portanto, uma matéria já produzida; a *abstração* tem por finalidade romper com a forma sob a qual esse *concreto simples* se apresenta para obter-se o *concreto pensado*, o resultado problematizado, conceito ou categoria que apresenta a realidade em uma formulação racional, *desmistificada*. A realidade imediata ou as *evidências* dessa realidade, que não é mais alcançável, não apresenta esse grau de *objetividade* que é expresso em muitas definições *materialistas* da história. Althusser, em *Pour Marx* e em *Lire Le Capital*, concebe esse empírico não como uma dimensão sensível totalizante (que expressa essa "riqueza do real" que nos referimos anteriormente), mas como um objeto mais amplo que não pode ser completamente conhecido.

No capítulo VI de *The Poverty of Theory*, Thompson abarca uma série de questões sobre o *ofício do historiador*, entre elas, a relação do historiador com seu objeto: as *evidências*, os *fatos* históricos. Esses elementos são apresentados como *vestígios* de um passado que só pode ser alcançado a partir de "(...) mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta" (THOMPSON, 1981, p. 38). Thompson se vale das afirmações de Popper e Hindess e Hirst para fundar sua crítica ao *althusserianismo*, e afirma que os historiadores em sua prática não ignoram que: a) parte das *evidências* sobrevivem a partir de alguma intencionalidade dos atores,

mas algumas *evidências* permanecem sem possuir uma intencionalidade por parte dos atores; e b) os *atos históricos* são “produzidos” a partir de *atos evidenciais*.

O ponto “a” é dirigido a Popper e busca demonstrar que alguns registros são produzidos a partir de alguma intenção para a posteridade, mas nem todos o são; e o ponto “b” dirige-se a Hindess e Hirst, tenta se opor ao que considera “manufatura da história”, ou seja, os *atos*, para Thompson, estão “dados”, no sentido em que existem independentemente da vontade do historiador, e são “produzidos” a partir desses objetos “dados” ou *atos evidenciais*, “E a própria condição de ‘dados’ dos fatos, as propriedades determinadas que apresentam ao praticante, representam uma metade do diálogo que constitui a disciplina do historiador” (THOMPSON, 1981, p. 36). Quando fala em “condicionamentos empíricos” recorre à ideia de que a realidade “dada” se apresenta ao historiador, algumas fontes produzidas para a posteridade e outras não. A partir desses objetos “dados”, o historiador que possui uma mente “treinada” irá analisar esses objetos a partir das questões que propõe e só então poderá obter o “conhecimento” sobre essa série de evidências das quais o historiador se utiliza. Thompson busca rejeitar a concepção de que os fatos, tal como compreenderia Popper, se apresentam a partir de uma teoria preconcebida.

Os fatos estão *ali*, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, mas isso não implica, de certo, uma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações (conhecimento histórico) por si mesmos, e independentemente dos procedimentos teóricos. Poucos empiristas diriam isso, e certamente não Popper. Mas na medida em que esta noção sobreviva, o faz em nível de metodologia mais que de teoria; isto é, se for possível criar somente o *método* correto, geralmente quantitativo (positivismo armado de computador), então os fatos revelarão seus significados independentemente de qualquer exercício conceptual rigoroso. Discuti com a estase desse tipo de posição “empirista”, durante muitos anos, em minha própria prática, e não pretendo repetir essa discussão. Uma pequena parte daquilo que Althusser tem a dizer sobre o “empirismo” (quando concebido como ideologia) é justa. E é o reconhecimento imediato da obviedade dessa justiça – tanto o seu “senso comum” como sua aceitabilidade acadêmica geral – que constitui a porta de entrada habitual para os leitores inexperientes, e que os convida ao interior de seu absurdo mundo silogístico (THOMPSON, 1981, p. 37).

É a partir dessa crítica comum ao *empiricismo* enquanto ideologia que Thompson (1981, p. 42-43) parte para sua definição do *objeto* da disciplina histórica como *evidência real* que difere de seu conhecimento e que possui função determinante sobre o conhecimento produzido, “(...) essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo (ou alguma compreensão aproximada dele) é o objeto do conhecimento histórico” (THOMPSON, 1981, p. 37-38). Com isso, Thompson (*ibid.*, p. 38) afirma que não está propondo que os “(...) os fatos revelam involuntariamente seus próprios significados, que as

respostas são fornecidas independentemente das questões etc” e que qualquer historiador sabe que,

(...) os ‘fatos’ são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras (...) podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas. Portanto, isto é sabido: conhecemos nosso ofício tão bem quanto os filósofos conhecem o seu (ibid., p. 38).

Thompson afirma que partir da concepção de *fatos reais-concretos* e da possibilidade de estudo de grupos ou séries evidenciais não corresponderia ao *empiricismo*, o historiador estaria apto para reconhecer as armadilhas possíveis a partir de sua *metodologia* e das *fontes* que tem acesso. Para Thompson (1981, p. 40), nem Popper nem Althusser tem interesse pelos procedimentos do historiador ou pela natureza do conhecimento histórico.

(...) os fatos não revelarão nada por si mesmos, o historiador terá que trabalhar arduamente para permitir que eles encontrem “suas próprias vozes”. Mas atenção: não a voz do historiador, e sim a *sua (dos fatos) própria voz*, mesmo que aquilo que podem “dizer” e parte de seu vocabulário seja determinado pelas perguntas feitas pelo historiador. Os fatos não podem “falar” enquanto não tivessem sido interrogados (THOMPSON, 1981, p. 40).

Ao traçar como parte fundante desse “condicionamento empírico” o “dar voz as fontes”, Thompson busca contrapor a sua leitura à realizada por Althusser, que entenderia a história como produto da teoria, ou seja, como *abstração* dos fenômenos reais ao nível elementar. Thompson (1981, p. 41) busca apresentar uma crítica à metáfora empregada por Althusser, segundo a qual: “O conhecimento da história não é histórico, tanto quando não é açucarado o conhecimento do açúcar” (ALTHUSSER, 1980, p. 46) em que busca traçar uma distinção entre conhecimento e seu objeto. Thompson também indica a ambiguidade do termo “histórico” que remeteria ao mesmo tempo a “evidências histórico-reais” e ao conhecimento da disciplina histórica, “Althusser pretende que nós (...) confundamos esses dois significados. Se ele tivesse proposto que o ‘conhecimento histórico não está relacionado com a história, tanto quanto não é açucarado o conhecimento do açúcar’, não reconheceríamos imediatamente uma revelação de verdade” (THOMPSON, 1981, p. 41). Essa crítica perpassa pela necessidade de estabelecer uma exclusividade do campo da história, ou mais precisamente, combater a “arbitrariedade” da Filosofia quando se refere à História.

Segundo Anderson (1985, p. 7), há de fato uma confusão provocada pelo uso do termo “histórico”, mas a argumentação de Thompson não se sustenta, na medida em que não esclarece a diferença entre objeto real e objeto de conhecimento. O objetivo de Althusser era “dramatizar” essa diferença existente entre objeto real e objeto de conhecimento. No que remete ao uso do

termo histórico, há de fato um leque de usos que muitas vezes só pode ser entendido pelo contexto, mais especificamente o uso desse termo, em *Pour Marx*, parece indicar “pertence a um momento histórico”, “desempenha papel histórico” ou “é um acontecimento histórico”; mas no contexto no qual é empregado em *Lire le Capital* (especificamente nessa passagem) seu sentido é esclarecido anteriormente, portanto, torna-se necessário considerar não apenas o trecho isolado, mas o problema colocado.

A questão aparece em *The Poverty of Theory* sob os termos:

Dizer que a estrutura poderia ser revelada pelos procedimentos da investigação histórica não tem sentido, porque tudo o que podemos conhecer da história são certas representações conceptuais: Generalidades I impuras. Portanto, a “verdade” histórica só pode ser revelada dentro da própria teoria, pelos procedimentos teóricos (“o processo que produz o conhecimento-concreto se passa totalmente na prática teórica”) (AFM⁶⁴, 162). O rigor formal de tais procedimentos é a única prova da “verdade” desse conhecimento, e de sua correspondência com os fenômenos “reais”: o conhecimento-concreto assim estabelecido, traz consigo todas as “garantias” necessárias – ou todas as que podem ser obtidas. “A história em si não é uma temporalidade, mas uma categoria epistemológica que designa o objeto de uma certa ciência, o materialismo histórico.” “O conhecimento da história não é histórico, tanto quanto não é açucarado o conhecimento do açúcar.” (LC⁶⁵, 46/II) (THOMPSON, 1980, p. 24, grifos do autor)

Thompson buscava esboçar uma crítica ao “sistema das generalidades⁶⁶” e a concepção de “prática teórica” quando insere a “máxima althusseriana” sem apresentar o problema do qual trata:

Para atender a essa exigência [esclarecer o conceito de “tempo” na teoria marxista da história], temos uma vez mais que purificar nosso conceito de teoria da história, de modo radical, de toda contaminação pelas evidências da história empírica, pois sabemos que essa “história empírica” nada mais é que o aspecto desnudo da ideologia empirista da história. Devemos, contra essa tentação empirista cujo peso é imenso – e que no entanto não é sentido pelo comum dos homens, e inclusive por certos historiadores, como não é sentido pelos homens deste planeta o peso da enorme camada atmosférica que os esmaga -, ver e compreender claramente, sem qualquer equívoco, que o *conceito de história* não mais pode ser empírico, isto é, *histórico* no sentido vulgar, que, como já dizia Spinoza, *o conceito de cão não pode ladrar*. Devemos conceber do modo mais rigoroso a necessidade absoluta de libertar a teoria da história de qualquer envolvimento com a temporalidade “empírica”, com a concepção ideológica do tempo que a sustenta e encobre, com essa noção ideológica de que a teoria da história possa, *enquanto teoria*, estar submetida às determinações “concretas” do “tempo histórico”, sob o pretexto, de que esse “tempo histórico” constituiria seu objeto (ALTHUSSER, 1980, p. 46 grifos do autor).

⁶⁴ Refere-se a *Pour Marx*.

⁶⁵ Refere-se a *Lire le Capital* volume II.

⁶⁶ O sistema de generalidade de Althusser é o processo pelo qual ocorre a produção do conhecimento científico. A matéria-prima ou generalidade I (GI) é o objeto de conhecimento; a generalidade II (GII) é o trabalho de produção, que é a prática teórica (método e teoria) aplicados para a transformação do objeto de pensamento; e a generalidade III (GIII) ou produto que é uma nova generalidade (DOMESGUE, 196-?, P. 64-79). Retornaremos a esse tema adiante.

Althusser não está afirmando que o conhecimento da História não possui correspondência alguma com a história concreta, o que busca rejeitar é a concepção de que os conceitos da História são mutáveis tal qual se apresenta a *natureza da matéria histórica* (objeto real). Busca reafirmar a concepção de *concreto-pensado* presente na *Introdução* (1859) e abandonar a ideologia empiricista. É necessário, portanto, conceber a *matéria-prima* do processo de conhecimento histórico como “*matéria-prima previamente formulada*” (objeto de conhecimento), que possui orientação teórica ou ideológica na forma que se apresenta. É necessário superar o obstáculo epistemológico que se coloca para a formulação de uma teoria marxista da história: a objetividade de seu objeto.

(...) o *concreto-do-pensamento* que é um conhecimento e o *concreto-realidade*, que é o seu objeto. O processo que produz o concreto-conhecimento se passa totalmente na prática teórica: refere-se, entenda-se bem, ao concreto-real, mas esse concreto-real “subsiste após como antes em sua independência, no exterior do pensamento” (Marx), sem que jamais possa ser confundido com esse outro “concreto”, que é o seu conhecimento. Que o concreto-do-pensamento (Generalidade III) considerado seja o conhecimento do seu objeto (concreto-real), eis o que não constitui “dificuldade” a não ser para a ideologia, que transforma essa realidade no chamado “problema” (o Problema do Conhecimento), que considera como problemático o que é justamente produzido como solução não-problemática de um problema real pela própria prática científica: a não-problematicidade da relação de um objeto e do seu conhecimento (ALTHUSSER, 1979, p. 162).

O *objeto* ou *generalidade I* da História é um *objeto produzido*, sendo que a *realidade* aparece não como ponto de partida, mas como objetivo do processo de conhecimento. Só pode-se transformar a *realidade* na medida em que são conhecidos os mecanismos de *exploração* que subjagam os homens *concretos-reais*. É possível afirmar que, em *Pour Marx*, não há uma ênfase na necessária “correspondência” ou “adequação” do conhecimento com o *objeto real-concreto*, pois parte da necessidade de rejeitar a ideologia empirista que se baseia, sobretudo, na objetividade desse objeto sensível. Thompson afirma, por sua vez, que Althusser confundiu “empiricismo” com “condicionamentos empíricos” (THOMPSON, 1981, p. 12), e por conta disso, todos os seus argumentos estariam equivocados. Essa “confusão” não é um “mal-entendido” de fato, pois quando Althusser elabora sua crítica ao empiricismo, busca se opor à ideia de uma *mutabilidade conceitual provocada pela necessária correspondência com um objeto real*, princípio esse que é o eixo central de toda a exposição teórico-metodológica de *The Poverty of Theory*. Essa crítica, contudo, não nega a autonomia e a existência dessa história real independente do conhecimento que se produz sobre ela, assim como a relação de inadequação-adequação com o mundo se traduz na ideologia, na forma como é vivida pelos homens (ALTHUSSER, 1979, p. 55, 208).

A negação desse modelo *objeto real e conhecimento que deve se adequar* é também a rejeição de um modelo e de uma lógica de produção de conhecimento que é externa ao próprio processo de conhecimento, no qual, da história (ente externo) deve-se abstrair sua essência (verdade) através de um método adequado (prática técnica) (ALTHUSSER, 1979, p. 162). A história, em *Pour Marx* e em *Lire le Capital*, aparece não como *processo real-concreto*, mas como *história refletida*. É nesse sentido que a prática teórica “produz” seu objeto.

Nesse caso, utilizar a Teoria não significa *aplicar-lhe* as fórmulas (as do materialismo, da dialética) a um conteúdo preexistente. (...) A aplicação exterior de um conceito jamais é o equivalente de uma *prática teórica*. Essa aplicação em nada muda a verdade recebida do exterior, salvo o seu *nome*, batismo incapaz de produzir alguma transformação real nas verdades que o recebem (ALTHUSSER, 1979, p. 147).

Para Althusser (1979, p. 149-150), é necessário superar a percepção da *dialética materialista* como metodologia, pois ela é uma *ordem de raciocínio específica do marxismo que ordena e orienta a prática teórica e a prática política marxista*. Talvez possamos indicar, a partir disso, que essa "metodologia dialética" comumente difundida de que se parte de uma "material dado", a partir do qual se busca refletir "teórica" e "metodologicamente" para então obter um conhecimento empiricamente "verificável" apresenta alguns problemas: a) subordina o conhecimento a uma *natureza desse objeto real externo*, reproduzindo a lógica "sujeito-objeto" da teoria do conhecimento clássica de forma pouco problematizada, pois; b) supõe que esse objeto real possui uma verdade "em si" que precisa ser extraída; c) essa correspondência se apresenta como equivalente à "natureza" específica desse objeto, mas na prática se mostra como uma reprodução de noções que nada mais são que "convenções" teóricas, como é o caso do "tempo cronológico"; d) o conceito teórico surge sempre como "meio" para conhecer que depende da aplicação de uma determinada técnica ou método para compreender essa realidade, está sempre a serviço de uma percepção primária da realidade que no limite não é problematizada, logo; e) esse método não indica uma adequação com a natureza de sua matéria-prima, mas um processo de redução dessa realidade a alguns elementos, os que podem ser percebidos; e f) para "justificar" esse desconhecido que em algum momento virá a ser conhecido, defende-se a ideia de um conhecimento que muda de acordo com a "natureza" de seu objeto, que no limite, não indica o processo de desenvolvimento da ciência, mas que "novas descobertas" sobre essa verdade contida no objeto real iriam provocar essa mudança, e com isso, tem-se também a defesa da supremacia desse "real percebido" sobre o conhecimento.

O que Thompson não nos indica, em *The Poverty of Theory*, é que a relação entre *objeto real e a reflexão sobre esse objeto* está presente em Althusser, que estabelece uma distinção que demarca a autonomia do *objeto* frente ao seu conhecimento. Segundo Althusser (1979, p.

55-56), é preciso pensar a *estrutura determinada da unidade de pensamento*, ou seja, a maneira de refletir o objeto. A *problemática* põe em referência a ideia do processo interior do próprio pensamento. Althusser afirma que “(...) na própria *questão*, isto é, na maneira de refletir um objeto (e não no próprio objeto) que é necessário buscar a mistificação ideológica (ou, ao contrário, a relação autêntica do objeto)” (ibid., nota 29) e “(...) no interior de um pensamento, o sistema de referência interna objetivo dos seus próprios temas: o sistema das questões que comandam as respostas dadas por essa ideologia” e “(...) essa *problemática* é, ela própria, uma resposta, (...) aos problemas objetivos que o seu tempo coloca à ideologia” (ibid., nota 30). Para Althusser, não é a matéria que qualifica a reflexão, mas a modalidade.

Não é a matéria da reflexão que caracteriza e qualifica a reflexão, mas, nesse nível, a *modalidade da reflexão*, a relação efetiva que a reflexão mantém com os seus objetos, isto é, a *problemática fundamental* a partir da qual são refletidos os objetos desse pensamento. Não digo que a matéria da reflexão não possa modificar, *em certas condições*, a modalidade da reflexão, (...) essa reestruturação da *problemática* de uma ideologia, atravessa outros caminhos além da simples relação imediata do objeto à reflexão. Pois, se se quer colocar melhor o problema dos *elementos* dessa perspectiva, reconhecer-se-á que tudo se atém a uma questão que lhe é preliminar: a da *natureza da problemática a partir da qual são efetivamente pensados* num texto dado (ALTHUSSER, 1979, p. 56).

Em *Pour Marx*, Althusser (1979, p. 163) afirma que a distinção entre *abstrato* e *concreto* é uma divisão ideológica que nega a prática teórica e o conhecimento científico como válidos. Em *Lire le Capital*, Althusser (1980, p. 46) afirma que é necessário para a elaboração de uma concepção materialista da história, não confundir *objeto real* com *objeto do conhecimento*. A *generalidade I* não surge no *vazio teórico*, como indica Thompson (1981, p. 44), mas é concebida como *objeto do conhecimento* que deve ser transformado em conhecimento científico. Althusser não rejeita a possibilidade de mudança a partir do objeto, mas essa alteração nunca se dá por um conhecimento contido no próprio objeto, se manifesta a partir da própria *problemática*. A *problemática* não é abstração de uma totalidade expressa em pensamento, ela é a *estrutura concreta e determinada* de um pensamento (ALTHUSSER, 1979, p. 56-57).

4.2 O LUGAR E A FUNÇÃO DOS CONCEITOS HISTÓRICOS

Como vimos tentando demonstrar, os *conceitos e categorias históricas* ocupam, em *The Poverty of Theory*, um lugar central para a definição do *materialismo histórico*. O historiador compreende que o “estruturalismo” althusseriano (THOMPSON, 1980, p. 112) não fornece meios para produzir um conhecimento “materialista” sobre a história, pois elaboraria

sua matéria-prima no âmbito teórico, desvinculado da realidade e, portanto, ignorando o necessário diálogo empírico que a disciplina exigiria. Para Thompson (ibid., p. 56), os conceitos e categorias históricas devem ser apresentados não como “Leis” (o que realizaria Althusser e outros marxistas ortodoxos em sua leitura), mas como “expectativas” sobre a realidade, sendo sua formulação suscetível às mudanças dessa matéria.

Buscamos nesse subitem identificar a compreensão que os autores possuem sobre o *lugar e a função dos conceitos históricos*, portanto, em nossa abordagem os conceitos considerados, como *modo de produção, formação social, experiência, determinação e sobredeterminação*, são apresentados de maneira sumária para localizar os termos sob os quais se desenvolve a questão que buscaremos evidenciar.

Thompson busca elaborar uma concepção “alternativa” do materialismo histórico, dá menos ênfase a elaboração dos conceitos canônicos do marxismo como “modo de produção” e “formação social”, chegando a negligenciar a distinção entre os dois conceitos na obra de Althusser (ANDERSON, 1985, p. 74; HIRST, 1979, p. 426). Há em *The Poverty of Theory* de fato uma negatização do conceito de *modo de produção* como resultado da aproximação indiscriminada de Marx a Economia Política em *Uma Contribuição para a Crítica a Economia Política* (1857) e em *Grundrisse* (1858) (THOMPSON, 1981, p. 86, 171, 181, 186). Apesar disso, Thompson se vale do conceito de “totalidade”⁶⁷ para definir a *função* do materialismo histórico, como indicamos anteriormente, essa concepção de uma “totalidade unitária” que é objeto desse conhecimento que reclama ao mesmo tempo uma objetividade dos dados empíricos e os condicionamentos que esse impõe sobre o conhecimento, não estaria de acordo com o próprio exercício que Marx em suas obras de maturidade. A negação de uma história “setorial” (história política, história econômica, etc.) (ibid., p. 82) surge na polêmica como necessária para reafirmar essa unidade da totalidade social que se manifestaria na categoria central do pensamento *thompsoniano: experiência*.

Para Thompson (1981, p. 93, 130, 171-175), o modo de produção é determinado por uma formação social determinada, existindo entre eles uma correspondência das formas políticas e ideológicas. Thompson busca reforçar esse “realismo” presente em sua concepção historiográfica e afirma que a concepção de *modo de produção* provoca a dissociação completa

⁶⁷ Anderson (1985, p. 16) se opõe a essa concepção de um conhecimento “total” e “aproximado” ou “elástico” como definição para a História. Essa pretensão torna-se pouco precisa quando Thompson reivindica a objetividade empírica do objeto da história como critério de validação. Cabe, portanto, ressaltar que nem Anderson, nem Althusser e nem Thompson consideram ser possível um conhecimento “verdadeiro” como algo fixo e acabado, todos compreendem que o conhecimento é provisório e está em constante desenvolvimento. A diferença fundamental é que Anderson e Althusser tendem a ressaltar a necessidade de maior elaboração e especificidade conceitual da História e Thompson reclama uma maior flexibilização das categorias.

entre as tradições marxistas, ou seja, enquanto sua tradição marxista alternativa concebe o *modo de produção* ou o “conceito de um modo estruturado de produção” como meio para a análise do “fenômeno real”, para os defensores da *prática teórica* esse conceito existe como *abstração que não levaria em conta os condicionamentos empíricos*. Novamente se apresenta a definição entre “boa” e “má” teoria, sendo que a adequada ao marxismo, segundo Thompson, é a “luta teórica” que concebe a formulação de hipóteses e a investigação empírica.

Thompson não considera uma série de elementos cruciais e permanentes na obra de Althusser, entre os quais destacamos: a) a distinção entre *modo de produção* e *formação social* que constitui um aspecto permanente, em *Pour Marx e Lire Le Capital*, o conceito de *modo de produção* é um *conceito abstrato-formal*, indica de forma mais geral a relação entre as estruturas que compõem um modo de produção específico com a *dominância* de uma delas, o conceito de *formação social* é um *conceito abstrato-formal* e também *concreto-real* (possui mais especificidade teórica), portanto, possui uma dupla função teórica. O conceito de *formação social* indica uma formação e suas múltiplas relações entre os níveis e instâncias sociais, possibilita também a combinação de vários *modos de produção*, sendo que um sempre será o dominante, com isso é possível pensar as permanências de determinados elementos após a transição de um modo de produção para outro; e, b) a concepção althusseriana de *modo de produção ampliado* (corresponde a infraestrutura e a superestrutura) que possibilita a formulação de teorias regionais do modo de produção (MARTUSCELLI, 2008, p. 39-40; SAES, 1994, p. 44).

Outra questão colocada é com relação a noção de *determinação* que, em *The Poverty of Theory*, é rejeitada em favor de “estabelecimento de limites” ou “aplicação de pressões” (THOMPSON, 1981, p. 125). Em sua concepção, a noção de “determinação” incorre ou no “estruturalismo” ou no “economicismo”, ambos são associados a uma leitura “mecanicista” da história. Nesse sentido, a concepção de “aplicação de pressões” possibilita exaltar as possibilidades humanas frente as condições materiais e a liberdade de ação do homem concreto que é explicada a partir do conceito de *vontade*⁶⁸ (ibid., p. 88-89, 179).

Segundo Anderson (1985, p. 29, 85-86), a crítica elaborada por Thompson com relação às ideias de *sobredeterminação* e *determinação em última instância* na obra de Althusser é válida, mas a forma com a qual o historiador busca resolver esse problema (recurso a *experiência*) apresenta problemas. Em *Pour Marx*, a *sobredeterminação* não possuiria

⁶⁸ Para Thompson, todos os homens são imbuídos de vontade que se expressa em suas ações. Em *The Poverty of Theory* essa noção aparece associada ao homem individual. Essa noção está intimamente ligada a reivindicação de uma *moralidade* para o materialismo histórico.

elementos para explicar a “unidade interna” e “inteligibilidade” da Revolução Russa, tal como se propõe Althusser, sua análise fica restrita ao que Anderson define como uma “superfície multiforme do processo revolucionário russo”, ou seja, Althusser teria esboçado uma multiplicidade de elementos empíricos sem demonstrar a "hierarquia material" e sua "interconexão". Anderson não discorda da importância de se desenvolver o conceito de *determinação* para a teoria da História e afirma que Raymond Williams realizou uma crítica mais pertinente em *Marxism and Literature* que a de Thompson. Nessa obra, ao analisar o conceito althusseriano de *sobredeterminação* Williams indica o sentido ambíguo que o mesmo possui, ou seja, pode indicar “exercício de pressões” ou “controle”, sendo que ao final defende a primeira definição que é compartilhada por Thompson⁶⁹, em *The Poverty of Theory*, e que provém originalmente do conceito althusseriano de *sobredeterminação*.

Em *Pour Marx*, a *sobredeterminação* é apresentada como *dialética materialista*, sendo oposta à *dialética hegeliana* (contradição simples) (ALTHUSSER, 1979, 79-80). A *sobredeterminação* indica a relação desigual do “todo” social, ou seja, parte da concepção de uma temporalidade diferenciada que concebe o “todo” social como um conjunto estruturado com diferentes níveis, sendo que cada um possui uma temporalidade própria. A *contradição sobredeterminada* “(...) mostra-se determinada pela complexidade estruturada que lhe determina o seu papel, como, se me perdoam essa palavra espantosa!, complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada...” (ibid., p. 185). A *dialética materialista* se opõe à concepção de tempo linear tal qual compreende Hegel ou qualquer concepção *historicista* ou *economicista* (ALTHUSSER, 1980, p. 47), nesse sentido, o “momento atual” pode ser entendido em sua complexidade. O conceito de *sobredeterminação* exige o conceito de “dominância”⁷⁰ e de “determinação em última instância pelo econômico”⁷¹ que apresentam seus próprios problemas teóricos, mas que são abordadas de forma muito sumária por Thompson

⁶⁹ Thompson (1981, p. 61) indica essa obra em *The Poverty of Theory* para definir o sentido com o qual emprega “fixação de limites” e “exercício de pressões”. É necessário ressaltar que Raymond Williams é um dos poucos historiadores aos quais Thompson recorre em vários momentos da obra de forma bastante elogiosa, sua obra também é destacada por Anderson em *Arguments within English Marxism*.

⁷⁰ Indica que em uma determinada *formação social* que pode conter mais de um *modo de produção* há um *modo de produção que prevalece sobre os demais* e há *uma instância ou nível estrutural que exerce a função “dominante”* naquele “todo” estruturado. Essa concepção permite que alguns “períodos” históricos possam ser compreendidos para além da determinação do econômico sobre as demais instâncias do “todo” social, como “político”, “ideológico”, etc.. O conceito de “dominância” coloca em xeque a tese determinista do economicismo.

⁷¹ A “determinação em última instância exercida pelo nível econômico” corresponde ao papel exercido pelo econômico no “todo” social. A determinação em última instância substitui o mecanismo de determinação simples que subsidia teorias economicistas, pois sugere que a estrutura econômica é determinante no “todo” social, mas o é em última instância, portanto, as outras instâncias não configuram apenas como instâncias subalternas, o *lugar* e *função* de cada nível estrutural são determinados pela *estrutura econômica*. Os problemas referentes à aplicação desses dois conceitos (dominância e determinação em última instância), assim como o de *autonomia relativa* são trabalhados por Saes (1994).

que recorre à mais fina ironia quando aborda o assunto, “O que determina sua existência e estrutura sua personalidade dominante é, em última instância, ‘econômico’; mas, como a última instância nunca chega, é de bom tom esquecer, com frequência, essa determinação material” (THOMPSON, 1981, p. 94).

Por fim, retornamos ao conceito de *experiência* que é o elo central de toda a obra, poderíamos dizer que *The Poverty of Theory* consiste, no limite, em uma tentativa de alicerçar teoricamente essa concepção materialista pautada na experiência.

(...) através do termo ausente, “experiência”, a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história. Ampliamos muito o conceito de classe, que os historiadores da tradição marxista empregam comumente – de maneira deliberada e não por uma “inocência” teórica – com uma flexibilidade e indeterminação desautorizadas tanto pelo marxismo como pela sociologia ortodoxa. E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de *O Capital*, visa excluir): parentescos, costumes, (...) (THOMPSON, 1981, p. 188-189).

A categoria é empregada predominantemente como “mediadora” entre *ser social* e *consciência social*, integrando em si o necessário diálogo com o empírico. Sua função é reconhecer todo conhecimento, rejeitando assim a ideia de uma camada intelectual; além disso, aponta para a necessidade de inserir o “homem-concreto” como sujeito da história, esse “homem” constitui a unidade central da história e é pensado a partir de sua dimensão moral, a partir da sua “liberdade”, mesmo que sujeito a pressões materiais, para agir no mundo. A experiência é assim, uma “categoria ausente” no materialismo histórico e é fundamental para sustentar a concepção de um *humanismo socialista*. Anderson (1985, p. 27-28) afirma que a categoria possui dois sentidos para Thompson, é uma resposta subjetiva a acontecimentos objetivos; e, é termo médio entre *ser social*⁷² e *consciência social*. A experiência pode ser uma resposta individual ou coletiva ao mundo objetivo e atua na formação da consciência dos homens, portanto, é a partir desse conceito que Thompson pode pensar a “formação da classe operária” inglesa; e, escapa à concepção de “determinação”, pois dá ênfase à dimensão moral e à ação humana. Segundo Anderson, a definição de Thompson oscila, pois não consegue comprovar de que maneira objetiva a experiência pode ser tomada como um “modelo” para a explicação história, dado que transita entre a percepção subjetiva e a ação objetiva sobre e no mundo. O problema colocado por Anderson é o de que, na busca de delimitar uma relação entre

⁷² Thompson (1981, p. 16) define o *ser social* como existência e que a consciência (idealidade abstrata) é externa ao *ser social*. O *ser social* não se reproduz desvinculado do pensamento, porém é independente dos conceitos e expectativas externas.

“determinação” e “autodeterminação”, Thompson elabora o conceito de experiência e tenta expor de forma clara sua aplicabilidade para a produção do conhecimento histórico, mas a experiência por possuir essa dimensão subjetiva não é uma matéria objetiva sob a qual o historiador pode trabalhar, pois é sobretudo experiência singular antes de ser experiência coletiva. Sendo assim, algumas experiências não estão sujeitas a generalização. Ao buscar elaborar o conceito de “experiência”, Thompson acaba caindo no mesmo terreno que acusou Althusser: o de elaborar teses ahistóricas. Para Anderson (ibid., p. 29), apesar de ser necessário reconhecer as diferentes formas de conhecimento gerados pela experimentação, nem toda experiência gera conhecimento sobre o mundo, como ilustra ao utilizar o exemplo da religião: mesmo que a experiência exista, ela não é válida como conhecimento, está restrita a esfera subjetiva individual.

Se nem toda experiência é válida (no sentido de produzir síntese valorativa sobre uma dada realidade e que perduraria na posteridade), é necessário definir e selecionar essas experiências, Thompson não ofereceu nenhum meio efetivo para realizá-lo (ibid., p. 30).

A experiência como tal é um conceito *tous azimuts*, que pode apontar para qualquer direção. Os mesmos acontecimentos podem ser vividos por distintos agentes que extraíam deles conclusões diametralmente opostas. (...) A experiência massiva da morte e da destruição não traz consigo, precisamente, a clareza. Nos campos de batalha desertos cresceu uma floresta de interpretações (ANDERSON, 1985, p. 31, tradução nossa)⁷³.

Segundo Anderson (1985, p. 62-63), a experiência tal qual é elaborada por Thompson, com essa finalidade valorativa (intuição e aprendizagem), constitui para Anderson em obstáculo para a produção do conhecimento histórico⁷⁴. A experiência não seria apenas engano, como Althusser conceberia, mas para que se torne objeto de fato é necessário elaborar seu conceito de modo que seus diversos sentidos e formas sejam especificados, caso contrário, é uma categoria tão ahistórica como a de “processo sem sujeito”⁷⁵ que é alvo da crítica de Thompson.

⁷³ Texto original: La experiencia como tal es un concepto *tous azimuts*, que puede apuntar en cualquier dirección. Los mismos acontecimientos pueden ser vividos por distintos agentes que extraigan de ellos conclusiones diametralmente apuestas. (...) La experiencia masiva de la muerte y la destrucción no trajo consigo, precisamente, la claridad. En los campos de batalla desiertos creció un bosque de interpretaciones (ANDERSON, 1985, p. 31).

⁷⁴ As dificuldades do uso da categoria “experiência” na obra de Thompson também são indicadas por Albuquerque (2007, p. 240-241) que afirma que na busca de um passado coerente e unitário Thompson desqualifica experiências em busca de uma conexão que o historiador precisaria encontrar, também indica que na obra de Thompson a categoria é contraditória. Outros comentadores da polêmica, como Rendueles (2013, p. 193) afirmam que o conceito thompsoniano de experiência foi um “ganho” para as ciências sociais em suas pretensões de explicar a realidade social. Segundo Müller (2013, p. 29) a experiência em Thompson é apresentada como “sentimento” ou “consciência afetiva e moral” e nesse sentido evita a eliminação do sujeito da história. Martín (2005, p. 312) afirma que Thompson é incapaz de distinguir o domínio da história e o domínio da moral e, portanto, a categoria experiência lhe é fundamental e a leitura de Althusser um “tormento”.

⁷⁵ Categoria desenvolvida por Althusser para explicar o processo histórico sem *sujeito*, ver *Réponse a John Lewis* (1973).

Quando Thompson (1981, p. 16) afirma que “(...) a verdade é mais nuançada: a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites: o agricultor ‘conhece’ seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia”, busca se opor ao “determinismo estruturalista” de Althusser e à concepção de “generalidades” que ele entende como sendo fabricadas no pensamento. Thompson reconhece que há uma diferença entre “conhecimento efetivo” dessa realidade e o “conhecimento” originado da experimentação. Reconhece, portanto, que nem todas as experiências são válidas para explicar a totalidade social. O problema colocado, como destaca Anderson, é que o “historiador” passaria então ao papel de “juiz” que em seu tribunal, “a História”, avaliaria essas experiências, “A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências” (ibid., p. 16).

Segundo Thompson (1981, p. 182, 191-192), Althusser e seus seguidores querem “expulsar” o conceito de “experiência humana” sob a acusação de “empirismo”. Isso ficaria evidente em *Pour Marx e Lire Le Capital*, na “ausência” de uma "moral marxista" nessas obras, na rejeição da antropologia e das questões de sobre a *moral* que é associada a uma ideologia burguesa.

A construção de uma “ética marxista” não é abordada em *Pour Marx*, isto porque, Althusser enfatiza a questão da produção do conhecimento científico, da definição do *materialismo histórico* e do *materialismo dialético*. Embora a *experiência* seja considerada como um elemento conceitual característico do *empirismo* e a retomada do “sujeito” na *teoria da história* como categoria explicativa que concentra o domínio da *experiência* e da *moralidade* (ANDERSON, 1985, p. 62-63; HINDESS, HIRST, 1978, p. 20-25), acreditamos não ser possível presumir que é uma categoria “ausente”, no sentido estrito, na obra de Althusser, pois quando, em *Pour Marx*, o filósofo afirma que o marxismo está além de Marx ou Engels e que na ciência histórica há uma dupla ausência, a do *autor* e a da *história concreta*, não está ignorando as “experiências formativas” desses homens, não está negando que “o homem” se relaciona com a ideologia do seu mundo, está buscando demonstrar que a atribuição de “sujeito da história” não é capaz de explicar a história ou os processos reais de exploração do homem (ALTHUSSER, 1979, p. 53). Talvez seja possível verificar esse ponto também em *Lire le Capital*, quando Althusser (1980, p. 34) realiza sua crítica à concepção de *tempo* em Hegel, esse tempo contínuo que não permite pensar o futuro. Entende que é difícil para Hegel explicar a existência de “grandes homens” que rompem com as limitações desse “momento dado”. Esses “grandes homens” que pressentem “(...) o futuro em gestação invisível no presente, (...)” (ibid.,

p. 34). Esses exemplos, podem ilustrar que a questão da experiência não está “ausente”, mas que não é elaborada conceitualmente, pois implicaria na retomada desse “sujeito da” na *teoria marxista da história*, ou seja, não pode ser considerado como ponto de partida para a produção do conhecimento científico. Com isso, queremos dizer que, a experiência constitui uma forma de conhecer e se relacionar com o mundo material e com suas ideologias, mas assim como o “humanismo teórico” não se constitui enquanto meio para o conhecimento efetivo dessa realidade. Por apresentar essa dupla dimensão, a individual e a coletiva (THOMPSON, 1981, p. 15), mesmo que não plenamente desenvolvida ou tendo erradicados seus embaraços teóricos, a *experiência* pode ser um elemento importante para a prática política ou para a ação sobre o mundo, mas não devemos subestimar o fato de que tal como o conhecimento ideológico, não rompe com as representações imaginárias das relações vividas.

O conceito de experiência aparece, portanto, como meio para reafirmar o caráter dialógico entre empiria e conhecimento que para Thompson (1981, p. 188-189) define a dialética materialista e a disciplina histórica. Sua formulação é fundamental para entender os termos a partir dos quais Thompson delimita sua oposição à concepção *althusseriana* de “Generalidade I”. Para o historiador, a “teoria do conhecimento” formulada por Althusser leva a um marxismo fechado e ao idealismo (*ibid.*, p. 17-18).

Além da valorização humana e de “todas” as formas de saber, o conceito de experiência leva a necessidade de “flexibilização” conceitual da disciplina (THOMPSON, 1981, p. 56-57, 68, 188-189). O que Thompson propõe com isso? Que os conceitos e categorias da disciplina histórica não sejam “fixos” ou “estáticos” e, tal como buscamos apresentar no item anterior, correspondam às determinações de seu objeto. Isto, porque, há em *The Poverty of Theory* a ênfase na primazia da matéria sobre o conceito.

Os conceitos e regras históricas são, com frequência, dessa ordem. Exibem extrema elasticidade e permitem grande irregularidade; o historiador parece estar fugindo ao rigor, ao mergulhar por um momento nas mais amplas generalizações, quando no momento seguinte se perde nas particularidades das qualificações em qualquer caso especial. (...) O materialismo histórico emprega conceitos de igual generalidade e elasticidade – “exploração”, “hegemonia”, “luta de classes” – mais como expectativas do que como regras. E até categorias que parecem oferecer menos elasticidade – “feudalismo”, “capitalismo”, “burguesia” – surgem na prática histórica não como tipos ideais realizados na evolução histórica, mas como famílias inteiras de casos especiais, famílias que incluem órfãos adotados e filhos da miscigenação tipológica. A história não conhece verbos regulares (THOMPSON, 1981, p. 57).

Essa necessidade de categorias elásticas é explicada, em *The Poverty of Theory*, como reflexo da *natureza* de seu objeto, ou seja, pensar a historicidade dessas categorias equivaleria pensar sua mudança e transformação para adequação com essa matéria. A categoria se

manifesta, segundo Thompson (1981, p. 68), mais como “expectativa” do que como “regra”, isto evitaria que o historiador “forçasse” o conceito sobre a realidade. Thompson também indica que a “desgraça dos historiadores” é que alguns de seus conceitos tornaram-se “moeda de troca” com outras disciplinas que os tratam como conceitos desistoricizados e como categorias estáticas. Provavelmente Thompson se dirige à Filosofia e à Economia Política. Sua oposição a Althusser é de que a Generalidade I não seria capaz de compreender a multiplicidade da realidade (relação entre consciência e ser social), elemento esse que somente a categoria *experiência* poderia compreender, pois,

Nossa observação raramente é singular: esse objeto do conhecimento, esse fato, esse conceito complexo. Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. Ou, se isolamos a evidência singular para um exame à parte, ela não permanece submissa, como a mesa, ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do "ser social", com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* -uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15).

Ao passo em que se utiliza da *experiência* como “resposta mental e emocional”, Thompson nos indica que caberia ao historiador buscar essa inter-relação nos efeitos desse processo entre “ser social” e “consciência social”, essa concepção só é possível, pois o historiador parte do “realismo” de um “sujeito concreto” que poderia ser usado na teoria. Se a *experiência* é essa categoria mediadora que aglutina em si essas relações reais com o mundo e, portanto, demonstra essa elasticidade necessária para compreender o processo histórico, ela torna-se modelo e ponto de partida da compreensão historiográfica de Thompson. Outros conceitos cânones do marxismo como a metáfora de “infraestrutura” e “superestrutura”, o próprio conceito de “modo de produção” e outros são concebidos de forma negativa, pois não partiriam dessa “realidade dada”, mas de um plano *abstrato e estático* que não apresentariam esses elementos fundamentais para definir sua historicidade. É nesse sentido que Thompson busca evidenciar seu trabalho com o conceito de “classe” como modelo dessa concepção de flexibilização dos conceitos, a prática do historiador seria essa elaboração em sua prática.

Anderson (1985, p. 69) afirma que Thompson não faz menção a forças de produção ou relações de produção, recorre ao conceito de modo de produção, mas não o discute, isto porque, no limite, não vê oposição entre as categorias marxistas e a flexibilização desses conceitos. Thompson “(...) não repara na *especificidade* dos conceitos do materialismo histórico enquanto

opostos à elasticidade genérica de todas as noções históricas, impossibilita[ndo] a compreensão do verdadeiro alcance de *O Capital*⁷⁶ (ibid., p. 70, tradução nossa).

Essa “ausência” pode ser explicada como recurso para não sediar em Marx (embora reconheça a dívida que os historiadores possuem com ele⁷⁷) o princípio para a definição desses conceitos⁷⁸. Thompson chega a afirmar que diferenciaria os conceitos marxistas de outros conceitos da historiografia geral, seria que esses conceitos marxistas suportariam melhor os “testes” da “lógica histórica” que se daria em dois sentidos: se foi suficientemente discutido; e, se possui coerência e consistência teórica (correspondem à realidade) (THOMPSON, 1981, p. 55). O conceito, para Thompson, nunca é “testado” com relação à sua coerência na própria teoria, é sempre um teste externo, ou seja, *metodológico* que deve verificar se o conceito corresponde ou não a uma dada realidade. Possuímos então um problema, pois se uma das *matérias-primas* da História é a *experiência*, e se essa é, em uma de suas acepções, “resposta emocional” individual ou coletiva, como determinar de forma objetiva esse *objeto*? É possível, poderíamos supor, analisar um conjunto de experiências a partir de seus efeitos, mas que critérios utilizaríamos se o *conceito deve se adequar à sua matéria*? O exemplo mais evidente dessas dificuldades é colocado por Anderson quando indica a experiência religiosa não pode ser generalizada ou poderia servir para a posteridade.

É possível pensar em formas possíveis de estudar esse objeto, a “experiência religiosa”, por exemplo, mas o que se coloca em questão para pensar uma historiografia marxista é que essa exigência é colocada, em *The Poverty of Theory*, apenas no nível metodológico, como se os critérios de validação de adequação ou inadequação de um conceito só fossem possíveis a partir do crivo *técnico/ferramentas* que o historiador “bem treinado” possuísse para identificá-los. Estabelecer esses critérios no âmbito teórico seria encerrar os conceitos em categorias e relações estáticas, logo, pensar a “historicidade” de um conceito é sempre pensá-lo com relação ao “tempo”, mas esse “tempo histórico” não é discutido na referida obra. Esse encerramento metodológico no qual o conceito possui um lugar médio, suscetível a não especificadas mudanças, não está isento de erro, pois sempre irá se partir de um pressuposto teórico que nesse sentido é negligenciado. Como medir a objetividade do tempo? Onde se materializa o tempo para buscar essa correspondência necessária? Que é o tempo cronológico senão a *definição*

⁷⁶ Texto original: “(...) no reparar en la *especificidad* de los conceptos del materialismo histórico en cuanto opuestos a la elasticidad genérica de todas las nociones históricas, impossibilita la comprensión del verdadero logro de *El Capital*” (ANDERSON, 1985, p. 70).

⁷⁷ Thompson (1981, p. 99) também apresenta Vico como precursor do *materialismo histórico*.

⁷⁸ Essa seria inclusive uma preocupação política, sendo que poderia autorizar a leitura de alguns partidos comunistas e de outros não.

abstrata de uma unidade de medida? O equívoco se mostra não na definição de uma necessária elasticidade conceitual, pois essa exigência corresponde a todo o desenvolvimento teórico-metodológico que Thompson busca traçar em *The Poverty of Theory*, a confusão consiste em não indicar os riscos e desvios que essa concepção pode acarretar.

Alguns problemas que Thompson negligencia, em *The Poverty o Theory*, é o de que conceitos gerais não são apresentados como finalidade na teoria do conhecimento de Althusser, isto porque, são *matéria-prima* (generalidade I) desse processo, o resultado esperado será sempre um conceito específico que tende a elucidar com maior rigor um determinado objeto. Por outro lado, a "estrutura" não deve ser entendida como um sistema formal de "Leis" ou "regras" que são alheios a realidade, pois denotam elementos invariantes de uma determinada conjuntura que permanecem por um tempo prolongado. Quando Thompson propõe a flexibilização dos conceitos de modo que esses acabam se tornando "conteúdo" de singularidades históricas, ignora que o conceito também possui uma função reflexiva. Essa crítica a um "caráter estrutural" dos conceitos como algo "estático" ou "alheio a história" é contraposta por Cohen (2013, p. 108-112, 122-123) que define que o equívoco não está na concepção de Thompson, mas no que o leva a excluir uma abordagem estrutural e associa-la ao marxismo mecanicista. Cohen afirma que determinadas questões exigem uma explicação estrutural. Segundo Cohen, em *Making of the English Working Class* (A formação da classe operária inglesa), a questão colocada é a seguinte: "Sob quais condições podemos identificar a classe trabalhadora *como um sujeito histórico ativo?*" (ibid., p. 111) e a obra é, o que ele define como uma "explicação brilhante da sua resposta [de Thompson]". Porém, se a pergunta fosse "em virtude de que os membros da classe trabalhadora são considerados como membros dessa classe?" (ib., p. 111) a resposta seria estrutural, ou seja, buscaria a compreensão da mudança que ocorreu dentro da classe trabalhadora inglesa. Thompson rejeita a metáfora marxista de base e superestrutura, pois a considera inadequada para explicar o "processo social de transformação" em *Peculiarities of the English*, essa escolha é injustificável para Cohen (ib., p. 123), pois parte de uma compreensão equivocada a função dessa metáfora na obra de Marx. Segundo Cohen (ib., p. 123), com relação ao emprego da metáfora base e superestrutura de Marx, "(...) é obvio, até certo ponto, que a finalidade do conceito de estrutura não seja a descrição de um processo, mas o seu uso não nega a existência de processos, e é importante compreender que esses processos sociais que se transformam encontra-se a estrutura da própria sociedade".

Talvez, essa questão fique mais explícita na entrevista concedida por Thompson (2014, p. 436, 441, 442) a Michael Merrill, em 1976, na qual afirma que "Eu não sou de nenhum modo

um crítico total do marxismo estrutural. Nenhum marxista pode não ser estruturalista, em certo sentido" (ibid., p. 436), afirma que a análise estrutural seria um meio para compreender o "todo", indica também que um de seus capítulos, de *The Making of the English Working Class*, é uma "versão estruturalista" e que não rejeitaria o estruturalismo como um todo, mas o estruturalismo "estático" que era apresentado pela corrente althusseriana. Nessa mesma entrevista, reafirma sua rejeição total à metáfora base e superestrutura ou quaisquer outras metáforas no marxismo. Essa posição é retomada, em *The Poverty of Theory*, de forma muito mais incisiva, afirmando que a história "não convive" bem com o estruturalismo (THOMPSON, 1981, nota 13), que seria um desvio da proposta de Marx e uma característica do marxismo ortodoxo. Thompson (ib., p. 22) afirma que "Se há um 'marxismo' do mundo contemporâneo, que Marx ou Engels reconheceriam imediatamente como um idealismo, é o estruturalismo althusseriano. A categoria ganhou uma primazia sobre seu referente material; a estrutura conceptual paira sobre o ser social e o domina".

Diante disso, resta-nos, portanto, esclarecer o *lugar* e a *função* dos conceitos históricos para Althusser. Em *Pour Marx*, há a indicação de que algumas categorias podem ser usadas para disputa ideológica, mas essas categorias não pertencem à prática teórica, isso porque, não produzem conhecimento científico (ALTHUSSER, 1979, p. 175). A preocupação fundamental de sua obra é traçar uma *linha de demarcação* entre ciência e ideologia, nesse sentido, torna-se fundamental distinguir conceitos que possuem finalidade prática, os conceitos ideológicos⁷⁹ (são indicadores práticos) de conceitos teóricos que possuem por função a elaboração do conhecimento científico (ALTHUSSER, 1980, p. 57; SAES, 1994, p. 42). Sua preocupação são os conceitos teóricos e por isso rejeita a proposição de Engels de que o conceito deveria ser afetado pela matéria de seu objeto. Em *Lire le Capital*, como ressaltamos anteriormente, Althusser (1980, p. 56, grifos do autor) afirma:

Para identificar o desenvolvimento dos conceitos com o desenvolvimento da história real, é preciso, pois, ter identificado o objeto do conhecimento com o objeto real, ter submetido os conceitos às determinações reais da história real. Engels afeta assim os conceitos da teoria da história com um *coeficiente de mobilidade*, diretamente tomado à sucessão empírica (à ideologia da história) concreta, transpondo assim o "concreto-real" no "concreto-de-pensamento", e o histórico como mudança real no próprio

⁷⁹ Esses conceitos podem também ser produto de uma ideologia ou extraídos de uma problemática ideológica como das obras de juventude de Marx. O *humanismo* é um exemplo de um conceito que para Althusser não possui aplicação teórica, pois não contribui para o conhecimento das relações de produção, relações sociais ou a luta de classes. As categorias ideológicas ligadas ao humanismo não fornecem meios para compreender as relações de exploração que condicionam os homens no modo de produção capitalista. O *anti-humanismo teórico* possui, portanto, a função de conhecer as relações que condicionam homens reais. O *humanismo* como prática política não é descartado ou desprezado por Althusser, como demonstra a entrevista concedida a Fernanda Navarro (1988, p. 77-88) e o texto *Réponse a John Lewis (Resposta a John Lewis – 1973)*, ao qual Thompson teve acesso e menciona em *The Poverty of Theory*.

conceito. Sob premissas tais, o raciocínio é cabalmente obrigado a concluir pelo caráter não-científico de qualquer definição: “*as definições não têm valor para a ciência*”, dado que “*a única definição real é o desenvolvimento da própria coisa, mas esse desenvolvimento não é mais uma definição*”. No caso ainda, a *coisa real* entra no lugar do conceito, e o desenvolvimento da coisa real (isto é, a história real da gênese concreta) entra no lugar do “*desenvolvimento das formas*” que, tanto na *Introdução* como em *O Capital*, é explicitamente declarado como transcorrendo exclusivamente no conhecimento, referindo-se exclusivamente à ordem necessária de aparecimento e desaparecimento dos conceitos no discurso da demonstração científica. No caso ainda, a *coisa real* entra no lugar do conceito, e o desenvolvimento da coisa real (isto é, a história real da gênese concreta) entra no lugar do “*desenvolvimento das formas*” que, tanto na *Introdução* como em *O Capital*, é explicitamente declarado como transcorrendo exclusivamente no conhecimento, referindo-se exclusivamente à ordem necessária de aparecimento e desaparecimento dos conceitos no discurso da demonstração científica.

A definição que Engels dá e depois é defendida por Thompson não se sustenta, na concepção do filósofo franco-argelino, pois, não permite pensar a História como ciência, nem mesmo conceber um meio para romper com a ideologia vivida ou representada nas evidências, isto porque, o conceito ou categoria teórica que seria a ferramenta para refletir essa matéria aparece subordinado a ela. Para Althusser (ibid., p. 56), Engels confunde “desenvolvimento teórico dos conceitos” com o “desenvolvimento histórico” com o próprio processo real. Essa concepção também pode levar a outro mal-entendido, como indica Cohen, de pensar que um conceito possui como finalidade explicar um processo real quando sua função é proporcionar meios para refletir essa realidade.

Thompson apresenta em sua crítica a “Generalidade I” (GI) como “má abstração” como resultado de algo completamente desvinculado da realidade. Em *Pour Marx*, a GI não remete ao objeto real-concreto, pois o processo de produção do conhecimento não é entendido como uma relação de concepção e aplicação metodológica sobre uma matéria-prima objetiva, a GI também não é resultado de um processo de abstração de uma essência presente no empírico (característica do empirismo), é entendido como um *produto ideológico* que pode se apresentar como conceito ou categoria. É nesse sentido que Althusser (1979, p. 167) afirma que:

A Generalidade I, por exemplo, o conceito de fruto, não é o produto de uma ‘operação de abstração’ efetuada por um ‘sujeito’ (a consciência, ou mesmo este sujeito mítico: “a prática”), mas o resultado de um processo complexo de elaboração em que sempre entram em jogo várias práticas concretas distintas de níveis diferentes, empíricos, técnicos e ideológicos.

A GI não é produto puramente abstrato que não possui vínculo algum com a realidade, corresponde a um *fato previamente elaborado ou síntese de múltiplas determinações* de uma realidade dada e que será sujeita ao processo de transformação em *fato científico*. A matéria-prima (GI) de uma ciência nunca é um objeto singular, é sempre uma generalidade que irá ser transformada em conceitos específicos mais elaborados teoricamente e com maior potencial

para explicar a realidade (ALTHUSSER, 1979, p. 159-160). Esse “produto” (Generalidade III) irá conseqüentemente tornar-se GI e assim sucessivamente no desenvolvimento da ciência, portanto, não há a ideia de que um *conceito* é algo fixo e inalterável. A GI é sempre objeto real já transformado em objeto de pensamento (DOMESGUE, 196?, p. 72-79).

A preocupação de Thompson, de que a teoria não deve subjugar o real é legítima, mas os desdobramentos dos esforços para delimitar a primazia do objeto real sobre o conhecimento são marcados por essa concepção metodológica que dita os termos sob os quais esse diálogo entre empiria e teoria no *ofício do historiador* deve ocorrer, diálogo que concebe a teoria como uma "ferramenta". No que diz respeito à necessária relação entre objeto e teoria, Thompson não indica em momento algum que, em *Pour Marx*, Althusser afirma que o objeto impõe um determinado rigor à teoria (à prática teórica). Assim como não existe uma prática teórica pura, não existe uma ciência pura, pois ambas são marcadas pelo campo ideológico no qual estão inseridas. O esforço para a objetividade científica se traduz na luta contra a própria ideologia, para a ciência possa ser um elemento importante para direcionar a prática política, mas que não seja reduzida a fins puramente pragmáticos. O reconhecimento do *objeto de conhecimento* como objeto produzido (e conhecido) pressupõe as condições teóricas e materiais sob as quais foi fundado (ALTHUSSER, 1979, p. 142, 14-148).

4.3 O ESTATUTO DOS DADOS EMPÍRICOS EM UMA “INVESTIGAÇÃO” HISTÓRICA

Os problemas colocados pelo “realismo” dessas fontes, a partir das quais o historiador deve investigar o passado, são ao mesmo tempo uma pré-seleção dessa matéria-prima como sendo algo externo ao sujeito conhecedor e algo que se materializa, seja na forma de uma fonte “sensível” ou na experiência desses “sujeitos históricos”. Essa relação entre um *sujeito que conhece* e um *objeto que deve ser conhecido*, que na abordagem *thompsoniana* apresenta em si o que pode ser conhecido (o objeto), retoma elementos presentes na teoria do conhecimento clássica, inclusive a *hegeliana*. Essa pressuposição não é questionada em nenhum momento em *The Poverty of Theory*.

Quando Thompson (1981, p. 54) define que “Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico” está propondo que: a *dialética materialista* se expressa como *método*; e, que através desse *método* se pode conhecer o real. A definição de *lógica histórica* indica que

a partir do processo de investigação em que hipóteses, que são apresentadas por essas fontes seriam testadas a partir de múltiplas comparações e evidências pelo historiador que domina esse método e só então, após esse diálogo necessário com as fontes, no qual se verifica as determinações desse objeto real sobre as formulações hipotéticas o historiador pode dizer que alcançou um conhecimento empiricamente verificado, atendendo a especificidade de uma análise materialista que é a da *primazia dos processos reais sobre os processos de conhecimento*.

Para Thompson, a *lógica histórica* é um discurso metodológico próprio da História, que reconhecera a *natureza mutável* de seu objeto. Um de seus pressupostos é o registro da história como processo unificado a partir de uma racionalidade que lhe é particular, mas que, contudo, não seria um *historicismo* como a proposição hegeliana sobre a história. O objeto histórico, os fenômenos sociais, determinariam as questões e hipóteses colocadas pelo historiador, mas isso também não incorreria em um *relativismo*, seria ao contrário, reconhecer que a história (matéria-prima) não é inerte, essa seria uma característica da matéria-prima da Filosofia.

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, (...). (...) essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: não – por favor, notem – a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira (THOMPSON, 1981, p. 49).

A *lógica histórica* deve levar em conta a *natureza dessa matéria-prima*, ou seja, seu conhecimento é determinado pelos elementos particulares desses *objetos do conhecimento histórico* (fatos e evidências) existem além do seu conhecimento, mas só se tornam inteligíveis a partir dos “vigilantes métodos históricos” (THOMPSON, 1981, p. 49); a característica fundamental desse conhecimento é sua incompletude e delimitado pelas questões postas a partir de determinados conceitos e por isso não pode ser considerada uma ciência (ibid., p. 49-50); apenas algumas questões que correspondem a *natureza* desse objeto histórico são adequadas (ibid., p. 50); a relação entre *objeto* e *conhecimento* é sempre dialógica (ibid., p. 50); as *evidências* da história são sempre incompletas, nem tudo permanece para a posteridade (ibid., p. 50). Logo, esse processo sempre expressa uma certa racionalidade que deve ser resgatada pelo historiador em sua investigação. Thompson (ibid., p. 38-39) propõe alguns passos

metodológicos para interrogar essas fontes, já mencionados anteriormente, mas que cabe retomá-los: as credenciais da fonte; se são portadoras de valor; se são isentas de valor (neutras); a relação entre evidências para a reconstrução da narrativa histórica (essa é a premissa para o conhecimento objetivo da história); e, as diferentes relações que se estabelecem entre as dimensões sociais, econômicas, políticas, etc. do passado, pois a realidade é entendida como um todo.

Os elementos supracitados constituiriam o discurso de prova da disciplina histórica, as relações estruturais podem ser inferidas a partir desse processo de investigação. A “verificabilidade” do conhecimento histórico é expresso através desse processo de investigação de um conjunto de *fontes*. Essa *dialética materialista* se expressa para Thompson nesse processo que ele denomina como *lógica histórica*.

Na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe “lá fora”, na história real. (...) O que estamos dizendo é que a noção (conceito, hipótese relativa a causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional; isto é, não foi desconfirmada por evidências contrárias, e que organiza com êxito, ou “explica”, evidências até então inexplicáveis. Por isto é uma representação adequada (embora aproximativa) da sequência causal, ou da racionalidade, desses acontecimentos, e conforma-se (dentro da lógica da disciplina histórica) a um processo que de fato ocorreu no passado. Por isto essa noção existe simultaneamente como um conhecimento “verdadeiro”, tanto como uma representação adequada de uma propriedade real desses acontecimentos (THOMPSON, 1981, p. 54).

A *lógica histórica* se apresenta como *metodologia* que tem por finalidade essa “*verdade da história*” que como apontamos anteriormente apresenta todos os elementos que comumente se atribuem a qualquer conhecimento científico na área das ciências sociais, mas que, em *The Poverty of Theory*, são apresentados como características dessa metodologia particular que já era algo realizado na prática corrente dos historiadores. A “teoria” nesse processo, segundo Bezerra (1995, p. 123), tem por finalidade refinar conceitos e categorias para a produção do conhecimento histórico, não há uma separação entre “teoria” e “metodologia”. O “fazer história” (processo de conhecimento) não está isolado no campo da teoria da história, mas imbricado ao próprio ofício do historiador ao remeter-se ao empírico (processo de compatibilidade) em suas diferentes formas (THOMPSON, 1981, 61-62).

Podemos então assumir que esse processo se apresenta com um foco marcadamente metodológico, sobre essa valorização da *ação* desse sujeito cognoscente sobre uma *matéria-prima* dada. Essa concepção exige que as categorias ou conceitos históricos sejam flexíveis a essa matéria, a “história” no seu devir que é visto prioritariamente pela dimensão da continuidade moral. Logo, se a história é um contínuo devir, ela também apresenta um ponto

de origem que é passível de ser investigado. Essa “causa” não se apresenta de forma ingênua no sentido de indicar que é processo simples de identificação ou de seguir uma sucessão cronológica, mas não supera a ideia de “gênese”.

(...) há um sentido no qual o passado melhora o presente, pois a “história” continua sendo seu próprio laboratório de processo e resultados. Uma seção estática pode mostrar-nos certos elementos (A, B e C) numa inter-relação ou contradição mútua: os resultados, com o tempo, nos mostrarão como essas relações foram vividas, sofridas e resolvidas, e como ABC deu origem a D; e esse resultado lançará, por sua vez, luz sobre as maneiras pelas quais os elementos se relacionavam anteriormente e a força da contradição.

Nesse sentido, o resultado confirma ou rejeita, consolida ou condiciona a hipótese explicativa. É, num certo sentido, um mau laboratório; o fato de que o acontecimento tenha se dado dessa maneira pode ser a consequência de um elemento contingente (X) negligenciado na explicação. Assim, ABC + X podem ter ocorrido de certo modo (D), mas ABC + Y poderiam ter dado resultado diferente (E). Ignorar isto é cair no erro comum de argumentar *post hoc ergo propter hoc* (THOMPSON, 1981, p. 59).

O conceito de *experiência* torna-se fundamental para essa concepção de *lógica histórica*, pois é a expressão máxima dessa condição “dialógica” que Thompson busca atribuir ao conhecimento histórico e é fundamental para a valorização de todos os saberes. O conceito de *experiência* reproduz essa lógica presente na teoria do conhecimento clássico, de um sujeito que conhece e um mundo objetivo que é objeto desse conhecimento, esse sujeito une esse processo que é contínuo na medida em que, para Thompson, essa “moral” passada pode ser resgatada e serve como “lição” para o presente. Permite, portanto, a concepção de história como uma “prática humana não dominada” (THOMPSON, 1981, p. 117) que atribuiria a esse homem o papel de *sujeito* da história e dessa disciplina da história. Thompson (*ibid.*, p. 117) afirma que “(...) a estrutura do processo (ou, como eu preferiria, a lógica congruente do processo) só pode ser revelada na observação do processo no tempo, como também cada momento, cada “agora” (“conjuntura”) (...) como um momento de vir-a-ser, de possibilidades alternativas, de forças ascendentes e descendentes, de oposições e exercícios opostos (classes), de sinais bilíngues”. Essa concepção exige a compreensão de um tempo histórico contínuo. Atentamos que não estamos dizendo que Thompson não concebe continuidades e rupturas na superfície do processo, mas que substancialmente a sua compreensão do tempo histórico é permeada por essa continuidade, o “agora” é sempre resultado de um processo anterior, o “agora” sempre apresenta essa dimensão acumulativa.

Althusser, em *Pour Marx*, estabelece uma diferença entre prática técnica e prática teórica, que nos fornece alguns elementos para pensar a *lógica histórica*.

Em todos os casos a relação entre a técnica e o conhecimento é uma relação exterior, não-refletida, radicalmente diferente da relação interior, refletida, existente entre uma ciência e os seus conhecimentos. (...) uma prática (técnica) espontânea produz apenas

a “teoria” de que necessita, como o meio de atingir o fim que lhe está determinado: essa “teoria” (...). Uma “teoria” que não levanta a questão do fim de que é o *subproduto*, permanece prisioneira desse fim e das “realidades” que lhe foram impostas como fim (...). A crença na virtude teórica “espontânea” da técnica está na origem dessa ideologia, que constitui a essência do pensamento tecnocrático (ALTHUSSER, 1979, p. 148).

Tendo isto claro, a compreensão de Thompson sobre esse estatuto dos dados empíricos e a importância que essa concepção de “investigação” possui, é possível destacar que esse processo não se expressa da forma objetiva tal qual se presume que seja, isto porque, a verificabilidade de conhecimento (embora se reconheça todos esses elementos de provisoriedade) é externa, remete à realidade concreta materializada nesses fragmentos que permaneceram para posteridade. Há um esforço de sistematizar essas práticas em regras ou esquemas para garantir esse conhecimento sem levar em conta um elemento que está presente em toda narrativa que é esse *sujeito que conhece, valoriza, seleciona e pensa* essa “realidade dada”. Esse “sujeito” não é questionado, porque o que “garante” esse conhecimento do que poderíamos chamar “dos enganos do pensamento”, dessa má abstração (que não faz referência ao real), é justamente esse real que está dado, que é um dado objetivo e que será “desmistificado” em algum grau, mas que sempre é mais “confiável” do que o pensamento. Nisso redonda o fundamental da crítica ao “sistema de generalidades” de Althusser, ou seja, que é um “laboratório da teoria” que “fabrica” conceitos e categorias no *vazio* e que trabalha sobre eles sem correspondência com o real, se auto reproduzindo e se auto validando. Isso se expressa na metáfora realizada por Thompson (1981, p. 174) de que a “cobra” comeu o próprio rabo.

O problema com o qual Althusser lida é o “mecanismo da apropriação cognitiva do objeto real por meio do objeto de conhecimento” (DOMESGUE, 196?, p. 79), isto porque, como assinalado anteriormente, na concepção *althusseriana* o objeto real existe independentemente do conhecimento que possamos ter ou não sobre ele, mas que é necessário distinguir *objeto real* de *objeto de conhecimento*. O processo de abstração não configura um processo de “extração” de uma *essência* presente no real (ALTHUSSER, 1979, p. 61-62); o *objeto de conhecimento*, matéria-prima da prática teórica, será sempre objeto construído, contudo, as ideias ou o pensamento abstrato são objetos passíveis de conhecimento, são “objetos concretos” (analogia com a Física), pois expressam uma relação de correspondência e adequação com o real, o que a difere de uma concepção pautada em um “realismo” da matéria-prima.

Como indicamos anteriormente, para Althusser (1979, p. 149-150), a *dialética materialista* é uma forma de raciocínio específica do materialismo histórico e dialético, ela

orienta também a prática política. A *dialética materialista* expressa os critérios de verificação e validade dessas práticas. Com isso, busca-se evitar a lógica do conhecimento “aproximado” que é diferente de conceber o conhecimento como provisório. A matéria-prima da dialética materialista é o que Althusser denomina como “generalidade I”, essa matéria é sempre produzida e se apresenta como conceitos ideológicos ou previamente trabalhados.

O conhecimento do processo dessa prática teórica, em sua generalidade, isto é, como forma especificada, diferença real da prática, ela própria forma especificada do processo de transformação em geral, do “devir das coisas”, constitui uma primeira elaboração teórica da Teoria, isto é, da dialética materialista (ALTHUSSER, 1979, p. 150).

Essa generalidade I remete à concepção de concreto-pensado em Marx, é, portanto, “unidade da diversidade” e “processo de síntese” que se apropria do concreto no pensamento. Althusser não trabalha com a lógica que divide abstrato e concreto, no qual o primeiro seria a essência extraída do segundo, isto porque, para o filósofo franco-argelino, essa lógica nega a prática científica e a validade do seu conhecimento que é produzido. Nesse sentido, a ciência marxista não atende a uma lógica de “experimentação” ou de “demonstração” de uma verdade que precisa ser extraída, assim como não recorre à lógica de sujeito-objeto (ALTHUSSER, 1979, p. 163).

A generalidade I é sempre distinta da generalidade II e da generalidade III, isso porque, só pode ser transformada na medida em que não corresponde às demais generalidades, sendo assim a generalidade III nunca é continuidade da generalidade I, são objetos distintos. A generalidade III irá se tornar generalidade I ou generalidade II (conhecimento já obtidos, teoria geral, conceitos mais abstratos) e assim sucessivamente no desenvolvimento da ciência (POULANTZAS, 1977, p. 17).

(...) a generalidade abstrata do início (Generalidade I), isto é, a generalidade trabalhada, não é a mesma que a generalidade que trabalha (Generalidade II) e com maior razão a generalidade especificada (Generalidade III), produto desse trabalho: um conhecimento (o “concreto-teórico”). (...) a Generalidade II é a “teoria” da ciência considerada, e, como tal, o resultado de todo um processo (história da ciência a partir da sua condição), que é um processo de transformações reais no sentido estrito do termo, isto é, um processo que não tem a forma de um simples desenvolvimento (...), mas a forma de mutações e reestruturações que provocam descontinuidades qualitativas reais (ALTHUSSER, 1979, p. 164-165).

No processo de desenvolvimento de uma ciência (contínuo), a prática teórica irrompe como descontinuidade, pois resulta da sucessiva superação de obstáculos colocados ao conhecimento (ideia derivada de Bachelard). A prática teórica sempre irá partir dessa GI (instrumentos conceituais que revelam informações, noções sobre o real) que nunca é um dado

“puro” ou “objetivo”, nem nunca deve ser “extração de uma essência”, a generalidade I é sempre um conjunto de noções sobre a realidade. O objeto real se manifesta na GI como estímulo para essas formulações iniciais (ALTHUSSER, 1979, p. 161-162; POULANTZAS, 1971, p. 7-8). Essa concepção não pertence ao “estruturalismo” propriamente dito, mas ao próprio Marx. Os conceitos abstratos construídos em decorrência desse processo de transformação de GI em GIII são condições necessárias para se conhecer o real, isto só é possível na medida em que se produz conceitos mais concretos, ou seja, mais específicos ou teoricamente delimitados.

Althusser (1979, p. 166) afirma que tanto no modelo idealista, como no materialista “vulgar” há um mau uso da abstração, no segundo caso, remete à apropriação do trecho “Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu” (MARX, 2007, p. 94) de *Die Deutsche Ideologie* (A Ideologia Alemã) para justificar o mito ideológico do *empiricismo*, ou seja, de que é possível extrair a essência do concreto, sendo que o conceito seria fruto desse processo. Para Althusser, a GI parte do abstrato para produzir conhecimento sobre o concreto, mas esse abstrato não é “imaginado”.

A Generalidade I, por exemplo, o conceito de fruto, não é o produto de uma ‘operação de abstração’ efetuada por um ‘sujeito’ (a consciência, ou mesmo este sujeito mítico: “a prática”), mas o resultado de um processo complexo de elaboração em que sempre entram em jogo várias práticas concretas distintas de níveis diferentes, empíricos, técnicos e ideológicos (ALTHUSSER, 1979, p. 167).

Em *Pour Marx*, a concepção de generalidade se pauta em dois pilares: a necessidade de superar o *obstáculo epistemológico do sensível* que está presente na ideologia empirista; e, a anulação do “sujeito” de uma “consciência que pensa o mundo” e, conseqüentemente, é sua origem, uma característica do idealismo. Esses dois pontos são fundamentais para reafirmar a autonomia do real frente ao pensamento.

(...) uma ciência jamais trabalha sobre um existente que tenha, por essência, a imediatidade e a singularidade puras (das “sensações” ou dos “indivíduos”). Ela opera sempre sobre o “geral”, mesmo quando este tem a forma de “fato”. (...) ela sempre elabora sobre conceitos existentes, os “Vortellungen”, isto é, uma Generalidade I, de natureza ideológica, preliminar. Não “trabalha” sobre um “dado” puro objetivo que seria o de “fatos” puros e absolutos. O seu trabalho peculiar consiste, ao contrário, *em elaborar os seus próprios fatos científicos*, através de uma crítica dos “fatos” ideológicos elaborados pela prática teórica ideológica anterior. Elaborar os seus próprios “fatos” específicos é ao mesmo tempo, elaborar a sua própria “teoria”, pois o fato científico – e não o assim chamado fenômeno puro – só é identificado no campo de uma prática teórica (ALTHUSSER, 1979, p. 160).

Ao final, podemos perceber que a apropriação que Thompson realiza da obra de Althusser é perpassada por uma extrapolação de sua proposta. Podemos afirmar que, sua

interpretação é atormentada pelo fantasma de Hindess e Hirst que de fato afirma que o passado não é um objeto possível e desautoriza qualquer formulação realizada no campo da historiografia geral e marxista. As formulações de Thompson, pautadas sobretudo em *Anti-Düring* são uma mescla de uma concepção amplamente difundida na historiografia, da qual Marc Bloch pode ser apontado como influência fundamental, a uma série de elementos de uma historiografia marxista que são tomadas de forma isolada para formular sua *metodologia da história*. Talvez, seja de fato, complicado pensar a relação do historiador com suas fontes a partir da concepção *althusseriana*, mas certamente não é impossível, como nos indicou Anderson. Nesse sentido, Hobsbawm tinha razão, Althusser coloca aos historiadores questões teóricas e metodológicas importantes, é por isso que não podem ser ignoradas. A origem etimológica da palavra “história” remete a “investigação”. Nesse sentido, é possível afirmar que toda a análise de Thompson parte dessa premissa, porém, essa objetividade do sensível, não é superada, segue sendo o princípio de sua concepção historiográfica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, buscamos abordar alguns aspectos teóricos relacionados à polêmica Thompson-Althusser em *The Poverty of Theory*. As questões apresentadas remetem à discussão em torno da produção do conhecimento histórico e à especificidade da historiografia marxista no que diz respeito à sua definição, ao seu objeto, aos seus conceitos e à relação entre teoria e método. Os limites deste trabalho remetem sobretudo a uma abordagem panorâmica de alguns elementos, principalmente no que tange aos conceitos específicos dessa historiografia.

No primeiro capítulo, buscamos descrever esse contexto político e teórico da década de 1960 e 1970 e como as questões postas por esse cenário se apresentam em *The Poverty of Theory* como o "necessário" combate à corrente *althusseriana*. Dos acontecimentos e elementos mencionados, destacamos a polêmica de Thompson com a *New Left Review*, do combate ao "stalinismo" e a defesa de um *humanismo socialista*, e que apesar de ser uma obra realizada no final da década de 1970, após uma série de acontecimentos que marcaram o comunismo internacional, *The Poverty of Theory* ainda buscava pôr fim a questões concernentes ao ano de 1956.

No segundo capítulo, buscamos elencar os problemas da pesquisa e como cada autor se posicionou diante deles. Apesar de as questões serem "ditadas" pela polêmica, são temas comuns aos dois autores, e igualmente caros em seu desenvolvimento teórico e político. Se o *humanismo* foi um tema que Thompson dedicou esforços durante toda a sua vida, o *anti-humanismo teórico* igualmente foi um tema sobre o qual Althusser atravessa grande parte de sua obra, o que o levou a se opor ao posicionamento oficial do Partido Comunista Francês (favorável ao humanismo). Apesar de alguns autores indicarem esses pontos em comuns, acreditamos que se considerarmos os elementos fundantes de cada teoria, Thompson estava certo, não há um diálogo possível entre as duas problemáticas defendidas pelos autores da polêmica em questão, pois os conteúdos e as premissas epistemológicas das quais ambos os autores partem divergem substancialmente, mesmo que, inseridos em um campo comum, o marxismo. Portanto, situar os limites da polêmica empreendida por Thompson no tom irascível de sua crítica, não nos conduz a apreender o núcleo fundamental da disputa teórica em questão.

Em "Abstração como 'má consciência' e a necessidade da elaboração de uma teoria para a produção do conhecimento histórico", esperamos ter demonstrado que a "abstração" não equivale a "má" consciência científica ou incorre, como consequência imediata, em *idealismo*. A necessidade do pensamento abstrato está presente na própria obra de Marx, o que o diferencia, contudo, da filosofia clássica alemã e da ideologia empirista, é a compreensão de

que a finalidade da ciência é conhecer o real, porém, esse conhecimento não pode ser concebido apenas no pensamento, assim como não pode ser "extraído" de um objeto real que contenha a "verdade de si". A "suspeita" que Thompson demonstra com relação à teoria, é resultado de uma má compreensão do "estruturalismo", pecha que atribui à Althusser, e da divisão que estabelece entre "teoria" e "método", o que leva a dar primazia a uma abordagem metodológica da história e a se abster de caracterizar a especificidade do conhecimento científico, preferindo dar ênfase à sua finalidade política.

No subcapítulo seguinte, "O materialismo histórico", compreendemos que em Thompson o *materialismo histórico* é entendido como uma forma de historiografia e em Althusser como a *ciência marxista da história*. Thompson não leva em consideração a *ruptura epistemológica* das obras de Marx, se valendo do uso de conceitos isolados para justificar sua própria concepção de *materialismo histórico pautada no humanismo socialista*. Nesse sentido, sua rejeição a uma das teses centrais do pensamento althusseriano se deve à centralidade que a categoria de "homem concreto" ocupa em sua concepção de "história". Para Althusser, as obras de juventude de Marx (anteriores a 1845) possuem finalidade política, mas após a *ruptura epistemológica*, na qual abandona a problemática idealista em favor da problemática materialista, é necessário abandonar os conceitos que subsidiavam sua análise até então, para permitir o desenvolvimento do materialismo histórico e apreender as determinações objetivas que subjagam esse "homem concreto". As concepções acerca do materialismo histórico delimitam o objeto da história para cada autor, logo, para Thompson torna-se fundamental a concepção de "objeto concreto" como fonte da História. Althusser se opõe a essa *objetividade do sensível*, partindo da noção de "concreto-pensado" em Marx, nesse sentido, propõe a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento.

Em "O lugar e a função dos conceitos históricos", realizamos uma breve apresentação descritiva de alguns conceitos-chaves para o pensamento dos autores, como "experiência", "modo de produção", "formação social", "determinação" e "sobredeterminação". O objetivo central desse subcapítulo foi elucidar o lugar e a função que os conceitos possuem na "teoria" para Thompson e Althusser. Esperamos ter demonstrado que há uma oposição presente entre uma noção "estática" atribuída a Althusser e a proposição de uma "elasticidade" para os conceitos históricos em *The Poverty of Theory*. Por outro lado, Althusser busca evidenciar a necessidade de mais elaboração teórica desses conceitos, pois só assim poderiam deixar de ser conceitos mais "abstratos" para se tornarem conceitos mais "concretos". A *natureza* do objeto para a História é determinante nessa definição dos conceitos históricos, sendo que em Althusser

o “conceito” é um objeto de conhecimento e em Thompson é uma “ferramenta”, um meio para realizar a compatibilização com o objeto real.

No quarto subcapítulo, "O estatuto dos dados empíricos em uma 'investigação' histórica", buscamos descrever a concepção da *lógica histórica* como discurso próprio da disciplina histórica para Thompson e do sistema de *generalidades* que para Althusser expressam uma modalidade de pensamento. Percebemos, portanto, que há uma diferença latente entre os dois autores no que concerne à *dialética materialista*, que para Thompson é um método e para Althusser é uma ordem de pensamento. Essas duas concepções são profundamente marcadas pela *natureza do conhecimento histórico*, ou melhor, pelo *locus* desse conhecimento. Para Thompson a história é narrativa do que aconteceu, do empiricamente verificável que a partir de múltiplas comparações pode indicar as relações mais complexas que envolvem um determinado fenômeno. Para Althusser, o objeto real existe independente do conhecimento sobre ele, esse objeto real é sempre mais do que pode ser conhecido, nesse sentido, a História é sempre objeto refletido, o que pode ser conhecido e que busca as relações complexas de um "todo" social. Percebemos que a *natureza* desse objeto e a compreensão que ambos os autores possuem sobre *teoria* e *metodologia* determinam as demais formulações que são realizadas sobre a disciplina histórica.

A polêmica Thompson-Althusser demonstra, independentemente da existência de uma resposta, que discutir *teoria*, mais especificamente a *teoria marxista da história*, tem consequências *políticas*. Talvez seja esse o destino de uma concepção que nasceu com o intuito de transformar a sociedade. O *cotejamento dos argumentos* apresentados em alguma escala na presente pesquisa, não redundam, portanto, em uma falha na tentativa de compreender os termos da polêmica, mas da compreensão de que a *teoria* é um campo em disputa e só o confronto dos elementos que compõem suas diferentes possibilidades e limites possibilita o seu desenvolvimento, talvez seja por isso que a obra de Marx ainda "vive", pois nunca deixou de ser esse terreno em disputa.

Anderson (2012, p. 213) afirmou, em seu texto *In memoriam: Edward Thompson*, que seria necessário tempo para que pudéssemos distinguir o *historiador* do *escritor*, que sua obra possuía muitas formas, mas sempre seguia para frente. Martín (2007, p. 17, tradução nossa), por sua vez, afirma que, "Ler Althusser, [é] tarefa difícil que exige, em primeiro lugar, estar consciente de que nos encontramos diante de uma obra de combate (...)"⁸⁰. Ambos os autores nos indicam, que tanto Thompson como Althusser respondiam a uma determinada conjuntura,

⁸⁰ Texto original: "Leer a Althusser, tarea difícil que exige, em primer lugar, ser conscientes de que nos encontramos ante una obra de combate (...)"

que é reducionismo afirmar que Althusser era um "estruturalista" ou um "teoricista" sem considerar os combates que o mesmo travou. De forma geral, Thompson é muito lembrado por sua militância, é possível mesmo dizer que sua biografia quase se sobrepõe à sua produção intelectual e é inegável seu compromisso como historiador e marxista, mas, certamente, sua obra precisa ser problematizada. Esperamos que se não conseguimos aprofundar tanto em algumas questões ou problematizar outras, pelo menos não tenhamos incorrido no erro intelectual de silenciar um autor sem permitir-lhe falar.

Por fim, é importante salientar que a origem etimológica da palavra "história" remete à ideia de "investigação". Tucídides já a definia como o exercício de descrever "tal como aconteceu", é possível que um dos pontos que essa polêmica nos indica com precisão é a necessária reflexão sobre o objeto dessa disciplina que desde tempos idos é carregada por essa objetividade do sensível. Talvez, seja necessário lembrar-nos de que, nos idos de 1930, a concepção de *fontes históricas* era muito restrita e que só a partir da revolução realizada pelos autores da *Annales*, foi possível uma nova concepção de história. Para uma historiografia marxista, torna-se necessário retomar Marx para repensar o estatuto desse *objeto histórico*, não apenas como *objeto concreto-real*. É nesse sentido, que acreditamos que Althusser tenha realizado uma importante contribuição para a História.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 135-145.

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx.** Trad. Dirceu Lindoso. Ed. 2ª. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. A Querela do Humanismo. In: **Crítica Marxista**, n. 09. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A Querela do Humanismo II (inédito). In: **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 14, abr. 2002.

_____. El antihumanismo teórico de Marx. In: **Filosofia y marxismo.** México – DF: Siglo XXI, 1988. Entrevista concedida a Fernanda Navarro.

_____. **Ler o capital.** Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, v. 2, p. 29-60.

_____. Marxismo, Ciência e Ideologia. In: **Marxismo segundo Althusser.** Sinal: 196-? (Coleção Sinal – 2).

_____. **Resposta à John Lewis:** Sustentação de Tese em Amiens. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Posições 1)

_____. **Sobre o Trabalho Teórico.** Trad. Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 196-?/197-?.

ANDERSON, Perry. **Teoría, política e história:** Um debate com E. P. Thompson. Madrid, Siglo XXI, 1985.

_____. In memoriam: Edward Thompson. In: **Espectro:** da direita à esquerda no mundo das ideias. Trad. Fabrizio C. Rigout, Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad.: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 7-69.

BADARÓ, Marcelo. E. P. Thompson no Brasil. In.: **Anais CEMARX**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/ce marx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c4.pdf>> Acesso em 03/10/2014.

BATALHA, Claudio H. M. Thompson diante de Marx. In: Armando Boito Jr.; Caio Navarro de Toledo; Jesus Ranieri; Patrícia Vieira Trópia (orgs.). **A obra teórica de Marx:** atualidade, problemas e interpretações. 1ª ed.. São Paulo: Xamã, 2000.

BEZERRA, Holien Gonçalves. E. P. Thompson e a Teoria na História. In: **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento

de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, n. 12, out. 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COHEN, Gerald A. **A teoria da história de Karl Marx: uma defesa**. Trad.: Angela Lazagna. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, pp. 108-124.

DOMESGUE, Raymond. O Marxismo é um humanismo? In: **Marxismo segundo Althusser**. Sinal: 196-? (Coleção Sinal – 2).

DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. **Crime e Castigo**. São Paulo: Editora Abril, 1982.

ELLIOTT, Gregory. **Althusser The Detour of Theory**. Boston: Leiden, 2006, p. 16 (Historical materialism book series - 13)

FLORENZANO, Modesno. **E. P. Thompson visto por Perry Anderson em Teoria, Política y História. Um Debate com E. P. Thompson**. Madrid, Siglo XXI, 1985 (1ª edição inglesa, 1980). Proj. História, São Paulo, n. 12, p. 145-153, out. 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 9-12.

HOBBSAWM, E. J. A influência do marxismo, 1945-83 In.: **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo, 1840-2011**. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HIRST, Paul Q., HINDESS, Barry. **Modo de Produção e Formação Social: Uma autocrítica de Modos de Produção Pré-Capitalistas**. Trad. Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. Trad. Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, pp. 7-27, 213-218, 360-378.

_____. The necessity of theory. In: **Economy and Society**. [s.l.] [s.n.], v. 8, n. 4, p. 417-445, nov. 1979.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Sobre Althusser e a crise do marxismo. In: Armando Boito Jr.; Caio Navarro de Toledo; Jesus Ranieri; Patrícia Vieira Trópia (orgs.). **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. 1ª ed.. São Paulo: Xamã, 2000.

MARTÍN, Pedro Benítez. Thompson versus Althusser. In: **ER, Revista de Filosofía** (Leer a Althusser), p. 34-35, 2005.

_____. **En torno a la polémica Thompson-Althusser** (apuntes para una revisión), mimeo, [s.d.].

_____. **La Formación de un francotirador solitario: lecturas filosóficas de Louis Althusser (1945-1965)**. Zagarozca: Prensas Universitarias de Zagarozca, 2007, p. 11-29, 173-

198.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel. In.: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 27-41, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000300003> Acesso em: 28/06/2015.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

_____. O método da economia política. Terceira parte da “Introdução à crítica da economia política” (1857). Trad.: Fausto Castilho. In.: **Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, n. 30, pp. 107-125, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2015_06_04_11_12_0814.pdf> Acesso em: 28/06/2015.

MEDVEDEV, Roy A. O 20º Congresso do Partido: Antes e depois. In.: **Um Stalin desconhecido**: novas revelações dos arquivos soviéticos. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, pp. 137-160.

MÜLLER, R. G. . E. P. Thompson e a Miséria da Teoria : razão e apatia. In: **37º Encontro Anual da Anpocs**, 2013, Águas de Lindóia. ANAIS DO ENCONTRO. S. Paulo: Anpocs, 2013. v. 01. p. 01-32. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8456&Itemid=429> Acesso em: 02/10/2014.

_____. Exterminismo e a política como teatro em E. P. Thompson. In: **XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da ANPUH**: Poder, violência e exclusão, 2008, S. Paulo. Anais do XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da ANPUH: Poder, violência e exclusão. S. Paulo: ANPUH/SP e FFLCH/USP, 2008. v. 1. p. 1-10.

NIELD, Keith; SEED, John. Theoretical poverty or the poverty of theory: British Marxist historiography and the Althusserians. In: **Economy and Society**. [s.l.] [s.n.] v. 8, n. 4, p. 383-416, nov. 1979.

POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Trad.: Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina, 2006, p. 55-89.

RENDUELES, César. Teoría social y experiencia histórica. La polémica entre E. P. Thompson y Louis Althusser. In: **Sociología Histórica**, n. 3, 2013.

SAES, Décio. Marxismo e História. In: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, n. 1, pp. 39 -59, 1994.

THÉVENIN, Nicole-Édith. O itinerário de Althusser. In.: **Presença de Althusser**. Márcio Bilharinho Naves (Org.). Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2010, pp. 9-30.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

_____. Uma entrevista com E. P. Thompson (1976). Trad.: Sérgio Paulo Morais e Rafael Correia Rocha. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 417-445, jan./jun. 2014. Entrevista concedida a Michael Merrill. Disponível em: <
<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/27919/15381>> Acesso em: 23/06/2015.

_____. Romanticism, Moralism and Utopianism: the Case of William Morris. In.: **New Left Review**. [s.l.], I/99, p. 83-111, Set./Out. 1976.

_____. An open letter to Leszek Kolakowski. In.: **Socialist Register**. [s.l.], vol. 10, p. 49-50, 1973.